

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

JOÃO ALVES DA SILVA NETO

**OS RELACIONAMENTOS CONJUGAIS ENTRE
PESSOAS DO MESMO SEXO E AS DINÂMICAS
RELACIONAIS NAS DIMENSÕES AFETIVA E LEGAL**

Prof^a. Dr^a. Marlene Neves Strey
Orientadora

Porto Alegre
2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo
e as dinâmicas relacionais nas dimensões afetiva e legal**

JOÃO ALVES DA SILVA NETO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Psicologia.

Prof^a. Dr^a. Marlene Neves Strey
Orientadora

Porto Alegre
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586r Silva Neto, João Alves
Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo e as dinâmicas relacionais nas dimensões afetiva e legal / João Alves da Silva Neto. – Porto Alegre, 2012.
124 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Psicologia, PUCRS.
Orientadora: Profa. Dra. Marlene Neves Strey.

1. Psicologia. 2. Relações Conjugais. 3. União Homossexual.
4. Homossexualismo. I. Strey, Marlene Neves. II. Título.

CDD 301.4157

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

JOÃO ALVES DA SILVA NETO

**Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo
e as dinâmicas relacionais nas dimensões afetiva e legal**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marlene Neves Strey
Presidente

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Colling
Centro Universitário Unilasalle

Prof^a. Dr^a. Aline Reis Calvo Hernandez
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Jussara Reis Prá
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, julho de 2011.

Às minhas famílias paraense e
gaúcha, por sempre estarem comigo
onde eu estiver.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À minha orientadora e amiga Profª Drª
Marlene Neves Strey, pela
compreensão, integridade e sabedoria
de ser.

AGRADECIMENTOS

Muitas construções relacionais foram realizadas durante a produção desta tese, e outras anteriores reforçadas e reestruturadas.

Professora e Doutora Marlene Neves Strey. Com ela conheci lugares e situações desejadas, tanto subjetiva como objetivamente. Marlene sempre me recebeu de coração aberto, conseguindo fazer o que mais acredita, construir relações democráticas e igualitárias. Através dela e de sua militância pude perceber que o saber é importante, mas mais importante ainda são as relações humanas. Aprendi, principalmente, na sua simplicidade e amizade, que nenhum livro vale mais que as pessoas, que as relações. Agradeço por sua humanidade inabalável.

Outras relações construídas para esta tese foram efêmeras, duraram pouco, ou mesmo não foram por mim conhecidas presencialmente, no entanto permaneceram, principalmente neste trabalho, por isso também são muito importantes. Sem as pessoas participantes deste estudo, parte dele, e talvez a mais interessante, não seria feita. Às/Aos estimadas(os) participantes eu agradeço pela disponibilidade e sinceridade com que contribuíram para o desenvolvimento científico, levando em troca apenas a satisfação de participar de uma pesquisa.

À relação com a CAPES, agradeço pelo incentivo à produção científica.

Aos/Às professores(as) do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, pelos momentos de troca, enriquecedores dos meus conhecimentos, muito obrigado.

Às colegas do grupo de pesquisa Estudos de Gênero, muito obrigado pelo acolhimento e ajuda.

Aos/Às meus / minhas colegas de trabalho, obrigado pela compreensão de em muitos momentos eu não ter estado tão presente e obrigado pelos comentários estimulantes que ajudaram na realização dessa tese.

Ao meu pai e à minha mãe, mesmo distantes geograficamente, estiveram sempre presentes através de tudo que me ensinaram e que foi responsável por eu poder concordar ou questionar e mudar o que eu quis, até me mudar para muito longe, sem correr o risco de perdê-los ou fragilizar nossa relação. Muito obrigado pela liberdade com que me criaram.

À minha grande amiga e mãe gaúcha, Rosa Protti, que me recebeu tão bem por estes “pagos”, pelo incentivo e pela torcida, muito obrigado.

Este é o mais importante de todos, ao meu marido Giovane. È profundamente emocionante agradecer a você. A sua capacidade em construir uma relação com tanto amor e felicidade, faz com que eu acredite na possibilidade de conjugalidade como fonte de

satisfação e vida. Obrigado por ter abdicado de tantas coisas para poder me acompanhar nessa empreitada, pela compreensão, pelo amor, pelo carinho, pela transformação que consigo em mim, através de você. Pela sua alegria e “tesão” pela vida, que me estimulam buscar objetivos, muito, muito, muito obrigado.

Às professoras da banca examinadora da qualificação e da defesa da tese pela disponibilidade e contribuição com seus conhecimentos.

A todos que, de forma direta ou indireta, fizeram parte desta caminhada, meus sinceros agradecimentos.

Samba Meu
Rodrigo Bittencourt

... O meu samba é de vida e não de morte
Meu samba vem pra cá e traz a sorte
E celebra tudo o que é bonito
Meu samba não despreza o esquisito
Meu Samba vai tocar no infinito
Meu Samba é de bossa e não de grito ...

RESUMO

Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo são fáticos na sociedade brasileira, no entanto tais casais vivem a impossibilidade de acesso ao casamento. A não aquisição de direitos pela população LGBTT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais) reforça o posicionamento de subalternidade desses indivíduos e a lógica da sexopolítica. Em decorrência desses fatores, a relação conjugal desses casais é implicada em mais dificuldades para adquirir os objetivos de satisfação relacional, pois se encontra na seara dos estados punitivos, excludentes, discriminadores, fomentadores da intolerância, estimuladores do desrespeito e da desigualdade. Considerando a importância do desenvolvimento de conhecimento sobre os grupos minoritários para o desenvolvimento social, buscamos nesta pesquisa conhecer o que os casais em relacionamento conjugal com pessoa do mesmo sexo pensam sobre conjugalidade e como descrevem seus relacionamentos, nas dimensões afetiva e legal, assim como as implicações dessas variáveis entre si e na qualidade da relação conjugal. Para a compreensão desse fenômeno utilizamos a Teoria *Queer* em nossas análises. Frente a isso, organizamos esta tese em quatro seções. Na primeira discutimos teoricamente a interação entre a política, processos sociais e constituição do indivíduo e suas relações. Para isso utilizamos dois fatores: (1) o processo de formação e significação individual e social da identidade e da cidadania; e (2) os aspectos relacionais, sociais e legais da instituição do casamento. Em seguida, na segunda seção, buscamos comprovar, através de um ensaio temático, a tese que os relacionamentos afetivos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo podem e precisam ser considerados conjugalidade, pois são fáticos e se associam com os direitos humanos da população LGBTT. Também discutimos que o foco no delineamento dos estudos sobre conjugalidade deve partir da relação, não prioritariamente e compulsoriamente da sexualidade. A terceira seção apresenta o estudo desenvolvido a partir do enfoque qualitativo, exploratório-descritivo através de análise documental, que teve como objetivo conhecer as características dos *blogs* e os conteúdos das comunicações publicadas no contexto da *blogosfera* sobre o tema dos relacionamentos afetivos e amorosos de longa duração entre *gays* e entre lésbicas, incluindo as vivências e as opiniões sobre o tema. Foram selecionados 24 *blogs*, e analisados os dados referentes à classificação dos *blogs*, ao enquadramento do conteúdo das mensagens, assim como do conteúdo da interatividade, através da Análise de Conteúdo proposta por Bardin. A última seção contém o segundo estudo desta tese que teve como objetivo conhecer os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo na sua profundidade, descrevendo as vivências desses casais, através de entrevistas com casais formados por pessoas do mesmo sexo. Desenvolvemos um estudo qualitativo, com delineamento do tipo exploratório e descritivo, através de entrevistas em profundidade com seis casais, os quais foram escolhidos pelo critério de conveniência. Para a coleta dos dados utilizamos a entrevista narrativa, e na interpretação utilizamos a metodologia da análise de discurso. Como técnica de análise empregamos o Método da Explicitação do Discurso Subjacente.

Palavras-chave: Conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo; Homossexualidade; LGBTT; Teoria *Queer*.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 (Psicologia)

ABSTRACT

Same-sex conjugal relationships are factual in the Brazilian society, however, such couples live the impossibility of access to marriage. The non-acquisition of rights by the LGBTT (lesbian, gay, bisexual, transvestite and transgender) reinforces the subaltern position of these individuals and the logics of gender policy. Due to these factors, the conjugal relation of these couples imply more difficulties to acquire the objectives of relational satisfaction, since it falls into the matters of punitive, exculpatory, and discriminating states, tolerance fomenters, disrespect and inequality inciters. Considering the importance of knowledge development about minority groups for the social development, this research aims at knowing what couples in a conjugal relationship with a same-sex person think about conjugality and how they describe their relationships, in the affective and legal dimensions, as well as the implications of these variables between themselves and in the quality of the conjugal relation. In order to understand this phenomenon, the Queer Theory was used in the analyses. At that, this thesis was organized into four sections. In the first section there is the theoretical discussion of the interaction among the politics, social processes and the constitution of the individual and its relations. Two factors were used: (1) the process of formation and meaning of the individual and social identity and citizenship; and (2) the relational, social and legal aspects of the institution of marriage. Subsequently, in the second section, through a thematic essay, there is an attempt to prove the thesis that the affective and sexual relationships between people of the same sex can and need to be considered as conjugality, for they are factual and they associate with the human rights of LGBTT population. It is also argued that the focus in the study designs on conjugality must start from the relationship, instead of primarily or compulsively from sexuality. The third section presents the study developed from the qualitative exploratory-descriptive approach, through documentary analysis, that had as objective to know the characteristics of blogs and the contents of the communications published in the context of the blogosphere about the subject of the affective and love of long term duration relationships between gays and between lesbians, including the experiences and the opinions on the subject. 24 blogs had been selected, and the data referring to the classification of blogs, to the framing of the content of the messages, as well as of the content of the interactivity had been analyzed through the Bardin's Content Analysis proposal. The last section contains the second study of this thesis, aimed at knowing the conjugal relationships between same-sex people in its depth, describing the experiences of these couples, through interviews with couples formed of same sex-people . A qualitative study was developed, with exploratory and descriptive study design, through in-depth interviews with six couples, which had been chosen by the convenience criterion. For the collection of the data the interview narratives were used, and the methodology of the speech analysis was used for interpretation. As for analysis technique the Method of the Explication of the Underlying Speech was used.

Keywords: Conjugality between same-sex people; Homosexuality; LGBTT; Queer theory.

LISTA DE QADROS

QUADRO 1 – Fundação e estrutura dos <i>blogs</i> _____	71
QUADRO 2 – Análise dos conteúdos das mensagens: enquadramento _____	75
QUADRO 3 – Análise da interatividade _____	79
QUADRO 4 – Dados demográficos dos(as) participantes _____	92

LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise crítica do discurso

EUA – Estados Unidos da América

GLTB – Gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais

LGBTT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

NTICs – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

MEDS – Método de Explicitação do Discurso Subjacente

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	15
<u>REFERÊNCIAS</u>	23
<u>SECÃO I</u>	25
<u>ESTAR E SER CASADO(A): CIDADANIA E DIREITO AO CASAMENTO NOS RELACIONAMENTOS CONJUGAIS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO</u>	25
ESTAR CASADO(A): IDENTIDADE E CIDADANIA	27
SER CASADO(A): RELAÇÃO E SOCIEDADE.....	35
ESTAR E SER OU NÃO ESTAR, NEM SER: NO FIM É	42
REFERÊNCIAS	44
<u>SECÃO II</u>	47
<u>O DIA EM QUE SE PERCEBERAM ESTANDO ENTRE OS (ENTRE)TANTOS</u>	47
A PERCEPÇÃO DE SI: “O DIA EM QUE SE PERCEBERAM...”	49
FORMAS SEM FÔRMAS: “SE PERCEBERAM ESTANDO...”	52
PARA ALÉM DO QUE SE DIZ: “ENTRE OS TANTOS...”	55
UM TOPOS PARA A CONSTRUÇÃO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A CONJUGALIDADE: “ENTRE OS ENTRETANTOS...”	56
REFERÊNCIAS	57
<u>SECÃO III</u>	59
<u>OS BLOGS COMO FORMA DE EXPRESSÃO LGBTT SOBRE A CONJUGALIDADE ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO</u>	59
A TEORIA QUEER PARA COMPREENDER O DIREITO DE CASAR	60
OS BLOGS COMO AGENTES INCLUSIVOS	63
MÉTODO	64
ANÁLISE CRÍTICA DO CORPUS.....	65
INTERNET E LGBTT: SOBRE OS BLOGS E A CONJUGALIDADE ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO ..	69
AS MENSAGENS NOS BLOGS E A EXPRESSÃO DA CONJUGALIDADE ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	71
AS INTERATIVIDADES NOS BLOGS E A EXPRESSÃO DA CONJUGALIDADE ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
<u>SECÃO IV</u>	87
<u>NÓS: ONDE, QUANDO, COMO, COM QUEM,... ? A FORMAÇÃO DO RELACIONAMENTO CONJUGAL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO</u>	87

INTRODUÇÃO.....	87
CONJUGALIDADE E HOMOSSEXUALIDADE	88
MÉTODO	91
A DECISÃO E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A CONJUGALIDADE: A TRADIÇÃO E A DIVERSIDADE.....	93
O DESEJO E A SATISFAÇÃO SE SOBREPONDO À REGRA NA CONSTRUÇÃO CONJUGAL	96
INDIVIDUALIDADE E CONJUGALIDADE	100
A DR (DISCUTIR A RELAÇÃO): IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO E O ENCONTRO COM O DISCURSO FORA DAS NORMAS.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	109
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE</u>	<u>112</u>
REFERÊNCIAS.....	115
<u>ANEXOS</u>	<u>117</u>
ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUCRS	118
ANEXO B - PLANILHAS DE ANÁLISE DOS BLOGS	119
ANEXO C – FICHA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS.....	121
ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
ANEXO E – ENTREVISTA NARRATIVA	123

INTRODUÇÃO

As relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo têm sido tema constante de discussões em vários contextos nos últimos tempos. Esse cenário contribui para as mudanças que vêm ocorrendo no mundo em relação às aquisições de direitos por LGBTT¹, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, que se associa com várias manifestações sociais e que envolvem opiniões diversas. Esses posicionamentos são construídos através das inúmeras questões que permeiam a sexualidade humana e que definem as identidades sexuais. Tais definições participam ativamente no posicionamento social dos indivíduos. Na identidade homossexual, os posicionamentos são predominantemente de subalternidades, onde o acesso a direitos é dificultado ou mesmo impedido.

Nesta pesquisa buscamos estudar as características dos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, e as influências das dimensões afetiva e legal na qualidade da relação. Geramos informações que intensificam a discussão política sobre a promoção social dos(as) homossexuais através do desenvolvimento de leis protetoras e asseguradoras de seus direitos. Também desenvolvemos conhecimento da qualidade da relação associada aos fatores mantenedores de subalternidades e que se agregam às dificuldades na evolução social quanto aos direitos humanos, como a homofobia.

A homofobia se explicita através de discursos essencialistas e fundamentalistas baseados em preconceitos que associam a homossexualidade a problema de caráter, doença ou pecado. Desenvolvem-se diversas formas de expressões homofóbicas no dia-a-dia das relações sociais e políticas, que vão desde agressões e assassinatos de homossexuais até a falta de priorização entre os/as representantes políticos brasileiros dos temas que asseguram os direitos humanos do segmento LGBTT.

Com esta pesquisa desenvolvemos conhecimento sobre os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, e, nesse contexto, estudar as inter-relações entre as dimensões afetivas e legais na qualidade conjugal. No processo de compreensão, contribuimos para a expansão de informações que reflitam mais intensa e profundamente o tema. Também, buscamos repensarmos a construção social da relação conjugal, e ajudar na reversão do posicionamento social de inferioridade que os casais formados por pessoas do mesmo sexo sofrem ainda nos dias de hoje.

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Partindo da percepção da força da heteronormatividade, dado evidenciado pela dissertação de mestrado do autor deste projeto, intitulada “A representação social da conjugalidade sob a perspectiva de gênero” (Silva, 2005), buscamos uma ampliação dos conhecimentos incluindo a especificidade dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Para alcançar nossas intenções, procuramos nos apropriar de dados sobre a vida humana com pessoas que desejam estar, estão ou estiveram em um relacionamento conjugal com pessoa do mesmo sexo. Buscamos as opiniões e os depoimentos pessoais em documentos publicados na rede mundial de computadores e em entrevistas presenciais com casais. O desenvolvimento desse conhecimento se faz importante face ao movimento de luta de LGBTTT na aquisição do direito de casar em várias partes do mundo. Atualmente dez países reconhecem legalmente o casamento e a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Esta lista iniciou em 2001 com a legalização na Holanda, que posteriormente foi seguida pela Bélgica, Espanha, Noruega, Suécia, Canadá, África do Sul e Islândia. Mais recentemente, Portugal e Argentina também passaram a legalizar os casamentos entre pessoas do mesmo sexo (Após, 2010; Casamento, 2010). Nos Estados Unidos, onze jurisdições permitem o registro legal desses relacionamentos, e utilizam uma diversidade de soluções com diferentes nomenclaturas para a formalização das relações (Curry-Sumner, Curry-Sumner, 2009). A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma vitória contra a homofobia.

Em outros países existem outras formas de reconhecimento legal da relação, mas que não possui o apelo de casamento, nem de todos os direitos e responsabilidades associados a ele. E ainda, existem nações que concebem as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo como um ato ilegal, podendo haver condenações com prisão ou até mesmo com a morte, como é o caso de alguns países africanos (Salvador, 2010).

No Brasil, uma parte das lutas do movimento LGBTs tem sido de conquistas, porém outras ainda não alcançaram seus objetivos, devido a permanência de rechaços por grupos contrários à promoção e aquisição desses direitos, se respaldando, principalmente, em argumentos que associam a homossexualidade a pecado, doença e de ser contra a natureza. Portanto, para poder contribuir com o desenvolvimento de maior igualdade para LGBTs, é necessário reconhecer, identificar e relacionar os aspectos produzidos cultural e ideologicamente que são influenciadores das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo e promotores do seu posicionamento social de inferioridade.

O casamento é uma instituição social formadora de identidade e valorizada culturalmente. Ele permanece sendo a forma de união dominante no ocidente, e que permite obter benefícios sociais. A negação de tais benefícios aos casais do mesmo sexo, influencia na forma como

estes casais percebem a relação, e pode limitar o alcance de satisfações pessoais e relacionais. Questões como a sobrevivência, a aquisição de bens comuns, acesso aos sistemas de saúde, a constituição da prole, dentre outros, são exemplos de fatores presentes na vida de pessoas casadas e por muitas desejados. Mas, podem ser um problema de difícil ou impossível resolução nas relações entre pessoas do mesmo sexo, devido à falta de reconhecimento por parte das autoridades legais.

Nesse cenário, e como pessoa com origem profissional na área da medicina, com especialização em psiquiatria, mestrado em psicologia e atuações que reúnem essas disciplinas, estou localizado, como pesquisador, nas interseções que esses estudos me proporcionam. Vejo os fenômenos humanos dos pontos de vista que reúnem a história, a investigação e a crítica, com comprometimento político que busca o desenvolvimento e a emancipação dos seres humanos, no combate da segregação e da homofobia. Nas práticas da clínica psiquiátrica, psicoterápicas, docentes e de investigação científica, estou vinculado com minhas experiências pessoais e com meus contextos. Além das interseções teóricas e de práticas profissionais, possuo, como constituinte da minha identidade, minha origem nortista e minha existência sulista como brasileiro.

Nesse sentido, minhas narrações nesta tese se refletem nas políticas subversivas e questionadoras do mundo social onde se inserem os temas deste trabalho, as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo. Portanto, o foco se direciona para a perspectiva pós-estruturalista, onde a atenção se situa sobre a linguagem, pois ela está atrelada no reflexo do modo de construção do conhecimento, assim como no jeito de desenvolver esse conhecimento (Louro, 2007).

Frente à prática psicoterápica com casais e individualmente com *gays* e *lésbicas*, percebendo suas dificuldades e buscas de situações mais igualitárias, juntamente com as limitações que surgiram dos estudos realizados anteriormente, fiquei incomodado e curioso com algumas questões. Percebi que mesmo com a intensa rapidez nas mudanças sociais e culturais, as que ocorrem com a conjugalidade são parciais, reunindo, em uma mesma relação, fatores característicos das épocas remotas do patriarcado, e outros fatores mais contemporâneos (Silva & Strey, 2007). As mudanças formam fenômenos sociais geradores de coerências e paradoxos que convivem dinamicamente nas relações entre as pessoas. O desafio se estabelece em compreender o processo de mudança de uma sociedade, que ocorre de maneira específica, não obedecendo a planejamentos e pretensões dos indivíduos que a constituem no curso da sua história (Elias, 1994).

Mesmo com essa parcialidade nas mudanças do exercício da conjugalidade, as transformações são evidentes e os estudos não abarcam a infinidade de formas relacionais construídas. As representações existentes sobre a questão são associadas a crenças que estão na base do controle social que desqualifica o que é distinto do tradicional. Surgem fatores que influenciam a informação que toma forma de um conhecimento, que direciona o que deve o que não deve ser tolerável na vida das pessoas. O relacionamento conjugal entre pessoas do mesmo sexo é um fenômeno que necessita ser mais conhecido e representado cientificamente, na medida em que a homofobia existe pode se traduzir em dificuldades pessoais e sociais. Diante desse cenário, questionei: Como homens e mulheres em exercício de conjugalidade com pessoas do mesmo sexo descrevem sua relação nas dimensões afetiva e legal, e como percebem a influência destes fatores entre si na qualidade do relacionamento?

Para conhecer os fatores associados com as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, frente aos objetivos delineados, nesta pesquisa desenvolvemos dois estudos. O escopo desta pesquisa visou, de forma ampla, discutir questões que se instituem frente à reflexão quanto à ontologia, à epistemologia e à metodologia, ou seja, o que existe nos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo nas dimensões indicadas, o que se pode saber do que existe e como é possível produzir tal conhecimento (McNamee, 2010).

Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa em ambos os estudos, com delineamentos exploratórios e descritivos. Ela, a pesquisa qualitativa, tem se validado e se revigorado com o envolvimento de diferentes disciplinas e diferentes enfoques teóricos. A utilização da pesquisa qualitativa para a análise das relações sociais, aqui, das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, se deve ao reconhecimento da existência da diversificação das organizações relacionais, o que Flick (2004) chama de pluralização das esferas de vida. Ela está associada à aceleração das mudanças sociais que precipitam novos contextos e perspectivas sociais. São novas situações que a tradicional metodologia dedutiva não conseguem fazer a diferenciação do objeto em estudo, e a pesquisa qualitativa se institui como forma de construção de conhecimento importante para o desenvolvimento de outros estudos (Collier, Brady & Seawright, 2010).

Ao contrário da dedução, as pesquisas sociais necessitam ser mais indutivas e objetivar o distanciamento de teorias pré-estabelecidas. Em 2004, Flick falava que os estudos qualitativos deveriam se originar de “conceitos sensibilizantes”, onde a partir dos estudos empíricos é que as teorias são desenvolvidas, em oposição à necessidade de testar teorias nos estudos. O mesmo autor em 2009 deixa mais evidente que é necessária a utilização de teorias pré-existentes nos aspectos relacionados com a epistemologia, com a perspectiva da pesquisa, da

pergunta da pesquisa e dos métodos que se pretende utilizar. Dessa forma, é importante contemplar as narrativas e os discursos, os significados subjetivos e as experiências e práticas cotidianas. Ao mesmo tempo, também reconhecemos as práticas e os conhecimentos como limitados em termos locais, temporais e situacionais.

Esta é uma pesquisa classificada, quanto ao seu objetivo, como exploratória e descritiva devido: (1) exploratória pelo desenvolvimento de conhecimentos sobre as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, evidenciando os aspectos relacionados com as dimensões afetiva e legal; (2) e é descritiva em função de descrever as características dos relacionamentos, procurando identificar a relação entre as duas dimensões citadas. Explorar e descrever um determinado fenômeno são essenciais para a construção de saberes mais próximos da realidade, assim como o desvelamento do processo ideológico que reforça desigualdades sociais (Deslauriers & Kérisit, 2010; Romagnoli, 2009).

Esta pesquisa também pode ser descrita quanto ao tipo e o tema, utilizando a classificação de Deslauriers & Kérisit (2010), como o estudo do transitório, o estudo do sentido da ação e a avaliação das políticas. É estudo do transitório, pois se destina a localizar no tempo e no espaço as estratégias dos atores que se evidenciam conjuntamente, reunindo as perspectivas das intenções individuais manifestadas. Estudar o transitório movimenta a atenção para além das regularidades e vai para as crises estabelecidas frente à inexistência da ordem social antiga, onde se opera a mudança social. Para isso, é necessária a observação da prática social intrínseca que é contraditória e conflitiva, alcançando as dimensões históricas e ideológicas na compreensão da relação dinâmica que se estabelece entre sujeito e objeto. Isso explica a importância de três elementos nos estudos qualitativos: contexto, história e a mudança social. Também é estudo do sentido da ação, devido focar na construção de sentido pelos indivíduos advinda da ação social na vida e sobre os comportamentos, da mesma forma que é construído sentido proveniente da transformação da ação individual em coletiva. E avalia as políticas, pois percebe e trabalha na multidimensionalidade do objeto, possui orientação empírico-indutiva, é voltada tanto ao passado como ao futuro, considera as necessidades das pessoas que utilizam os resultados e os valores que veicula são explicitamente reconhecidos.

Partindo das considerações classificatórias apresentadas, com esta pesquisa abordamos as organizações conjugais entre pessoas do mesmo sexo na sua construção social e no meio onde ela ocorre, como forma de desenvolvimento do conhecimento que visa o empoderamento de LGBTQ. A pesquisa qualitativa pode contribuir nesse sentido, pois possui a potencialidade de imprimir discursos contra-hegemônicos para enfraquecer o domínio potencial de subjugação

por parte de alguns extratos sociais, podendo assumir a qualidade de força de resistência e justiça social (Roratto, 2010).

Para alcançar os objetivos de promoção social dos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, consideramos as maneiras pelas quais a metodologia qualitativa se presta para a aproximação dos fenômenos sociais com objetivos de entendimento, descrição e explicação, que ocorrem através: das análises de experiências ou grupos; dos exames das interações e comunicações instituídas e em desenvolvimento; e das investigações documentais (Flick, 2009).

Estivemos atentos aos cuidados e exigências na investigação da ação empírica do tema em estudo, nas suas inferências e sentidos, e na análise sistemática do material coletado. Assim, os métodos escolhidos se associam com os objetivos de cada estudo. Preocupados com a boa prática, buscamos avaliar o desenvolvimento desta pesquisa enfocando os oito critérios desenvolvidos por Tracy (2010). A autora argumenta, mesmo que a pesquisa qualitativa tenha enfoques pós-estruturalistas, logo mais livre de estruturas pré-determinadas, é importante que sejam definidos critérios que possam garantir sua alta qualidade e validade, para embasar diálogos com outras metodologias. Os critérios são: temática valiosa, excelência no rigor, sinceridade, credibilidade, ressonância, contribuição significativa, ética e coerência dos significados.

Tracy (2010) descreveu que o primeiro critério, temática valiosa, é a avaliação da sua relevância, sua temporalidade, sua significância, ser interessante ou evocativa. Estudos com esse critério tem a possibilidade de desacomodar os/as leitores(as) de suas percepções e práticas construídas no senso comum. A excelência no rigor metodológico, segundo critério, é a avaliação quanto a suficiência, abundância, adequação e complexidade dos construtos teóricos, dos dados, da amostra, do contexto, da coleta de dados e do processo de análise. O terceiro critério, utiliza o termo sinceridade no sentido do estudo ser caracterizado por auto-reflexão sobre os valores subjetivos, vieses e inclinações dos(as) pesquisadores(as); além da transparência quanto aos métodos e desafios. A credibilidade, como quarto critério, se refere à fidedignidade, verossimilhança e plausibilidade dos resultados da pesquisa. Ela é alcançada, na metodologia qualitativa, através das práticas que incluem uma descrição abundante dos significados culturais e dos detalhes concretos, da triangulação e da parcialidade. A ressonância, quinto critério, é a habilidade do(a) pesquisador(a) em fazer reverberar significativamente e afetar o público com os resultados de sua pesquisa. O sexto critério se refere à contribuição significativa do estudo com o meio científico, que pode ser evidenciado através do exame das teorias ou conceitos existentes na construção de compreensões em um

contexto novo ou diferente. Assim, pode oferecer a possibilidade de desenvolver o empoderamento de LGBTs. Os cuidados éticos são o sétimo critério, que foram considerados nesta pesquisa. O último critério, da coerência dos significados, ocorre quando se consegue a interconexão entre o método com o referencial teórico e os objetivos situacionais. Esta pesquisa foi estruturada de forma que correspondeu a todos esses critérios da boa prática.

No processo investigativo abordamos o fenômeno das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo para a construção de formas de sentido por meio da análise tanto documental, quanto da interação através de entrevistas. Ambas as formas de coletas de dados se justificam face às potencialidades que as duas composições possuem de construção de processos e artefatos sociais, as realidades relacionais (Flick, 2009; McNamee, 2010). Os métodos qualitativos que foram utilizados visaram desenvolver tipologias e teorias que descrevem e explicam os aspectos referidos das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo.

A tendência das pesquisas científicas no futuro é ter mais característica relacional, onde a produção de tecnologia popular será profusa e romperá com a noção de sujeito estável, influenciada pelas tecnologias da informação e comunicação (Roratto, 2010). Nosso delineamento segue essa configuração, onde consideramos a relação entre pesquisadores e sujeitos como participantes em um necessário processo dialógico de construção conjunta da pesquisa. Compatibilizamos a finalidade e o interesse da pesquisa com a finalidade e o interesse dos participantes, pois pensamos que é impossível a dicotomia entre pesquisador e objeto de estudo, uma vez que o objeto é criado pelo pesquisador e, dessa forma, constitui o todo. O processo de formação do conhecimento, então, inclui a percepção que ele surge da alteração que se dá na relação entre pesquisador e pesquisado (Palmieri & Martins, 2008).

Os dois aspectos principalmente considerados para a definição do *corpus* desta pesquisa, as relações conjugais e sua ocorrência entre pessoas do mesmo sexo, se associam com o método desenvolvido. Para este estudo planejamos o método de forma que fosse aberto em frente à complexidade do objeto traçado, e assim fosse possível descobrir aspectos diversos e desenvolver teorias embasadas empiricamente.

Frente a isso, organizamos esta tese em quatro seções. Na primeira, intitulada “Estar e ser casado(a): cidadania e direito ao casamento nos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo”, discutimos teoricamente a interação entre a política, processos sociais e constituição do indivíduo e suas relações. Para isso utilizamos dois fatores: (1) o processo de formação e significação individual e social da identidade e da cidadania; e (2) os aspectos relacionais, sociais e legais da instituição do casamento. Inicialmente buscamos discutir fatores relacionados aos conceitos de identidade e cidadania associando com o casamento.

Seguimos apresentando questões que incluem a discussão dos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo e sua contextualização social.

Em seguida, na segunda seção, buscamos comprovar, através de um ensaio temático, a tese que os relacionamentos afetivos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo podem e precisam ser considerados conjugalidade, pois são fáticos e se associam com os direitos humanos da população LGBTTT. Também discutimos que o foco no delineamento dos estudos sobre conjugalidade deve partir da relação, não prioritariamente e compulsoriamente da sexualidade.

A terceira seção apresenta o estudo desenvolvido a partir do enfoque qualitativo, exploratório-descritivo através de análise documental, que teve como objetivo conhecer as características dos *blogs* e os conteúdos das comunicações publicadas no contexto da *blogosfera* sobre o tema dos relacionamentos afetivos e amorosos de longa duração entre gays e entre lésbicas, incluindo as vivências e as opiniões sobre o tema. Foram selecionados 24 *blogs*, e analisados os dados referentes à classificação dos *blogs*, ao enquadramento do conteúdo das mensagens, assim como do conteúdo da interatividade, através da Análise de Conteúdo proposta por Bardin.

A última seção contém o segundo estudo desta tese que teve como objetivo conhecer os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo na sua profundidade, descrevendo as vivências desses casais, através de entrevistas com casais formados por pessoas do mesmo sexo. Desenvolvemos um estudo qualitativo, com delineamento do tipo exploratório e descritivo, através de entrevistas em profundidade com seis casais, os quais foram escolhidos pelo critério de conveniência. Para a coleta dos dados utilizamos a entrevista narrativa, e na interpretação utilizamos a metodologia da análise de discurso. Como técnica de análise empregamos o Método da Explicitação do Discurso Subjacente.

Esperamos poder contribuir para a ampliação e qualificação do conhecimento de todos e todas que entrarem em contato com este trabalho, além de receber críticas sobre nossos apontamentos e assim aprimorar nossa produção de conhecimento, e contribuir para uma sociedade mais capaz em buscar e encontrar seus objetivos, em relações mais democráticas e igualitárias.

REFERÊNCIAS

- Após 14 Horas de Debate, Senado da Argentina Aprova Casamento Gay. (Julho, 2010). *GI Globo.com*. Recuperado em 31 agosto, 2010, do <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/senado-da-argentina-aprova-o-casamento-gay.html>
- Casamento Homossexual Está Legalizado em Sete Países do Mundo. (Janeiro, 2010). *O Meu Jornal*. Recuperado em 23 maio, 2010, do <http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Casamento-homossexual-esta-legalizado-em-sete-paises-do-mundo.rtp&headline=20&visual=9&article=308846&tm=72010-01-08 09:59:57>
- Collier, D., Brady, H. & Seawright, J. (2010). Outdated views of qualitative methods: time to move on. *Political Analysis*, 18 (4), 506-513.
- Curry-Sumner, I. & Curry-Sumner, S. (2009). Where it all end? Common trends in American same-sex relationship recognition. *Equal Opportunities International*, 28 (3), 233-248.
- Deslauriers, J. & Kérisit, M. (2010). O delineamento de pesquisa qualitativa. In: Poupard, J., Deslauriers, J. P., Groulx, L. H., Laperrière, A., Mayer, R. & Pires, A. (pp. 127-153). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Louro, G. L. (2007). Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, 46, 201-218.
- McNamee, S. (2010). Research as social construction: transformative inquiry. *Saúde & Transformação Social*, 1(1), 09-19.
- Palmieri, M. W. A. R. & Martins, J. B. (2008). Possibilidades e desafios da produção científica no campo da psicologia: algumas reflexões. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 743-752.
- Salvador, S. (Julho 2010). Social: África é o pior continente para os 'gays'. *Diário de Notícias*. Recuperado em 31 agosto, 2010 de http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1620294&seccao=%C1frica
- Silva,, J. A., Neto (2005). *A representação social da relação conjugal sob a perspectiva de gênero*. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Silva, J. A., Neto & Strey, M. N. (2007). Gênero e conjugalidade: encontros e desencontros na representação social da relação conjugal. In: J. A, Silva Neto, M. N. Strey & R. L. Horta (org.). *Família e Gênero* (pp. 210-237). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Tracy, S. J. (2010). Qualitative quality: eight “big-tent” criteria for excellent qualitative research. *Qualitative Inquiry*, 16(10), 837-851.

SEÇÃO I

Estar e ser casado(a): cidadania e direito ao casamento nos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo

O reconhecimento da conjugalidade como compulsoriamente heterossexual tem se modificado em alguns países, ao mesmo tempo em que essa compulsoriedade permanece em outros. As mudanças que vêm ocorrendo incluem o reconhecimento da legalidade do casamento e/ou das uniões estáveis para os casais formados por pessoas do mesmo sexo. Porém, em outros contextos ainda há a negação desses direitos para tais casais, e em alguns países a homossexualidade ainda é tratada como crime². O Brasil está incluído na lista das nações que regularizaram as uniões estáveis para os casais formados por pessoas do mesmo sexo. No dia 5 de maio de 2011 (Decano, 2011), o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por unanimidade, o direito a união estável, reconhecendo a relação como entidade familiar. Isso implica na aplicação a todos os casais, independente de seus sexos, das leis que regem as uniões estáveis.

Nesse sentido, em acordo com o decano do STF, ministro Celso de Mello, também consideramos que a legalização das relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo se institui como um marco histórico para a aquisição de direitos e exercício da cidadania da população LGBTT³. Nas palavras do ministro: “um ponto de partida para novas conquistas” (Decano, 2011). Para que essas conquistas ocorram, é necessário vencer os vários outros aspectos sociais que reforçam estatutos punitivos, excludentes, discriminadores, fomentadores da intolerância, estimuladores do desrespeito e da desigualdade. Na busca consecutiva de enfraquecimento e anulação de tais estatutos, ao mesmo tempo de satisfações que se articulam com a cidadania e com as características relacionais interpessoais, a população LGBTT tem reivindicado, dentre outros fatores, o direito ao casamento.

O desejo pelo desenvolvimento do relacionamento conjugal, assim como as características dessas relações, são influenciadas por vários fatores que participam da construção da

² Os países que reconhecem legalmente o casamento e a união civil entre pessoas do mesmo sexo na atualidade são dez. A Holanda em 2001 inaugurou essa lista, sendo seguida pela Bélgica, Espanha, Noruega, Suécia, Canadá, África do Sul, Islândia, Portugal e Argentina. Os Estados Unidos possui uma condição especial ao não possuir um posicionamento unânime como nação, pois onze jurisdições permitem o registro legal desses relacionamentos, e utilizam uma diversidade de soluções com diferentes nomenclaturas para a formalização das relações. Em contrapartida, em alguns países africanos os relacionamentos homossexuais permanecem sendo concebidos como um ato ilegal, inclusive com a condenação das pessoas envolvidas à prisão e à morte. A pena de morte aplicadas a homossexuais ocorre em países como Arábia Saudita, Iêmen, Somália, Nigéria, Irã, Mauritânia e Sudão. Outros 70 países, aproximadamente, consideram a homossexualidade como delito grave com execução de penas que variam entre cinco e dez anos de reclusão.

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

identidade individual e grupal, como por exemplo o exercício da cidadania. Cidadania e identidade se associam através do mecanismo da constituição da percepção de si e do(a) outro(a), influenciando as características relacionais que se edificam sobre tal base. A constatação da participação cidadã possibilita o reconhecimento, a solicitação e o alcance de direitos, através da inclusão política crítica. Dessa forma, o não direito ao casamento pode dificultar os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, pois delimita, juridicamente e socialmente, tais relacionamentos em fronteiras impeditivas do alcance da igualdade social e do exercício cidadão. Porém, as construções sociais dos relacionamentos conjugais não ficam completamente presas nessas barreiras de delimitações. Os limites são dificultadores, mas são ultrapassados, mostrando que os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo são mais que possíveis, são fáticos. Os Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010 do IBGE (2011) mostram que no Brasil existem 60.002 domicílios onde há casais formados por pessoas do mesmo sexo.

A aprovação do sistema jurídico brasileiro das uniões estáveis homossexuais como entidades familiares foi baseado no fato que esses casais possuem convívio duradouro, público e contínuo, e que buscam a formação de família. Todavia, é necessário que o judiciário também perceba que a falta de legalização de outros direitos que envolvem os casais formados por pessoas do mesmo sexo também interfere nas construções relacionais, pois aumentam as dificuldades sociais enfrentadas por tais casais. As lacunas jurídicas são influenciadoras das construções sociais e da formação das minorias, e, conseqüentemente, dos estados de subalternidades. É necessária a antecipação do sistema jurídico para a construção de leis que garantam os preceitos maiores da Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 2010): a liberdade e a igualdade.

As necessidades de reavaliações e mudanças das legislações, as quais ocorrem devido ao dinamismo social, encontram, tanto reconhecimento e apoio, quanto desconsideração e repulsa. São forças contrárias que estão em constante confrontação e que influenciam o fenômeno social em questão. As forças favoráveis à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo se erigem em argumentos da necessidade de reconhecimento dos direitos dessa população para o exercício da igualdade entre os seres humanos, um dos princípios constitucionais. As posições contrárias também utilizam o mesmo documento para defenderem seus posicionamentos, pois ao mesmo tempo em que a Constituição Brasileira fala em igualdade, ela também ressalta que a instituição do casamento é para casais de sexos distintos. Outro argumento contrário utiliza passagens bíblicas que definem como pecado os relacionamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Percebendo a interação entre a política, processos sociais e constituição do indivíduo e suas relações, neste artigo, através da utilização da Teoria *Queer*, buscou-se desenvolver a discussão dos aspectos pertinentes aos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, que dificultam e que também podem possibilitar o reconhecimento dessa relação como possível de alcançar o *status* de casamento. Para isso utilizamos dois fatores: (1) o processo de formação e significação individual e social da identidade e da cidadania; e (2) os aspectos relacionais, sociais e legais da instituição do casamento.

Estar casado(a): identidade e cidadania

Uma das questões que se impõe na análise da falta de acesso ao casamento para os casais formados por pessoas do mesmo sexo é: qual a função social dessa negação? Para que serve socialmente essa impossibilidade? As respostas para tais questões se associam com a análise que evidencia a utilização da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais. Ao ser ponderado nas ciências sociais que a normalização é focada na sexualidade, e que essa é uma construção social e histórica, tornou-se razoável examinar o pressuposto, patente nas ciências sociais, da heterossexualidade como central para a ordem social, a heteronormatividade. Porém, para que ocorra a fundação da heteronormatividade, também é necessária a invenção da homossexualidade, pois a primeira se estrutura a partir da identificação da segunda como seu oposto.

Na heteronormatividade, heterossexualidade e homossexualidade são concebidas de forma dicotômica, por isso possuem relações estreitas nas concepções tanto de uma, quanto da outra. Miskolci (2009), ao definir heteronormatividade como: “conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (p. 156), reforça a interação homossexualidade / heterossexualidade. A heteronormatividade se institui como um mecanismo normalizador, possuindo aparato de poder e força que caracteriza a ordem social atual. Dessa forma, a concepção de heteronormatividade inclui os sujeitos caracterizados como anormais, pervertidos e sexualmente desviantes – os *queer*.

Os mecanismos de construção e controle dos sujeitos envolvidos na heteronormatividade, são complexos e facilitadores de dificuldades para o desenvolvimento crítico desses indivíduos. É o que acontece em relação à função dos sujeitos *queer* para a concepção da heteronormatividade, que facilita o enredamento desses sujeitos pela citada norma. Isso

ocorre, por exemplo, quando se concebe, equivocadamente, que a luta *queer* se refere ao posicionamento político contrário à heteronormatividade. Os sujeitos *queer* não reivindicam tomar a posição normativa. O foco da análise *queer* é a desconstrução da corrente teórica heteronormativa. O objetivo é explorar as sinuosidades da heteronormatividade, que institui a homofobia e a padronização dos homo orientados. Esses dois mecanismos possuem formas de ação complementares. Em relação à conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, a homofobia se manifesta em mecanismos de interdição e controle, e a padronização dos homo orientados se desenvolve através de modelos que iguala os homossexuais em identidades inferiores, e os mantém em posições de subalternidades. A homofobia e a padronização dos homo orientados são movimentos assimilacionistas que parte da heteronormatividade para negar direitos aos homossexuais, como o casamento, com o objetivo de controle e de manutenção da própria heteronormatividade.

Pollak (2010) ressaltou que os movimentos assimilacionistas são evidenciados na história da homossexualidade, ao analisar a construção da identidade sexual como organizadora do processo social. Ele afirmou que o “sair do armário”, ou seja, a aceitação individual da identidade homossexual, e a identificação positiva presente no sentimento de pertencimento a grandes grupos, contribuem para a permanência da intervenção do critério da orientação sexual na percepção e definição da organização de toda relação social. Ariès (2010), em associação à tese de Pollak, também evidenciou tais movimentos de assimilação, ao refletir sobre a construção sócio-histórica da homossexualidade. Segundo o autor, na Antiguidade clássica, a homossexualidade, no caso a masculina, pois a maior parte dos dados existentes se referem aos homens, ocorria de forma distinta ao que se conhece hoje, ou seja, ela não se estabelecia de forma contrária à heterossexualidade. As práticas sexuais de um indivíduo aconteciam tanto com outra pessoa do mesmo sexo, quanto de sexo distinto. O sexo praticado entre homens ocorria em certas fases da vida, ou em certas circunstâncias, e não eram desqualificadas socialmente.

O desenvolvimento da homossexualidade como identidade, se estabeleceu a partir do momento em que o sujeito começou a tomar consciência de sua especificidade, em termos de reconhecimento como doença ou perversão. Socialmente foram desenvolvidos modelos dominantes que passaram a representar tais sujeitos. No século XVIII, XIX e início do século XX, o sujeito homossexual masculino era identificado como do tipo efeminado, representando uma adaptação do homossexual ao modelo dominante, onde o homem possuía aspectos de mulher. Da mesma forma, o modelo desenvolvido para as mulheres homossexuais foi o de masculinidade. A delimitação da identidade homossexual causava uma certa tranquilização

social, pois esses sujeitos seriam facilmente reconhecidos, e o desejo entre homens e entre mulheres permaneceria direcionado entre o masculino e o feminino, com delimitação dos papéis tradicionais em um relacionamento não heterossexual. Porém, esse fator não deixou de construir o sujeito homossexual como ser inferior e maldito. Um ser anormal com anomalia física, que lhe identificavam como homem-mulher e como mulher-homem.

No final do século XVIII a medicina desenvolveu a concepção de homossexualidade como doença. Os médicos diagnosticavam o “paciente” como homossexual através dos exames físicos do ânus e do pênis, os quais teriam sinais de deformidades específicas causadas pelas práticas sexuais. Quando ocorria o diagnóstico, o indivíduo passava a ser portador de uma evidência física e uma evidência moral. A evidência física era decorrente dos ditos estigmas do vício que desenvolviam os sinais físicos. A evidência moral era entendida como uma forte tendência que levava ao vício, ao mesmo tempo em que se constituía uma ameaça de contaminação para as pessoas saudáveis. Frente a tais significados estigmatizantes e de desvalia, os homossexuais buscavam ocultar sua sexualidade, ou confessar para o médico, com a finalidade de defesa contra possíveis agressões. Se a escolha era pela ocultação, no dia-a-dia o indivíduo precisava renegar o seu desejo ou mantê-lo clandestino. A confissão costumava ocorrer por sentimentos de vergonha ou por provocação, sem o significado de reivindicação de direitos, pois não ganhava publicidade. A saída da clandestinidade tinha como finalidade escapar do mundo de investigações, de intervenções e de controle da medicina, preferindo retornar ao mundo marginal dos perversos, onde estavam anteriormente.

No início do século XIX foi desenvolvida a representação do sujeito homossexual masculino como promíscuo e sedutor. A partir desse período, passou-se a acreditar que os homossexuais possuíam um grande poder de sedução, o qual fazia parte da sua “natureza”, convertendo outros homens em homossexuais. Por isso, deviam ser mais controlados e vigiados, da mesma forma que era feito com as mulheres e as crianças. Os poderes depositados sobre os homossexuais, os tornavam indignos de confiança, pois possuíam grande risco de se tornarem uma pessoa perversa e delinquente.

Na atualidade, a construção social da imagem do sujeito homossexual é uma associação de modelos. Entre os homossexuais masculinos, além do já conhecido efeminado, se somou a imagem de macho, desportista e viril. E para as mulheres homossexuais, a imagem feminina e vaidosa. O mecanismo classificatório que padroniza, também qualifica essas pessoas como possuidoras de prioridades não valorizadas, quando se pensa, por exemplo na formação de uma família. Qualquer que seja a imagem do sujeito *queer*, ela significa superficialidade no

jeito de ser, que se soma a de “doente” e perverso. Essas características levariam às práticas da pedofilia, as quais são associadas à homossexualidade masculina. Esse jeito de ser desqualificado foi compreendido como incapacitante para a formação de família.

Toda formação histórica do sujeito homossexual demonstra sua importância na regulação e normalização dos processos sociais. A representação desse sujeito como não aceitável e perverso, contrapõe-se à moral sexual rigorosa que se entremeia no ocidente com o cristianismo. A dicotomia hetero / homo, funda a política de coalizões, que separa, de forma binária, a heterossexualidade da homossexualidade. Assim, ocorre a delimitação, regulação, saneamento e normalização das práticas sexuais, coalizando de um lado a heteronormatividade, e do outro a “perversa”, “doente” e “pecaminosa” homossexualidade.

Ao desenvolver discussões das percepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação, criticando, politicamente, os movimentos assimilacionistas dos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero, surge na década de 1980 nos Estados Unidos a Teoria *Queer* (Miskolci, 2009). A ideia de sujeito na Teoria *Queer* é defendida como ser provisório, circunstancial e cindido. Isso significa dizer que as identidades sociais, singularidade de características do indivíduo em suas circunstâncias e situações, são desenvolvidas através da forma como o conhecimento é organizado. A produção social e definição das identidades, e consequente qualificação dos sujeitos, passa pelo processo de naturalização nos saberes dominantes. Cria-se, por meio da sua própria existência social, desejos, crenças e valores, que se articulam com o sexo e a sexualidade (Miskolci, 2009, Rios, 2006). Dessa forma, a estruturação identitária e, conseqüentemente, política dos sujeitos, designa posições sociais que se dão através das interações pessoais (Prado & Machado, 2008).

A delimitação da identidade heterossexual a partir da homossexual, revela outro mecanismo constitutivo da identidade, a linguagem. Caracterizada como uma construção binária, a linguagem separa as formas relacionais quanto à orientação sexual dos cônjuges e deposita no modelo heterossexual a promoção social e o reconhecimento cívico político dos indivíduos para o acesso ao casamento. O binarismo linguístico divide e classifica a sexualidade e o desejo como algo reificado, ou seja, fixo, natural, indiscutível e formado por verdades inquestionáveis. Nesses moldes, são depositados valores positivos em um pólo e negativos em outro. Os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, assim como a própria subjetividade dos homossexuais, é inferiorizada através da produção social secundária em qualidade, importância e valor da identidade (Butler, 2003b, Eribon, 2008, Souza & Carrieri, 2010, White, 2005).

A linguagem, e seu binarismo, participam da caracterização da identidade homossexual como incivilizada e antinatural. Essa é uma concepção nos termos da economia significativamente homofóbica. Nessa economia ocorre a idéia de construção dos contornos corporais estáveis, que significa a delimitação no corpo de lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade associadas às práticas sexuais. Para esse corpo foi desenvolvida uma noção naturalizada que manteria estável suas fronteiras, baseadas nos tabus que reforçam a distinção do corpo em função da estabilidade de seus limites no sentido da significação erótica. O rompimento dessas fronteiras é percebido como antinatural. Para a construção da singularidade desejada do corpo, e assim do sujeito e sua identidade, na inteligibilidade linguística, ocorre a descrição dos dois pólos. Portanto, são necessários a identificação do corpo indesejado e o reforço do tabu que estabiliza as fronteiras. A identidade singular desejada do indivíduo se dá por exclusão. Ela é um reflexo das idéias estruturalistas do tabu construtor de fronteiras na economia da homofobia.

Portanto, para a identificação da identidade desejada, é necessário o descarte do que é indesejado no corpo, dos seus elementos estranhos, que por sua vez estabelece o próprio estranho. Esse é o mecanismo da abjeção, onde o que foi expelido do corpo se torna o “Outro”, o abjeto. Em relação à esse aspecto, Butler referiu: “A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito” (2003b, p. 191). Dessa forma, o estranho é formado pelo familiar percebido como excremento, que é expulso e depois repudiado, constituindo-se como um dos fatores formadores das identidades na heteronormatividade, que inclui o sexo, o gênero e o desejo.

Ao examinar a relação do sujeito com o desejo, as proibições desenvolvidas pela psicanálise com a produção das matrizes heterossexuais, e a dimensão semiótica da linguagem, Butler (2003b) propôs que a identidade é culturalmente construída através da performatividade, ou seja, de atos realizativos. Dessa feita, ela não é natural. Da mesma forma, sexo também é um produto cultural, pois é construído no seu binarismo através de categorias discursivas que os formalizam, e instituem a ilusão da identidade pessoal normal, o natural, o originário e inevitável. Assim, tanto a categoria sexo quanto gênero, possuem função de regulação, estabilização e normalização da sexualidade, pois ambos se instituem a partir da estabilidade natural. A identidade não existe subjacente às expressões de gênero, ela é performativa, é o resultado do fazer constituída por diversas expressões (Femenías, 2003).

Portanto, a identidade, na Teoria *Queer*, é percebida como não fixa e não dicotômica entre masculino e feminino, e não deve ser assegurada como representativa de unidades que assimilam sujeitos nas normas construídas, e nem que se relacionam com o fundacionismo da

política de coalizões. Nessa abordagem antifundacionista não ocorre a pressuposição da premissa identidade, nem o conhecimento anterior à prática de assembléia coalizada, que se refere ao saber estruturalista dicotômico que define a formação da identidade como definitiva e busca representar e identificar os indivíduos como participantes de grupos homogêneos. A percepção do indivíduo como provisório, circunstancial e cindido assegura a emersão de unidades transitórias articuladas com outras propostas que não a identidade. Uma dessas propostas é a articulação com ações concretas que se evidenciam nas práticas sociais. Dessa forma, o foco de análise está na *performance* da sexualidade, que evidencia os mecanismos de construção da norma heterossexual.

Na sociedade heteronormativa, a *performance* consolida os corpos e assegura a heterossexualidade pela diferença. Para a construção da identidade na heteronormatividade é necessária a demarcação e a negação do seu oposto, pois ambas lhe fornecem limite e coerência. A norma do exercício da sexualidade heterossexual como compulsória não existe para ser obedecida, mas sim para estimular os outros modelos e assim assegurar a heteronormatividade, pois a construção da identidade só ocorre na diversidade percebida como diferente (Butler, 2003b, Chidiac & Oltramari, 2004, Foucault, 1988). Assim, as práticas sexuais fora da norma seriam estimuladas e ao mesmo tempo controladas, ao serem, por exemplo, impedidas de alcançar níveis de reconhecimento social de direitos igualitários.

No entanto, os mecanismos políticos de controle pela norma não são um bloco monolítico. O dinamismo social e das identidades evidencia as dificuldades nos desenvolvimentos humano e social, e criam necessidades de mudanças em diversos níveis da sociedade. O casamento, ainda nos dias de hoje, se agrega com uma força de desejo de romance, de intimidade, de necessidade de repetição, que possui grande poder social, pessoal e que aproxima as pessoas em busca de um relacionamento conjugal (Jones, 2009a, Silva, Strey & Magalhães, 2011). Mesmo que essa formatação das características relacionais no casamento, e o desejo de viver tal relação, alcance diversas populações e contextos, as linhas construtivas da política brasileira mantêm a heteronormatividade como estrutura dos pressupostos que regularizam o casamento.

A construção política é fundamental para a vida do indivíduo e da sociedade, uma vez que não somos autárquicos. Ela se caracteriza “...como espaço de existência humana em comum” (Rios, 2006, p. 113), e possui acepções de convívio tanto no caráter privado quanto nas definições de poder dos indivíduos na esfera pública. Juntamente com outros fatores, que são tanto intrínsecos, quanto extrínsecos às relações, a política participa na construção das características conjugais. Para citar alguns, podemos dizer que a política se relaciona com: a

qualidade da relação conjugal, a satisfação dos cônjuges, o reconhecimento e respeito familiar e social pela relação, os direitos ao patrimônio, o direito à parentalidade conjunta, dentre outros. Tais fatores possuem ingerências recíprocas, relacionando-se, assim, com as formas de construção do relacionamento e suas implicações sociais.

Os relacionamentos afetivos e sexuais estáveis entre pessoas do mesmo sexo na atualidade possuem características de uniões autênticas, como dito anteriormente, com padrões de relações matrimoniais ou companheiras, e vem recebendo apoio social, mas ainda insuficiente para reverter a posição de inferioridade quanto à liberdade de acesso ao casamento. A intensidade do apoio para a legalização do casamento é diferente, por exemplo, do apoio que a população LGBTTT tem tido quanto ao incentivo de consumo de bens materiais (Fleischmann & Moyer, 2009). O capitalismo e o poder aquisitivo, conquistado por *gays* e por lésbicas, tem modificado o cenário do comércio de bens e serviço. São consumidores desejados pelas empresas, as quais geram divulgações inclusivas dessa população. No entanto, a inclusão não se reflete nos direitos de liberdade de acesso ao casamento.

A centralidade do sexo e da orientação sexual para a organização política caracteriza o processo político desenvolvido no capitalismo contemporâneo. É a sexopolítica, uma das formas dominantes da ação biopolítica. Nela, o cálculo do poder inclui o sexo e os aspectos a ele relacionados, como os órgãos sexuais, as práticas sexuais, os códigos de masculinidade e feminilidade e as identidades sexuais, tanto as chamadas “normais” quanto as “desviantes”. Na sexopolítica, os agentes de controle da vida são executados através dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização, sendo a heterossexualidade uma delas. Nesse discurso e nessa tecnologia entram as estruturas jurídicas da linguagem e da política que compõem o cenário do poder na contemporaneidade, categorizando identidades engendradas, naturalizadas e imobilizadas. Forma-se, assim, outro mecanismo de controle que envolve a própria concepção dessas categorias, pois estar inserido(a) em uma forma de ser definida, assim como é dito que deve ocorrer quando se pertence a um sexo e a um gênero, é fundamentalmente impossível. Essa situação se configura como um truque performativo da linguagem e/ou do discurso que oculta essa impossibilidade (Butler, 2003b, Preciado, 2011).

A possibilidade do rompimento da hegemonia heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica, através da multiplicidade subversiva da sexualidade, é suprimida pelo binarismo presente na sua regulação. A heterossexualidade compulsória e naturalizada se constrói sobre a expressão do gênero como substância, a qual utiliza o pressuposto que uma pessoa é o gênero no qual está alocada em função do sexo que possui. A sexopolítica utiliza esse mecanismo para delimitar o eu verdadeiro, a identidade do indivíduo, que se revelaria no

sexo, no gênero e no desejo. No entanto, o truque performativo é autolimitado. O fracasso desse mecanismo é evidente quando são criados movimentos sucessivos e justapostos, como o dos direitos LGBTTT, que se configuram como multidões de minorias sexuais.

As sexualidades subversivas, como desafios constantes à autoridade legal, se articulam e florescem temporalmente anterior à instituição da lei, durante sua vigência e após a sua queda. Isso ocorre não exatamente pela lei, mas em função do poder presente na sexopolítica, pois ele envolve tanto as proibições e regulações que se instituem pelas funções ou relações diferenciais jurídicas, quanto também envolve as ações subversivas que são produtivas, generativas. É o poder político de resistência que possui capacidade de investimento nas posições de sujeitos “abjetos”, que desenvolvem a possibilidade de serem ouvidos a partir do local onde se encontram. As organizações LGBTTT se fortalecem pela construção de inteligibilidade do posicionamento que possuem, seja pelo poder desenvolvido na sociedade capitalista, ou mais amplamente, seja pelo poder de força social pela saída do silenciamento frente à posição de subalternidade.

As subversões das minorias sexuais implicam na percepção que a sociedade se baseia na lógica de superiorização e inferiorização dos grupos sociais, através de valores, que compromete os/as homossexuais quanto ao exercício da democracia e, conseqüentemente, da cidadania. Compreendendo cidadania como “participação eficiente e criativa no contexto social, o exercício concreto de direitos e a possibilidade de experiência da felicidade...” (Rios, 2006, p. 112), os casais formados por pessoas do mesmo sexo no Brasil não possuem exercícios de cidadania quanto à participação eficiente e criativa no contexto social do casamento. Se o exercício de cidadania é comprometido, então o regime político brasileiro, para os casais em relacionamentos conjugais com pessoas do mesmo sexo em relação à liberdade de casar, não é democrático. A democracia, como valor universal, uma vez que se associa com o campo da criação e da manutenção da vida com dignidade com respeito ao princípio ético da solidariedade (Rios, 2006), não se institui no tema em análise no Brasil, evidenciando sua outra dimensão, a da perspectiva histórica, que delimita sua atuação. A sociedade brasileira se caracteriza mais como autoritária e hierarquizada frente aos casais formados por pessoas do mesmo sexo quanto ao direito de casar, pois, dentre outros fatores, é deficitária na criação de condições efetivas para a participação cidadã dessa população. Tal grupo é dificultado na efetividade dos requisitos para o exercício democrático nas suas três dimensões: política, econômica e social.

No panorama onde os interesses se constituem como bilaterais ocorre o reforço da teoria democrática neoliberal. De um lado se posiciona o Estado, e do outro o indivíduo, num

contrato social onde se evidencia a busca pelo lucro máximo e pelo consumo. Essa estruturação desvirtua a percepção da necessidade de construções contratuais plurilaterais, através da destituição aparente do caráter político das relações econômicas, sociais, familiares, profissionais, culturais e religiosas, que constantemente se caracterizam como autoritárias. Formam-se argumentações que depositam na aquisição de direitos de LGBTTT, como o casamento, fenômenos sociais neoliberais que não possuem base em evidências.

Um dos argumentos contrários à legalização do casamento para pessoas do mesmo sexo, é o que associa tal legalização, com dificuldades assistenciais previdenciárias estatais e a privatização deste serviço. É dito que ao ampliar tal direito para os casais homossexuais, haveria um detrimento do que já está estruturado. Da mesma forma, os estados argumentam que a união civil entre pessoas do mesmo sexo põe em perigo a instituição do casamento entre homem e mulher (Jones, 2009b). Forma-se mais uma celeuma que encobri os motivos homofóbicos envolvidos nestas argumentações. No Brasil, assim como nas Américas de um modo geral, a assistência previdenciária jamais alcançou todas as famílias e todos os casais heterossexuais, e a privatização já é uma realidade. Weeks (apud Jones, 2009a) destaca que a ação do estado se dá frente a um cenário de batalha onde agem diferentes forças: a segurança pública, o feminismo, as necessidades assistenciais e a corrida pelas eleições seguintes.

Como lutas concretas para expandir os conceitos de democracia no sentido de valor universal e o da cidadania como direito de todos(as), grupos organizados LGBTTT tem buscado o reconhecimento social, político e legal, principalmente quanto a direitos que ainda são negados em vários níveis e contextos. A falta de direitos intensifica a homofobia, que aterroriza a população LGBTTT brasileira, pois o Brasil é o país com maior número de homicídios dessa população (Relatório anual, 2010). Porém, somente a luta das minorias sociais não é suficiente para as mudanças e asseguramento dos direitos humanos. A lógica do individualismo neoliberal necessita ser revista e ampliada para a ação conjunta, com uma nova noção de cidadania, onde a política possa realmente tratar da convivência entre os diversos, mais próxima da igualdade de direitos.

Ser casado(a): relação e sociedade

Reconhecemos que nessa busca pela obtenção do respeito social ao direito da diversidade conjugal alcançar o *status* de igualdade com o modelo heterossexual, faz com que seja limitada a potencialidade política de subversão das comunidades *queers*. Os movimentos

progressistas, com atuação pró-direitos LGBTT, ressaltam que os valores tradicionais de família presentes na concepção de casamento, fundado no modelo heterossexual, remetem às questões de natureza patriarcais e misóginas, além da possibilidade de resultar em neutralização das atitudes contra-hegemônicas de tais grupos (Mortimer-Sandilands, 2011).

Ao evidenciar a associação entre opressão e direitos, ressaltamos que quanto maior a opressão, menor será o reconhecimento dos direitos, e mais incapazes são os indivíduos de reclamar por eles. Além disso, nos estágios iniciais do processo de aquisição de direitos é frequente a confiança nas organizações existentes. Portanto, o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo pode servir também: como um catalisador para o desenvolvimento da igualdade social, como empoderamento das pessoas envolvidas através do amparo legal, como reconhecimento do direito de escolha de parceiro(a) e sua publicização independente de regras e normas sociais, e como maneira de desenvolver a consciência de direitos nos grupos LGBTT (Callahan, 2009, Fleischmann & Moyer, 2009, Onishenko & Caragata, 2009).

Assim, o atual posicionamento de inferioridade ao alcance desse direito, também enfraquece o desenvolvimento de possibilidade de ações subversivas à ordem suscitada no modelo tradicional de conjugalidade. Percebendo a performatividade como um dos fatores influenciadores da identidade, a posição de subjugação LGBTT, em muitos aspectos, dificulta a apropriação do direito, por parte dessa população. Acreditamos que para o alcance da ação transformativa, da descontinuidade, é necessária a percepção de si como possuidora de forças políticas. O tratamento dado à população LGBTT não impede as atividades de busca por uma posição de maior igualdade, no entanto, para chegar a esse ponto são frequentes os sofrimentos associados com o questionamento da própria sexualidade, no sentido de percebê-la como indigna, seja por ser uma forma de pecado, de doença ou de ilegalidade. A posição social de maior igualdade para os LGBTT, dentre outros fatores, como o direito ao casamento, pode enfraquecer a homofobia presente tanto fora, como dentro do próprio indivíduo.

É possível ressaltar, ainda, que a comunidade científica conhece muito pouco sobre o verdadeiro impacto do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos relacionamentos e cultura LGBTT. Esse casamento envolve um ato pessoal e social complexo, que alcança o casal, seus/suas filhos(as), a família extensa e a sociedade nos mais diversos níveis de inserção. O estudo de Onishenko e Caragata (2009) com casais em casamentos com pessoa do mesmo sexo, no Canadá, país onde estes casamentos estão legalizados, evidenciou que o efeito do casamento tanto se associou com transformações pessoais quanto sociais, através, principalmente dos relacionamentos dos casais casados com as pessoas que amam. Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos: o casamento ajudou a transcender a

homofobia, reforçando os relacionamentos de amor com filhos(as), família e marido ou esposa; os casais se sentiram surpresos(as) positivamente com a aceitação que tiveram de pessoas heterossexuais, percebendo que o ritual do casamento é um rito de passagem que ajuda as pessoas heterossexuais a entenderem os relacionamentos homossexuais, e para o casal atua como legitimador da relação pela oportunidade de expressar seus sentimentos e sua relação; a definição do ritual pode possuir as características definidas pelo próprio casal, o que ajuda na percepção que o casal possui autonomia para construir as características relacionais que lhe convierem, mesmo o casamento sendo uma instituição tradicional, contestando aspectos indesejados e se apropriando da relação publicamente; o casamento também foi percebido como um símbolo tangível do estabelecimento da unidade familiar, o qual aumenta a sensação de segurança tanto para o casal como para seus/suas filhos(as). Destaca-se que, nesse sentido, o que é pessoal também é político. O casamento tanto serve como expressão de amor e comprometimento emocional, quanto como forma de ir à direção da igualdade e liberdade, saindo da opressão.

Mesmo com todas as dificuldades que o modelo conjugal tradicional possui na atualidade, o casamento permanece sendo a forma de união dominante no ocidente. Ele é uma instituição social formadora de identidade valorizada culturalmente e permite a obtenção de benefícios sociais. Quando um casal é proibido de alcançar o direito ao casamento, a percepção da própria relação conjugal pode mudar, e pode limitar o alcance de satisfações pessoais e relacionais. Questões como a sobrevivência, a aquisição de bens comuns, acesso aos sistemas de saúde, a constituição da prole, dentre outros, são exemplos de fatores presentes na vida de pessoas casadas, e que são por muitas desejados. Atualmente, é possível adquirir esses direitos nos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, através da união estável. Mas, para que isso ocorra, é preciso comprovar a existência prévia do relacionamento para o reconhecimento dos direitos dos cônjuges. Já no casamento, tais direitos são adquiridos no momento em que o casal se casa. Portanto, ainda existem impeditivos legais homofóbicos para o posicionamento de igualdade, que são potenciais influenciadores das relações conjugais.

Os movimentos de superação da homofobia, frente às conquistas sociais LGBTTT, são parciais. Mesmo que ocorram mudanças a favor dessa população, como a legalização do casamento, nenhum movimento por si só é suficiente para a superação das ações homofóbicas. Nos países onde é possível casar com alguém do mesmo sexo, ao mesmo tempo em que existe o reconhecimento legal de direitos, também há restrições que posicionam esses casais em um lugar de subalternidade quando comparados aos casais formados por pessoas de sexos

diferentes. É o que ocorre em Portugal, onde a adoção de crianças é restrita ao modelo de casamento tradicional (A Favor, 2010). Dessa forma, mesmo havendo mudanças sociais, acontecem permanências de discriminações que servem para a própria constituição da díade hetero / homo, pois é de interesse a formação do “outro” no modelo heteronormativo. O “outro”, dessa forma, é marcado pela alteridade, pois seria impossível de alcançar a condição de completude. No Brasil, a pretensa alteridade também é exercida no domínio do interesse ao legalizar a união estável e não o casamento para os casais formados por pessoas do mesmo sexo. Compreendemos, então, que a parcialidade na superação da homofobia se constitui como um processo de formação do “outro” na classificação de ser incompleto, e por isso a alteridade é composta pelo discurso de possibilidade, mesmo que seja para sujeitos em tais condições, justificando as negações através da condição que esse “outro” possui.

Posições mais igualitárias para a população LGBTTT ocorrem através do empoderamento por parte dos grupos beneficiados, e através do desenvolvimento do interesse social pela mudança. Dessa forma, a dimensão do interesse é um dos fatores que compõe o sujeito, o estatuto do “eu” que vem de fora dos seus próprios domínios, e que se associa com a performatividade na construção da identidade, através de um processo de mobilização de atos repetitivos e estilizados. No entanto, a fuga dessa regra ocorre na concepção *queer* do sujeito, onde o privilégio da análise é sobre a dispersão, a improvisação e a descontinuidade. Para essa análise, o sujeito é pensado como construção decorrente de várias relações sociais, uma sobredeterminação dessas relações, interessadas em dar coerência a um corpo. Nessas condições, o sujeito ao mesmo tempo em que se baseia nas relações do mundo de interesse, também não se exime dos parâmetros éticos e de responsabilidade nas decisões tomadas (Alós, 2010).

Frente a situação atual do contexto brasileiro, assim como de países onde existem outras formas de reconhecimento legal da relação, mas que não possui o apelo de casamento, nem da aprovação de todos os direitos e responsabilidades associados a ele (Salvador, 2010), ressaltamos a tese de Butler: “o tema do ‘casamento *gay*’ não é idêntico ao do parentesco homossexual” (2003a, p. 221). Na prática social o parentesco só funciona e se qualifica como tal quando é assumida uma forma reconhecível de família. Por parentesco se entende o conjunto de práticas que determinam as negociações da reprodução da vida e as demandas da morte, e que se dão através do desenvolvimento de diversos tipos de relações. Essas práticas orientam as formas centrais da dependência humana, que são relacionados com nascimento, criação das crianças, relações de dependência e apoio emocional, vínculos intergeracionais,

doença, falecimento, dentre outras. Portanto, as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo não são necessariamente associadas com a concepção de parentesco.

Butler considerou que tem havido uma separação entre casamento e parentesco na sociologia contemporânea, reforçada, dentre outros fatores, pelas legislações que regularizam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas excluem a possibilidade de direitos à adoção ou às tecnologias de reprodução pelo casal, como tem sido garantido pelo casamento até então. Nem sempre ocorre uma associação direta entre a legalização do casamento entre *gays* e entre lésbicas, e as legislações sobre famílias. Esse distanciamento é estruturado em idéias que expressam percepções que as variações no casamento são perigosas para as crianças, e comprometem o entendimento que o parentesco é regido por leis percebidas como naturais e culturais.

O domínio do Estado sobre o casamento é uma forma de garantir a concepção de parentesco nos moldes tradicionais, pois o casamento entre *gays*, e entre lésbicas, impõem a necessidade de reavaliação da legitimidade reconhecida pelo Estado, tanto para a dupla heterossexual, quanto para a diversidade de organizações conjugais. O *status* de legitimidade é construído sobre o léxico da legitimação do Estado, que ocorre somente através da exclusão do seu oposto, os localizados nas zonas de ilegitimidade. Mas, além desse aspecto, ainda associada com a sexualidade, existe o campo dos ilegíveis e dos insustentáveis. São os que ultrapassam a racionalidade legal e se compõem em lugares de não-representatividade.

Ao associar práticas sexuais e casamento, as formas relacionais possíveis de serem legitimadas, quando se fala no relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, são as que acompanham os moldes do relacionamento tradicional. A legitimidade e a ilegitimidade põem em evidência a necessidade de operar fora da lógica da legitimação. No entanto, é através da abertura do discurso de inteligibilidade que podemos criticar a centralidade da sexualidade na organização social. Essa abertura possibilita sair da estruturação política que delimita a discussão apenas para explicitar qual é o posicionamento de cada um(a) quanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, se é favorável ou contrário(a), sem criticar essa estruturação.

O poder do sujeito *queer*, de promover a subversão da norma quanto aos relacionamentos conjugais, pode se enfraquecer se ocorrer a perpetuação do discurso político reconhecido que renuncia o próprio campo político, aquele que não possui a perspectiva crítica. Essa política acrítica depende essencialmente do desconhecimento e da despolitização. Ela posiciona o sujeito longe do julgamento da ação de delimitação. As derivações das atitudes políticas devem ampliar, muito além, das crenças, prescrições gerais e princípios morais. A

inteligibilidade da sexualidade em pólos binários é uma prática que distancia o sujeito da delimitação.

No entanto, o binarismo não impede a formação de zonas intermediárias, nem de formações híbridas onde também se localizam a legitimidade e a ilegitimidade. Butler (2003a) nomeou tais espaços como “não-lugares”, que se caracterizam por dois aspectos importantes. Por um lado existe nos “não-lugares” uma precariedade, ou mesmo evasão, do conhecimento e do auto-reconhecimento, sendo o sujeito irreconhecível. Por outro lado, os “não-lugares” também têm a possibilidade de fazer emergir reivindicações dos “não-ainda-sujeitos” e do quase reconhecível, que precipitam mudanças topográficas das zonas politicamente construídas. Esse é o mecanismo social e político de posicionamento dos “não-ainda-sujeitos”, localizados nos “não-lugares” do casamento quando se fala na conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo. Desse lugar emergem reivindicações que são ouvidas e questionadas. Os questionamentos abrem o espaço topográfico da delimitação, ao mesmo tempo em que reforça o distanciamento do julgamento dessa ação. Assim, são legalizadas as conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo, mas permanecem proibições que não as igualam aos relacionamentos heterossexuais quanto aos direitos exercidos. As explicações mantêm o distanciamento da crítica política, que requer a sexualidade no centro da organização social, necessitando, dessa forma, da manutenção da diferença para a o exercício da heteronormatividade, e que mantém o parentesco como heterossexual.

A diferença hoje em dia se estrutura entre homem e mulher, focada na fisiologia e no sexo, que cria inteligibilidades quando existem misturas entre os sexos. Isso ocorre através das práticas sociais que associam atitudes, vestuário e conhecimento ditos masculinos em pessoas do sexo feminino, e vice-versa. Leite (2009) juntou tais aspectos com o que historicamente foi chamado de hermafroditismo. A ambiguidade sexual deixou de ter uma representação da antiguidade de prodígio da natureza, passando a ser percebida como um desvio dessa natureza. Hoje, no universo das ciências da psique, o hermafroditismo é percebido como interiorizado, passando a ser identificado como “hermafroditismo psíquico”. Vem daí a origem dos “perversos sexuais”, onde se localizam os indivíduos homossexuais.

O nascimento de uma criança na Grécia Antiga com algum tipo grave de ambiguidade genital resultava em sacrifício do(a) recém-nascido, por representar um mau presságio ou um castigo dos deuses. Nos dias atuais, a homossexualidade, como uma forma de “hermafroditismo psíquico”, também se associa com a percepção negativa das famílias quando um filho(a) relata sua homossexualidade. Pais e mães assumem condutas que vão desde auto a heteroagressões. Na primeira ocorre a culpabilização de si mesmo(a) de ter

“errado” na educação do(a) filhos(a); já na segunda há acusações do(a) cônjuge de ter feito com que o/a filho(a) fosse desse jeito, e agressões psíquicas e físicas do(a) filho(a) homossexual, podendo chegar até a expulsões da casa da família. Essa aparente impropriedade da associação homossexualidade com o parentesco, mantém a população LGBTTT longe do direito de formar uma família através da instituição do casamento.

O misticismo que associa o hermafroditismo ao castigo, e as famílias às divindades, incide sobre as religiões ocidentais e faz com que o “hermafroditismo psíquico” seja reconhecido como uma forma de pacto com Satã. Os indivíduos, reconhecidos como homossexuais, precisam ser “dominados”, para não colocarem em risco a ordem, do frágil e constantemente ameaçado, reino de Deus. Eles se configuram como um ser maléfico por possuírem características semelhantes ao diabo, pela sua inconstância, transitoriedade, hipersexualidade, variedade de mudança de formas, onde existem conceitos dúbios e formas intermediárias. Oposto e ao invés disso, se localiza Deus, que é definitivo, completo ou perfeito, assexuado e com aparências precisas. Os grupos religiosos mais tradicionais se opõem ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, para garantir sua identidade “divina”, através da manutenção das identidades pecadoras e demoníacas dos indivíduos homossexuais.

A família e o parentesco, como formação sacra, são impedidos aos indivíduos homossexuais, devido ao risco da preponderância do pecado sobre a virtude, e assim o declínio da ordem do reino de Deus, e apogeu de Satã sobre a Terra. Os mecanismos de afastamento dos seguidores religiosos da crítica política que constrói o “perverso” para manter o “divino”, mantém a lógica religiosa determinante do direito ao casamento exclusivo aos casais formados por pessoas de sexos distintos. São dificultadas as percepções da perversidade, nos termos religiosos, desse próprio mecanismo. O absolutismo e a reificação são utilizados para a manutenção da representação positiva em um grupo e negativa em outro.

Na busca do desenvolvimento de uma política crítica, o movimento sexual progressista defende o direito ao casamento para casais formados por pessoas do mesmo sexo, sem reconhecer a necessidade de sanção ou legitimação da sexualidade através do casamento. O reconhecimento e legalização do casamento pelo Estado se referem à liberdade da escolha. O foco é sobre a possibilidade de ocorrência do desejo dos casais pelo Estado, garantindo satisfações relacionadas com a abonação dos direitos que podem ser oportunizadas pelo próprio Estado. Também se relaciona à construção da percepção de si e do relacionamento como socialmente promovido, a ponto do desenvolvimento da possibilidade de escolha. As cinco funções sociais tradicionais do casamento, descritas por Therborn (2006), que são: regulação da sexualidade, arranjo para a procriação, veículo de integração social e de divisão

social, o estabelecimento do status social da pessoa adulta e a formação do domicílio, não se aplicam de forma compulsória aos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Tais fatores se associam com direitos de igualdade, liberdade e segurança.

Estar e ser ou não estar, nem ser: no fim é ...

Como os temas família e casamento são de elevada estima para o conservadorismo social, pois adquirem centralidade na concepção de ordem desejada, os movimentos sociais que requerem mudanças nestas concepções costumam serem tratados de forma reacionária. Nos momentos de dificuldades sociais é comum a utilização da retórica da família na sua construção tradicional para “recompôr a ordem social”. Mesmo que se tente este mecanismo de reconstrução de ordem com a manutenção do *status quo*, ele não funciona para deter as transformações sociais e políticas necessárias para o momento histórico (Jones, 2009a).

As experiências de exclusão do seio familiar vivido por LGBTs fazem parte da constituição das subjetividades de muitas dessas pessoas. As injúrias familiares se fazem presentes em diversos aspectos, que vão desde formas abertamente violentas até aquelas onde a agressões são menos evidentes. A Constituição do Brasil reconhece a família como a base da socialização. Para homossexuais as dificuldades, muitas vezes, iniciam nessa base, devido à falta de aceitação e respeito, que por sua vez contribuem na constituição das formas de autopercepção desqualificada e com qualidades de subalternidades. Também é nessa base que permanecem, pois é negado ou dificultado o *status* de família através do casamento, para os casais formados por pessoas do mesmo sexo. Instituir esse e outros direitos, tem sido a luta dos grupos LGBTs desde *Stonewall* nos EUA, em busca de inclusão social (Bonauto & Wolfson, 2009).

No entanto, um fenômeno que inclui a legislação, a instituição familiar e a aceitação da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, têm ocorrido em algumas partes do mundo. Dois dos fatores associados a essa aceitação diz respeito aos interesses da comunidade e ao desenvolvimento do modelo de relacionamento considerados responsáveis. Nesse processo de construção da aceitação e inclusão, o meio social não possui tanto o foco no binarismo homossexualidade / heterossexualidade, mas sim no fato de existir a responsabilidade como característica fundamental da relação conjugal, das relações familiares e das escolhas individuais. A aceitação através dos estilos de vida “responsáveis” de gays e lésbicas representa uma mudança qualitativa no desenvolvimento da igualdade social (Jones, 2009a).

São mudanças nos direitos adquiridos por casais formados por pessoas do mesmo sexo. Eles são condicionados ao modelo de vida considerado valorizado socialmente, o da “responsabilidade”. O estilo de vida responsável se refere à manutenção do modelo tradicional de relacionamento conjugal. Essa aceitação tem o propósito de concessão de direitos para fins de reforço dos valores estipulados socialmente, mais que questionar o próprio processo de inferiorização. Permanece o distanciamento da crítica, quanto à delimitação da regra, no processo político. Muda-se a constituição na conjugalidade quanto aos sexos dos cônjuges, mas permanecem as funções tradicionais do casamento, como foram descritas anteriormente.

Como maneiras de construção de relações interpessoais próximas, as famílias possuem diversas formas pelas quais elas podem ser construídas e, portanto, dos valores próprios de cada organização relacional. As delimitações rígidas e definições tradicionais de casamento e família, que não refletem a diversidade, são associadas com a vigilância que tais relacionamentos sofrem e as dificuldades existentes no tratar do assunto por representantes de instituições políticas, religiosas e legais diante das frequentes contestações do espaço do casamento (Sherkat, Vries & CReek, 2010, Silva & Strey, 2007, Therborn, 2006). A centralidade do sexo e da orientação sexual com central para a organização social tem, muitas vezes, a família como perpetuadora desse processo. O poder associado com o sexo nas famílias faz com que possam acreditar na possibilidade de regulação das relações sexuais dos seus membros, que inscrevem os direitos e obrigações que cada membro da família possui.

A exclusão do(a) familiar que exerce direitos não concedidos e não cumpre as obrigações impostas, enfraquece o senso de autonomia do indivíduo e da família. Isso se deve ao fato que a autonomia, como capacidade de avaliar e reformular os valores que norteiam as condutas, só ocorre nos envoltórios interpessoais. A quebra na construção da autonomia reflete no processo de desenvolvimento moral, pois ele parte da heteronomia, que é a exclusividade das forças externas na regulação dos comportamentos humanos, para chegar na autonomia (Rios, 2006). O comprometimento moral cria isolamentos reforçadores de sentimentos de incapacidades, que dificultam a satisfação da necessidade pelo(a) outro(a) (Jones, 2009a).

Percebemos que ocorrem mudanças institucionais que possibilitam redefinir os direitos e as obrigações nas famílias, na sociedade e na política, porém ainda sem o desenvolvimento crítico do processo social que institui a sexopolítica. São necessários questionamentos que colidem com normas difíceis de serem quebradas, ou mesmo questionadas, pois se amparam em julgamentos morais, para encobrir a necessidade dessa distribuição de poder dicotômica, que se dá pela constituição do ser homossexual para delimitar a heteronormatividade. O sujeito *queer*, como foco da abjeção e meio pelo qual pode permitir o controle dos corpos, é o

mesmo que constrói a subversão da regra e denuncia o truque performativo desenvolvido pela linguagem e/ou pelo discurso. Essa posição potencialmente libertadora de regras arcaicas precisa ser percebida como forma de construção do desenvolvimento social e pessoal conjuntamente com a diversidade. Essa é a ação conjunta para a ação cidadã na diversidade.

A influência da falta de direitos, como o casamento, para os casais formados por pessoas do mesmo sexo pode influenciar na qualidade relacional e na satisfação conjugal. Quando se nega acesso a direitos que são associados diretamente com o desejo de pertencer a um núcleo familiar, reforçam-se padrões interativos destituídos do compromisso com o outro e com o que se concebe por valoroso na sociedade familista. As leis praticadas e o acesso a direitos pelos grupos humanos interferem nos padrões relacionais instituídos e na qualificação social que as organizações relacionais possuem. Ainda temos pouco conhecimento científico desenvolvido sobre a interação legislação e relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, e suas repercussões na sociedade, na relação e no indivíduo, em função da inexistência de legislação ampla e definida para toda a nação. Porém, com a aprovação da união estável no Brasil mais recentemente, esse campo de pesquisa foi aberto para que consigamos ampliar as pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

- A Favor da Igualdade: Parlamento de Portugal Aprova Casamento Gay. (Janeiro, 2010). *Zero Hora*. Recuperado em 23 maio, 2010, do <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2772173.xml&template=3898.dwt&edition=13876§ion=1014>>
- Alós, A. P. (2010). Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*. *Estudos Feministas*, 18(3), 837-864.
- Ariès, P. (2010). Reflexiones sobre la historia de la homosexualidad. In: Ariès, P. & Bejin, A. *Comunicaciones 35. Sexualidades occidentales*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Bonauto, M. L. & Wolfson, E. (2009). Advancing the freedom to marry in America. *Human Rights: Journal of the Section of Individual Rights & Responsibilities*, 36(3).
- Brasil. (2010). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010*. Brasília, DF. Recuperado em 25 jun. 2010, do: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>.
- Butler, J. (2003a). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.

- _____, J. (2003b). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Callahan, J. (2009). Same-sex marriage: why it matters – at least for now. *Hypatia*, 24(1), 70-80.
- Chidiac, M. T. V. & Oltramari, L. C. (2004). Ser e estar *drag queen*: um estudo sobre a configuração da identidade queer. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 471-478.
- Decano diz que julgamento é marco histórico na caminhada da comunidade homossexual. (maio, 2011). *Notícias STF*. Recuperado em 11 junho, 2011, do <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178942>
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Femenías, M. L. (2003). *Judith Butler*. Madrid: Ediciones del Orto.
- Fleischmann, A., Moyer, L. (2009). Competing social movements and local political culture: voting on Ballot Propositions to Ban same-sex marriage in the U. S. States. *Social Science Quarterly*, 90(1), 134-149.
- IBGE. (2011). *Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010*. Recuperado em 19 junho, 2011, do http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/preliminar_tab_uf_zip.shtm
- Jones, J. (2009a). A long journey: an interview with Jeffrey Weeks. *Equal Opportunities International*, 28(3), 214-220.
- _____, J. (2009b). The prospects of legal recognition of same-sex marriage in Germany. *Equal Opportunities International*, 28(3), 221-232.
- Leite, J., Jr. (2009). “Que nunca chegue o dia que irá nos separar” – notas sobre *epistémê* arcaica, hermafroditas, andróginos, mutilados e suas (des)continuidades modernas. *Cadernos Pagu*, 33, 285-312.
- Miskolci, R (2009). A Teoria *Queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21(11), 150-182.
- Mortimer-Sandilands, C. (2011). Paixões desnaturas? Notas para uma ecologia *queer*. *Estudos Feministas*, 19(1), 175-195.
- Onishenko, D. & Caragata, L. (2009). Cutting edge couples: an ethnography of same-sex marriage. *Equal Opportunities International*, 28(3), 249-266.
- Pollak, M. (2010). La homosexualidad masculina o ¿la felicidad en el gueto?. In: Ariès, P. & Bejin, A. *Comunicaciones 35. Sexualidades occidentales*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Prado, M. A. M. & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

- Preciado, B. (2011). Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Relatório Anual Divulga Números de Homossexuais Assassinados no Brasil em 2009. (Março, 2010). *Grupo Gay da Bahia*. Recuperado em 21 agosto, 2010, do <http://www.ggb.org.br/dossier%20de%20assassinatos%20de%20homossexuais%20em%202009.html>.
- Rios, T. (2006). *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez.
- Salvador, S. (2010). Social: África é o pior continente para os ‘gays’. *Diário de Notícias*. Recuperado em 31 agosto, 2010 de http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1620294&seccao=%C1frica
- Sherkat, D. E., Vries, K. M. & Creek, S. (2010). Race, religion and opposition to same-sex marriage. *Social Science Quarterly*, 91(1), 80-98.
- Silva, J. A., Neto & Strey, M. N. (2007). Gênero e conjugalidade: encontros e desencontros na representação social da relação conjugal. In: Silva, J. A., Neto, Strey, M. N. & Horta, R. L. (org.). *Família e Gênero*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Silva, J. A., Neto, Strey, M. N. & Magalhães, A. S. (2011). Sobre as motivações para a conjugalidade. In: Wagner, A. et al. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.
- Souza, E. M. & Carrieri, A. P. (2010). A Analítica *Queer* e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 46-70.
- Therborn, G. (2006). *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto.
- White, M. (2005). Prática narrativa, terapia de casal e dissolução de conflito. *Pensando famílias*, 7(9), 11-47.

SEÇÃO II

O dia em que se perceberam estando entre os (entre)tantos

A vida em grupos possui muito “tantos” e “entretanto”. O que queremos dizer exatamente com isso? Estamos nos referindo ao reconhecimento social e ao padrão da produção científica que desenvolve predominantemente mais afastamentos que aproximações quando pensamos em diversidade das organizações grupais. Mais especificamente ainda? Queremos nos referir principalmente ao binômio relacionamento conjugal e sexualidade.

Os estudos desenvolvidos na área da conjugalidade partem da premissa de reconhecimento do termo como relação heterossexual, ou constroem uma separação compulsória entre a heterossexualidade e a homossexualidade para pesquisar variáveis presentes nas relações. Neste ensaio questionamos esses dois aspectos. Será que as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, apesar de fáticas na atualidade, não podem ser reconhecidas na categoria conjugalidade? E quando tais relações são reconhecidas como conjugais, elas precisam, compulsoriamente, serem estudadas de forma dicotômica? Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, realmente possuem aspectos tão diferentes que impedem ou dificultam seu estudo de forma conjunta com as outras possibilidades de relacionamento? Quais os fatores que explicam a falta de referência nos estudos das conjugalidades dos casais formados por pessoas do mesmo sexo? E o que explica a necessidade do delineamento que separa compulsoriamente as conjugalidades a partir da orientação sexual? São tais questões que buscamos responder com este ensaio temático, considerando os estudos na área produzidos no Brasil, comprovando a tese que os relacionamentos afetivos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo podem e precisam ser considerados conjugalidade, pois são fáticos e se associam com os direitos humanos da população LGBTT. Também pretendemos comprovar que o foco no delineamento dos estudos sobre conjugalidade deve partir da relação, não prioritariamente e compulsoriamente da sexualidade. Queremos dizer que a separação entre os casais formados por pessoas do mesmo sexo e de sexo diferentes não deve ser utilizada como pressuposto compulsório para os estudos desenvolvidos sobre o tema da conjugalidade. Não pretendemos dizer com isso que todos os estudos possuem a obrigatoriedade de serem realizados com casais heterossexuais e homossexuais de forma conjunta. Nossa crítica é quanto à falta de reconhecimento da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, e quanto à premissa separatista e dicotômica dos estudos na área de forma compulsória aplicada a qualquer objetivo de pesquisa.

A falta de reconhecimento e a separação dicotômica são construídas sem argumentos explícitos nos estudos. Para a ausência de reconhecimento, percebemos a existência subjacente aos escritos, da concepção conceitual tradicional de relacionamento conjugal, casamento e família, que são exclusivamente heterossexuais, como delimitadores da amostra. Para a separação dicotômica notamos dois fatores. Tanto ocorrem aspectos claramente relacionados com os objetivos dos estudos que se direcionam para a relação homem e mulher, como também identificamos a ausência de descritivos que justifiquem a separação entre as organizações relacionais associadas à sexualidade dos cônjuges. Na leitura analítica crítica dos textos, encontramos argumentações subjacentes, que explicariam o delineamento excludente dos casais homossexuais, que se associam às concepções de sexo e gênero. O sexo diz respeito às características biológicas dos cônjuges. O gênero aos fatores sociais e culturais baseados no sexo e na sexualidade e que constroem relações de poder, interferindo no estabelecimento da relação e do sujeito, conforme veremos adiante.

Frente à utilização do conceito tradicional de conjugalidade e o delineamento compulsório separatista na produção de conhecimento sobre tais relacionamentos, ressaltamos os seguintes aspectos: (1) a conceituação tradicional de conjugalidade não acompanha o dinamismo e as mudanças sociais dos grupos, nesse caso da população LGBTTT que expressam suas necessidades sociais de reconhecimento e promoção da liberdade de casar; (2) o separatismo baseado nas diferenças sexuais é resguardado na percepção da formação conjugal distinta se ela é construída por pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferentes, dados: a) os funcionamentos individuais que seriam regidos por fatores biológicos associados ao sexo, percebidos como específicos de homens e de mulheres, e b) os fatores sociais e culturais de influência nas relações associados ao gênero, que levam em consideração que a percepção e o trato social e cultural diferente, para os casais formados por pessoas de sexos distintos ou do mesmo sexo, teria influência determinante nas características relacionais. Discutiremos, neste ensaio, tais argumentos para demonstrar sua fragilidade quando se pensa na produção do conhecimento na área da conjugalidade de um modo geral, assim como demonstraremos que a sexualidade dos cônjuges não deve ser uma premissa compulsória no reconhecimento da relação conjugal, nem no delineamento dos estudos na área.

Esse cenário tem sido reforçador da heteronormatividade. Como um campo cognitivo contextualizado, as ciências nos estudos sobre os relacionamentos conjugais têm intensificado o mecanismo ideológico de naturalização da heterossexualidade, a heteronormatividade. Militando pelo desenvolvimento humano, edificado no reconhecimento do pluralismo identitário, com afirmação do direito de ser diferente e que essa diferença seja irrelevante,

reconhecemos a necessidade de reavaliar os conceitos de conjugalidade e os delineamentos das pesquisas sobre as relações conjugais que excluem os casais formados por pessoas do mesmo sexo de forma compulsória. É a busca da percepção de si como forma de construção da individualidade com teor igualitário, observando que tanto os casais formados por pessoas do mesmo sexo quanto os formados por sexos distintos estão entre os “tantos” outros que também possuem direitos, ao invés dos “entretantos”, que mantêm relações de subalternidades das pessoas homossexuais.

A percepção de si: “o dia em que se perceberam...”

Partimos para a análise dos argumentos dos estudos sobre conjugalidade, que não reconhecem os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo. A construção socialmente aceita é a do casal formado por um homem e uma mulher em um relacionamento afetivo e sexual exclusivo ao par conjugal. Essa associação tem a finalidade de formação da família, que advém com o nascimento dos(as) filhos(as), fases descritas em estudos sobre o “ciclo de vida familiar”, como os desenvolvidos por Betty Carter e Monica McGoldrick⁴, autoras reconhecidas no contexto das terapias familiares e de casais. O silenciamento que o meio científico produz ao não incluir os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo no “ciclo de vida familiar” se edifica sobre o conceito tradicional de família que é reforçador da heteronormatividade. No entanto, não reflete o fenômeno social na contemporaneidade, que inclui as relações homossexuais. A visão de família e conjugalidade baseada nos modelos tradicionais trás para a sociedade e para os indivíduos a percepção que tanto as famílias, quanto a conjugalidade deve se “encaixar” nos modelos descritos. Criam-se crises pessoais e sociais em função das identidades que não “cabem” nesse “encaixe”, como os grupos LGBTT. Portanto, a tradição na descrição de conjugalidade e família, nos aspectos relacionados com a sexualidade e o desejo, não reflete o dinamismo desses conceitos e nem as transformações identitárias.

O não reconhecimento do dinamismo social reforça a imposição de modelos, como o da heterossexualidade para a promoção social e para os direitos cívicos-políticos. A utilização do conceito tradicional de família e conjugalidade pelas pesquisas científicas se relacionam com as religiões e as políticas públicas. Essas duas instituições são claramente, guardadas suas devidas proporções, homofóbicas. Porém, a “Homofobia Estatal” no Brasil está diminuindo.

⁴ Ver Carter & McGoldrick (1995).

Fazendo jus ao título “Estado laico”, o Supremo Tribunal Federal aprovou, em unanimidade, a lei de reconhecimento das relações estáveis entre casais formados por pessoas do mesmo sexo. São necessárias outras leis que assegurem os direitos desses casais como o direito ao casamento, o que, provavelmente será o próximo passo. Mesmo com menor influência, as igrejas ainda possuem força nas determinações políticas no Brasil. Descortina-se o mecanismo de organização social, que se mostra construído a partir da sexualidade e do desejo, pois parte dessas variáveis para definições de direitos e de cidadania. As ciências ao utilizarem tais conceitos, mesmo com o posicionamento ocidental de despatologização da homossexualidade, podem fortalecer o processo de inferiorização social da população LGBTTT.

No Brasil, estudos sobre diversos temas dentro das conjugalidades tais como transgeracionalidade e conjugalidade, parentalidade e conjugalidade, violência doméstica, saúde dos(as) parceiros(as), cotidiano conjugal, satisfação conjugal, cultura e conjugalidade, psicoterapia de casais, dentre outros⁵, trazem dados importantes sobre tais relações. Nesses estudos chama a atenção a ausência de trabalhos que tenham estudado tais temas nos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo.

A comunidade científica tem se posicionado a favor de considerar a homossexualidade como orientação sexual e não como patologia. No entanto, existem práticas no fazer científico que são contraditórias, pois reforçam a heteronormatividade de forma direta ou indireta. Um desses fatores de reforço, nos estudos sobre a conjugalidade, é a concepção de identidade. Ela utiliza a sexualidade como variável formadora de identidade, que se refere à singularidade de características do indivíduo em suas circunstâncias e situações, e essa como um fenômeno fixo. A identificação do fenômeno conjugalidade a partir da heterossexualidade, em detrimento do reconhecimento da conjugalidade homossexual, reforça a qualificação social dos sujeitos, onde homossexuais são categorizados em uma identidade fixa e desvalida.

O fazer científico nos estudos sobre a conjugalidade, sem o reconhecimento da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, inscrevem, através da linguagem, a identidade delimitada em sistemas de valores no qual a heterossexualidade é a única aceitável. Assim, reforça-se o distanciamento entre as diversas formas de organização relacional na conjugalidade, onde a prática heterossexual é promovida socialmente, e a relação conjugal é compulsoriamente percebida como heterossexual para o devido reconhecimento cívico-

⁵ Ver os seguintes autores(as): Almeida (2010), Coutinho & Menandro (2010), Braz, Dessen & Silva (2005), Figueiredo & Terenzi (2008), Garcia & Tassara (2001), Madureira & Trentini (2008), Menandro, Rölke & Bertollo (2005), Oltramari & Camargo (2010), Scorsolini-Comin & Santos (2010a, b), Szelbracikowski & Dessen (2007), Vargas & Moas (2010), Saviolli, Maia, Moreira, Ferreira & Pordeus (2008).

político dos indivíduos. O conhecimento, fundamentado no patriarcado⁶, reforça a percepção da conjugalidade não como um fenômeno sócio-histórico, mas como natural no modelo heterossexual e exclusivo. Os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, assim como a própria subjetividade dos homossexuais, é inferiorizada através da produção social secundária em qualidade, importância e valor da identidade.

Os estudos que associam conjugalidade de forma isolada aos casais heterossexuais, precisam perceber que a exclusão da homossexualidade forma um mecanismo de silenciamento da identidade homossexual, para fins de manutenção do controle social. Esse movimento mantém a homossexualidade controlada e a localiza na exclusão, por exemplo, do direito ao casamento. O silenciamento enfraquece a necessária admissão da liberação do dizer-se homossexual, para que ocorra a fragilização do controle social, pois anularia a inferioridade e a vulnerabilidade dos *gays* e das lésbicas.

Dentre outros aspectos, para conseguir os objetivos de manutenção do controle social da homossexualidade, o sexismo e a naturalização desconsideram um dos temas clássicos da sociologia, que é a dinâmica da reprodução e da mudança social. A dinâmica da reprodução ocorre através do pareamento social pela díade homem e mulher e seus aspectos naturalizados em um sexo ou em outro, pois percebe as diferenças sexuais pelas diferenças materiais, marcando-as através das diferenças discursivas. Ela desconhece as mudanças sociais produzidas e as mantém aparentemente isoladas. A dinâmica da mudança social ocorre juntamente com as análises das continuidades e das descontinuidades das práticas sociais, possibilitando questionamentos dos conhecimentos produzidos que normalizam fenômenos sociais, como a identidade sexual. Ela é possibilitada, dentre outros fatores, pela impossibilidade da materialização completa do sexo em um corpo através da reiteração da norma de controle.

“O dia em que se perceberam” reflete que a percepção de si é dinâmica, e assim a identidade também precisa ser concebida assim. A concepção de indivíduos diversos e dinâmicos, se associa com a abertura de conceitos tradicionais e aproximações com a contemporaneidade. É necessário que as pesquisas sobre a conjugalidade se aproximem das diversas formas de construção de relacionamentos, principalmente em relação à sexualidade dos cônjuges. Também é preciso que percebam os reflexos sociais das suas práticas, quanto à facilitação ou dificuldade do desenvolvimento social para a construção de direitos mais igualitários entre heterossexuais e homossexuais.

⁶ Patriarcado como ordem social centrada no controle do homem.

Formas sem fôrmas: “se perceberam estando...”

Partimos para a análise do segundo aspecto em discussão, que é a compulsoriedade que separa os casais heterossexuais dos homossexuais nas pesquisas, o que chamamos aqui de separatismo e dicotomia. Os argumentos que o sustentam são associados ao sexo e ao gênero. O sexo se baseia na neurobiologia e é percebido como determinante de comportamentos de homens e mulheres. E o gênero, na percepção da interferência que a sociedade e a cultura possuem na relação e no sujeito partindo das diferenças marcadas pelo sexo e pela sexualidade para estabelecer relações de poder.

A distinção na constituição neurobiológica, assim como as diferenças nos trato social com as diferentes organizações conjugais em relação à orientação sexual dos cônjuges, são fatores vistos como definidores de características relacionais muito distintas. Esses fatores produziriam influências que constituiriam as relações conjugais com grandes especificidades e complexidades que são amplamente dificultadoras do desenvolvimento de pesquisas com casais heterossexuais e homossexuais de forma conjunta para o estudo de um determinado fenômeno.

A utilização dos paradigmas neurobiológicos para justificar a separação dicotômica compulsória nos estudos das formas relacionais conjugais, diz respeito ao que a neuropsicologia se refere quanto aos funcionamentos corticais, os quais possuem padrões de lateralização para a explicação das características referidas a homens e mulheres⁷. Um exemplo é o que se acredita ocorrer com a linguagem no paradigma biologicista. Os homens são percebidos como mais fortemente lateralizados no córtex cerebral para estímulos verbais e as mulheres para a percepção de estímulos não-verbais, e assim as características relacionais seriam influenciadas por aspectos como esses. Se o relacionamento conjugal é decorrente da associação entre um homem e uma mulher, haveria fatores que delimitariam a relação de uma determinada maneira, ao contrário do que se desenvolveria se a relação resultar da associação entre duas pessoas do mesmo sexo, pois as cognições e os comportamentos seriam fortemente determinados pelo sexo biológico dos cônjuges. Utiliza-se esse conhecimento para sustentar o delineamento dos estudos que envolvem os relacionamentos interpessoais, polarizando a heterossexualidade de um lado e a homossexualidade de outro, pois a variável biológica seria indicativa da necessidade em realizar o separatismo.

⁷ Sobre o tema ver: Guerra (2008).

No entanto, a neuropsicologia também ressalta que o comportamento humano decorre da associação de unidades funcionais complexas e plásticas, as quais podem ser reorganizadas na interação com o ambiente. A complexidade e a plasticidade neurobiológica, e o meio ambiente, abrem espaços para as descontinuidades dos padrões identitários e da possibilidade de desenvolvimento humano. A possibilidade de reorganização das unidades funcionais frente ao contexto, compromete as ciências na necessidade de compreender que possui responsabilidade no formato social. Dessa forma, o paradigma neurobiológico não pode ser percebido como impeditivo de aproximações que visam o estudo dos fenômenos associados à conjugalidade na pluralidade de organizações relacionais.

A discussão de gênero, utilizada pelos estudos na área da conjugalidade, ressalta a necessidade de separação e delimitação entre o binômio heterossexual e homossexual. Para isso são levadas em conta as formas de construção das expectativas de comportamento social diferentes, das qualidades e atributos próprios de homens e mulheres que se instalam através da formação social do masculino e do feminino, e que desenvolvem crenças e transmissões na socialização, formação e educação das crianças, por se basearem no princípio da determinação biológica. No entanto, a separação dicotômica compulsória das conjugalidades baseadas na sexualidade dos cônjuges dificulta a própria discussão de gênero, pois não ultrapassa as construções teóricas sobre as formas de constituição das expectativas de comportamento social diferentes.

A aproximação das conjugalidades plurais pode revelar que as diferenças sexuais são percebidas pelas diferenças materiais e marcadas pelas diferenças discursivas, buscando o controle pela norma sobre a sexualidade. É o que propõe a Teoria *Queer*, construto teórico surgido a partir dos Estudos Culturais norte-americanos no final da década de 1980 que se propõe compreender as formas de utilização da sexualidade para a estruturação da ordem social contemporânea. Assim, são questionados tanto os conceitos de masculino e feminino, como de homem e mulher, pois mostra que tais conceitos são construções discursivas e não naturais como pretendem parecer.

A análise baseada no paradigma separatista dicotômico do masculino/feminino, hetero/homo, homem/mulher é excludente do processo em que ambos os aspectos se inserem socialmente e moldam um ao outro. A Teoria *Queer* permite a análise desses processos de categorização social, da organização social como um todo que utiliza a sexualidade como fator formador de identidade, de corpos, de atos, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais. Portanto, a sexualidade é utilizada como depósito de variadas estratégias de controle, um dispositivo de saber e poder através da normatividade que produzem corpos

sexuados e governados. Ela assume função reguladora pelo cultivo de um modelo “ideal” através de um discurso disciplinador das formas de sexualidade não relacionadas com a reprodução e com o casamento, produzindo, demarcando e diferenciando os corpos que pretende controlar.

O foco do delineamento dos estudos compulsoriamente sobre a sexualidade dos cônjuges é a manutenção da utilização da sexualidade para a organização social. É necessário perceber que a *performance* sexual, na sociedade heteronormativa, consolida os corpos e assegura a heterossexualidade pela diferença, pois a identidade implica na demarcação e negação do seu oposto, que lhe dá limite e coerência. Como ressaltado anteriormente, a identidade deve ser percebida como não fixa e não dicotômica entre masculino e feminino. É necessário assegurar a emersão de unidades provisórias articuladas com outras propostas que não a identidade, contextualizadas como ações concretas. A mudança no pressuposto de separação compulsória no delineamento dos estudos sobre as relações conjugais quanto à sexualidade dos cônjuges, é uma forma de construção de ações concretas que podem assegurar a emersão de unidades provisórias.

O pressuposto da fixação e estabilização das identidades, baseado na sexualidade e utilizado pelas pesquisas sobre os relacionamentos conjugais, também podem estar servindo para evitar os freqüentes confrontos com a instabilidade do processo social e, assim, do próprio conhecimento produzido. É uma tentativa de escapar ao reconhecimento que tal instabilidade está associada à ambivalência inerente aos recursos lingüísticos nas nomeações e classificações realizadas. Bauman⁸, importante sociólogo polonês, ressaltou que a ambivalência, como a “possibilidade em conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria” (1999, p. 9), associa-se com ansiedade, medos e a necessidade de resistir e controlar as transformações sociais, especialmente as sentidas como repentinas e ameaçadoras.

“Se perceberam estando” diz respeito aos muitos aspectos que aproximam as organizações conjugais quando nos distanciamos da delimitação baseada na identidade construída através da sexualidade. Fomos devidamente disciplinados para as relações amorosas e conjugais. Porém, a regra também busca sua descontinuidade. A diversidade nas formas de organização das relações, evidencia que o modelo tradicional não precisa ser compulsório para que os objetivos, que se busca na conjugalidade, sejam alcançados. No entanto, a falta de flexibilidade, que é baseada nas identidades percebidas como fixas e dicotômicas, instaura

⁸ Ver: Bauman (1999).

conflitos que podem desvelar os mecanismos de construção da organização social centrada no sexo e na sexualidade, uma forma de controle social relacionado à execução do poder, que é intencional. São as dificuldades relacionais que podem mostrar os modelos postos, que a disciplina traduz como naturais. As forças que operam os movimentos são questionadas e reavaliadas nas suas intencionalidades, através das discontinuidades nas regras.

Para além do que se diz: “entre os tantos...”

As formas reducionistas de compreensão dos fenômenos são maneiras de aniquilar com a complexidade dos seres humanos na sua constituição. A percepção e autenticação social da diversidade é abatida pelos dizeres e fazeres políticos dominantes, onde as ciências também estão localizadas. Para a percepção, reconhecimento e autenticação da diversidade são necessários questionamentos dos paradigmas preponderantes. A derivação das atitudes políticas deve ampliar os estudos sobre a conjugalidade muito além das crenças e prescrições gerais e princípios morais.

A relação conjugal é fortemente relacionada com as formas que as famílias e a sociedade validam como aceitável, uma vez que as modificações legais, religiosas e culturais não acompanham os movimentos sociais do que é reconhecido como diferente. As relações mantêm a diversidade na periferia, seja no domínio de modelos construídos pelo patriarcado, como no envolvimento das ditas “outras” formas relacionais caracterizadas pelo desconhecimento no contexto mais amplo.

Ao não reconhecer a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo e ao refletir a separatividade compulsória entre as conjugalidades diversas, os estudos sobre tais relacionamentos repetem a distorcida política de coalizões. Tal política busca a representatividade de grupos humanos em categorias aparentemente isentas de ambivalência, com representatividade universal em cada grupo e alocados em sítios distantes entre si. No entanto, nem os grupos são representativos universais da sua população, nem as categorias são blocos monolíticos impossíveis de identificar discontinuidades e nem as organizações relacionais são tão distantes entre si.

O “entre tantos” é a percepção que a pluralidade faz parte da vida, mesmo quando se tenta praticar a universalidade. O conhecimento desenvolvido cientificamente necessita reforçar o lugar de transformação que a psicologia configura, acolhendo a realidade plural através da rejeição dos mitos baseados em fundamentalismos. É requerido mais conhecimento integrado,

inclusivo da diversidade de características das relações vividas na contemporaneidade. Assim, através da aproximação dos modelos relacionais haverá possibilidade do desenvolvimento de consciência sobre as diversidades, tornando-as mais visíveis e valorizadas.

Um topos para a construção de investigação sobre a conjugalidade: “entre os entretantos...”

As compreensões complexas para a percepção e autenticação da diversidade no desenvolvimento social com características de relações mais igualitárias nos seus direitos são importantes. Uma das maiores contribuições das ciências nos últimos anos foi a percepção dos limites do conhecimento. A complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade implementam o desenvolvimento do conhecimento baseado na materialidade física do observador, na sua biologia, repleta de limitações, e na sua subjetividade. A materialidade física do ser humano é seu meio de realização como tal, porém ela é inserida nos contextos e circunstâncias que a rodeiam e formam como subjetiva.

Perceber os limites do conhecimento na atualidade possibilita questionar práticas sociais compulsórias. As descobertas são intensificadoras de concepções normalizadoras que forçam a diversidade para a periferia dos valores sociais e tentam manter práticas baseadas em modelos tradicionais que não acompanham as demandas sociais amplas e complexas. As tecnologias científicas desenvolvidas na área das relações conjugais mantêm a heterossexualidade exclusiva como modelo normalizado.

Os estudos que objetivam conhecer as formas relacionais diferentes da heterossexualidade exclusiva fornecem dados que são importantes para o conhecimento do que ainda é pouco conhecido e desmistificantes de preconceitos que são acionados ideologicamente. Porém, também são necessários estudos sobre a conjugalidade de forma integrada que vise a análise dos relacionamentos, em conformidade com os discursos inclusivos presentes em várias disciplinas, que tenha significado e ações realmente inclusivas. “Entre os entretantos” é compor a diversidade e a inclusão, percebendo que a diversidade é direito e necessita ser irrelevante para que não suscite impactos sociais de resistência.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. E. S. (2010). Uma proposta sobre a transgeracionalidade: o absoluto. *Agora*, 13(1), 93-108.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- Braz, M. P., Dessen, M. A. & Silva, N. L. P. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed .
- Coutinho, S. M. S. & Menandro, P. R. M. (2010). Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: “Que seja *terno* enquanto *dure*”. *Psicologia Clínica*, 22(2), 83-106.
- Figueiredo, M. A. C. & Terenzi, N. M. (2008). Relações conjugais de parceiros HIV soropositivos concordantes: uma visão masculina. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 817-825.
- Garcia, M. L. T. & Tassara, E. T. O. (2001). Estratégias de enfrentamento do cotidiano conjugal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 635-642.
- Guerra, L. B. (2008). Neurobiologia aplicada à neuropsicologia. In: Fuentes, D. et al. *Neuropsicologia: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Madureira, V. S. F. & Trentini, M. (2008). Relações de poder na vida conjugal e prevenção da AIDS. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 61(5), 637-42.
- Menandro, P. R. M., Rölke, R. K. & Bertollo, M. (2005). Concepções sobre relações amorosas / conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo com provérbios. *Psicologia Clínica*, 17(2), 81-100.
- Oltamari, L. C. & Camargo, B. V. (2010). AIDS, relações conjugais e confiança: um estudo sobre representações sociais. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 275-283.
- Saviolli, K. C., Maia, P. B., Moreira, D. P., Ferreira, R. C. & Pordeus, A. M. J. (2008). Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 113-125.
- Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2010a). Satisfação conjugal: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 525-531.
- _____ (2010b). Satisfação com a vida e satisfação diádica: correlações entre construtos de bem-estar. *Psico-USF*, 15(2), 249-256.
- Szelbracikowski, A. C. & Dessen, M. A. (2007). Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 33-40.

Vargas, E. P. & Moas, L. C. (2010). Discursos normativos sobre o desejo de ter filhos. *Revista de Saúde Pública*, 44(4), 758-62.

SEÇÃO III

Os blogs como forma de expressão LGBTTT sobre a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo

Os grupos LGBTTT têm buscado diversas formas de expressão para a promoção social e aquisição de direitos que lhes são negados. São ações que visam principalmente combater a homofobia, fenômeno ainda intensamente presente no contexto brasileiro. As expressões homofóbicas são responsáveis por diversas atuações que comprometem o exercício da cidadania por discriminação em vários níveis que reforçam a posição social de subalternidade das pessoas homossexuais. Uma dessas atuações é a negação do acesso ao casamento para os casais formados por pessoas do mesmo sexo, através da instituição de legislação e práticas sociais dominantes homofóbicas.

Tal negativa se instaura sobre premissas preconceituosas que reforçam estereótipos reconhecidos como impossibilitadores de aceitabilidade social, os quais são frequentemente divulgados nos meios de comunicação de massa direta ou indiretamente. A população LGBTTT, ao não encontrar espaço satisfatório na mídia para combater o preconceito, busca outras formas de divulgar suas idéias, experiências e necessidades sociais, como a internet e suas ferramentas. Os *blogs* são espaços virtuais onde são comunicadas as vivências LGBTTT, uma vez que possibilita maior liberdade ao diminuir o efeito do preconceito direto. Nesse contexto, homossexuais masculinos e femininos mostram suas experiências e ideias nos mais diversos assuntos. Para este estudo pesquisamos os relacionamentos afetivos e sexuais de longa duração.

Como campo de análise, pela possibilidade de expressão que possuem, os *blogs* têm a potencialidade de informar sobre o tema das relações duradouras que os/as homossexuais possuem, suas experiências diretas e indiretas, assim como sobre seus sentimentos, suas opiniões e seus desejos. Neles existe o envolvimento em dois níveis, como fundadores(as) dos *blogs*, os/as blogueiros(as), e como visitantes. Nesse espaço existe a possibilidade de análise do fenômeno no campo onde se encontram tais sujeitos, pois o material disponibilizado nos *blogs* é considerado documentos ou “fontes”. Eles representam vestígios do passado, servindo de testemunho de um determinado acontecimento (Cellard, 2010). Eles são arquivados em *sites* específicos e podem ser acessados livremente. No entanto, sua permanência na internet depende dos(as) fundadores(as) de cada *blog*, e também depende dos(as) administradores(as) do provedor da internet que disponibiliza o espaço para a formação do *blog*. Ambos(as)

podem retirá-los dos locais de deposição. A exclusão do *blog* por iniciativa dos(as) fundadores(as) ocorre segundo o desejo desses(as). Quando a iniciativa de exclusão parte da administração do provedor é que houve uma avaliação e foi reconhecida a ocorrência de alguma violação dos termos de serviço, os quais são divulgados nos *sites* dos provedores.

Este artigo apresenta os dados do estudo “Os blogs como forma de expressão LGBTT sobre os relacionamentos gays e lésbicos de longa duração”, que é parte do projeto “Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo e as dinâmicas relacionais nas dimensões afetiva e legal”. O objetivo do estudo foi conhecer as características dos *blogs* e os conteúdos das comunicações publicadas no contexto da *blogosfera* sobre o tema dos relacionamentos afetivos e amorosos de longa duração entre gays e entre lésbicas, incluindo as vivências e as opiniões sobre o tema.

Como sinônimo de relacionamento duradouro, utilizamos a terminologia conjugalidade, que se deu em função do reconhecimento que relações duradouras se constituem como relacionamentos estáveis. Para diminuir a distância entre relações que envolvem pessoas de sexos diferentes e do mesmo sexo, uma vez que as relações heterossexuais duradouras são nomeadas conjugais, também usamos a mesma terminologia para as relações homossexuais, pois não há evidências que a dinâmica relacional não possa ser assim reconhecida.

Neste artigo apresentamos as análises dos dados referentes à classificação dos *blogs*, ao enquadramento do conteúdo das mensagens, assim como do conteúdo da interatividade, que foram disponibilizados como documentos de livre acesso na rede mundial de computadores. A Teoria *Queer* serviu de referencial teórico para a análise.

A Teoria *Queer* para compreender o direito de casar

A luta pelo reconhecimento de direitos dos grupos LGBTT fazem aflorar diversas opiniões na sociedade, de um modo geral, que varia entre apoiar a aquisição desses direitos e negar a promoção social de forma opositiva. Tais posicionamentos são construídos através das inúmeras questões que permeiam a sexualidade humana e que definem as identidades sexuais, participando ativamente no posicionamento social dos indivíduos. A construção da identidade, e conseqüente qualificação dos sujeitos, é desenvolvida através da sua própria existência social, onde se depositam desejos, crenças e valores, que se articulam com o sexo e a sexualidade. Uma vez que identidade se refere à singularidade de características do indivíduo em suas circunstâncias e situações (Rios, 2006), percebe-se que a estruturação identitária e,

consequentemente, política, cria posições sociais que se dão através das interações dos sujeitos, marcadas pela cultura e pela ideologia (Prado & Machado, 2008).

Para Thompson (2002), cultura se refere a um campo de significados, uma produção de expressões significativas de vários tipos, que são produzidas, construídas e recebidas por indivíduos inseridos em um mundo sócio-histórico; e ideologia é as “... maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (p. 76). Através da utilização de várias estruturas culturais e ideológicas, nota-se que esse mecanismo complexo de definição de identidade, ainda hoje, configura os/as homossexuais como socialmente inferiores e instala uma realidade homofóbica.

A argumentação desenvolvida por grupos que mantêm a proibição do casamento para pares formados por pessoas do mesmo sexo é da suposta impropriedade da instituição casamento e união estável para os/as homossexuais, amparada na heteronormatividade. Ela, a heteronormatividade, possui força e amplitude social, alcançando diversos cenários, como o político, o religioso e o científico. Através do mecanismo de naturalização de um fenômeno social e histórico, a heteronormatividade não reconhece que as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo são fáticas. É necessário apreciar tais peculiaridades, para que se possam emitir impressões mais próximas da desmistificação de vários aspectos, além do conhecimento da ação social sobre estes relacionamentos que dificulta o desenvolvimento humano.

A Teoria *Queer* fornece subsídios para o desenvolvimento de tais conhecimentos, através do fortalecimento da consciência quanto aos processos de controle e dominação que o sexismo produz. A representação social dos relacionamentos conjugais reforça a heterossexualidade em detrimento da homossexualidade (Silva, 2005), que dificulta o conhecimento e a promoção da diversidade nas formas relacionais, associando a relação conjugal exclusivamente à prática heterossexual. As discussões predominantemente promovidas são das formas mais conhecidas, socialmente evidentes e valorizadas na relação social, no caso, a heterossexual exclusiva.

A maior, a menor ou a ausência de acesso por parte dos indivíduos a direitos depositados nas instituições sociais da conjugalidade, do casamento e da família, dentre outros fatores, depende do que se concebe por identidade e, assim, a demarcação da classificação identitária desse indivíduo. Para isso, é utilizada, principalmente, a concepção de identidade como uma estrutura fixa. No entanto, ela é formada através da linguagem e da construção dos saberes, e fundamentada no binarismo excludente dos aspectos ligados ao sexo, ao gênero e ao corpo. A identidade não existe subjacente às expressões de gênero e sexo. Tanto identidade, quanto

gênero, assim como sexo são produtos culturais, pois são construídos no seu binarismo através de categorias discursivas que os formalizam, e instituem a ilusão da identidade pessoal normal, o natural, o originário e inevitável. Assim, tanto a categoria sexo quanto gênero possuem função de regulação, estabilização e normalização da sexualidade, pois ambos se estabelecem a partir da estabilidade natural (Butler, 2003, Femenías, 2003).

Tal identidade classifica os indivíduos e desenvolve o mecanismo de hierarquização social nos contextos político, científico e religioso, construindo normalizações, cujo pilar sustentador é a heteronormatividade, que regula os indivíduos através de um discurso disciplinador das formas de sexualidade. O par heterossexual se constitui como pré-requisito compulsório para o reconhecimento dos direitos cívicos-políticos associados com a conjugalidade e com o casamento. Para isso, os indivíduos são percebidos como possuidores de identidades fixas, que representam um grupo, supostamente possuidor da mesma qualidade identitária (Butler, 2003, Foucault, 1988, Miskolci, 2007, White, 2005).

Nesse mecanismo de construção das representações, a formação das identidades é discreta, fixa e excludente. A discrição se relaciona com as dificuldades de percepção das inscrições da linguagem como formadora de identidades, que reforça a fixação de alguns modelos e conseqüente exclusão de outros. Estas três características ignoram a fragmentação interna das categorias construídas que são ambivalentes tanto no coletivo “mulheres”, quanto no coletivo “homens”. Tal fragmentação ocorre, dentre outros fatores, pelos aspectos relacionados com classe, raça, idade, religião e orientação sexual. Apesar desses fatores, através dos mecanismos culturais e ideológicos, é gerada a fantasia de estabilidade e coerência que possui como finalidade a disciplina social, uma forma de exercício do poder nos diversos níveis e em sistemas abertos, pois é relacional e multidirecional (Femenías, 2003).

Para que se desenvolva o reconhecimento da identidade como não fixa e não dicotômica, a Teoria *Queer* propõe que as diferenças sexuais sejam percebidas pelas diferenças materiais e marcadas pelas diferenças discursivas e que buscam o controle pela norma sobre a sexualidade. Os discursos baseados no sexo materializam o sexo no corpo e o concebem como original e verdadeiro através da sua construção performativa. No entanto, tal materialização nunca ocorre completamente através da reiteração desta norma de controle, o que problematiza a materialidade do gênero. Assim, são questionados tanto os conceitos de masculino e feminino, como de homem e mulher, pois mostram que tais conceitos são construções discursivas e não naturalizadas, ao contrário do que pretendem parecer (Butler, 2003, Chidiac & Oltramari, 2004).

Dessa forma, a construção identitária ocorre em vários contextos e em uma diversidade de relações, dentre elas as que ocorrem na virtualidade. Ela possui características específicas relacionais, fundacionais de identidades e possibilitadora de subversões identitárias pela oportunidade de construções políticas diversas. Dessa forma, constitui-se como campo de estudo para o conhecimento das conjugalidades para os casais formados por pessoas do mesmo sexo, uma vez que a expressão social desses relacionamentos é restrita na sociedade em geral.

Os blogs como agentes inclusivos

O desenvolvimento de novas práticas do dia-a-dia associadas às NTICs⁹, trouxeram necessidades de reavaliação de diversos fenômenos sociais e psicológicos. Na comunidade científica a internet desperta interesses por se instituir como um meio que possibilita estudos diversos e por fazer emergir discussões não vistas até então. Pesquisas realizadas através da utilização das ferramentas disponibilizadas no meio digital, dentre elas os *blogs* (Binik, Mah & Kiesler, 1999, Birnbaum, 2004, Könnölä, Brummer & Salo, 2007, Kraut et al, 2004, Miller et al, 2006, Nosek et al, 2002, Penteado & Santos, 2009, Puri, 2007, Sclegel, 2009, Wachelke & Andrade, 2009), mostram que esse meio é capaz de gerar conhecimento para a psicologia.

Os *blogs* se configuram como forma de espaço comunicativo e informativo, utilizado por um número expressivo de pessoas (Penteado, Santos & Araújo, 2009). Caracterizam-se por ser uma rede de produção, circulação, transmissão e debate, onde as pessoas participam e se interrelacionam. Também servem para facilitar o acesso a informações que não estão disponíveis nos meios de comunicação de massa tradicionais, assim como podem possibilitar a publicação de opiniões sobre os assuntos postados nos fóruns de comentários, incitando ao debate e formando redes sociais. Dessa forma, existe a possibilidade de manifestação por parte das pessoas interessadas sobre os assuntos disponibilizados nos *blogs* existentes, ou ainda qualquer pessoa pode criar um *blog* sobre o tema que lhe interessa. Frente a esses aspectos, é uma ferramenta capaz de desenvolver um potencial político e informacional, pois se constitui como um meio potencial de proliferação reflexiva e de formação de identidades, de acordo com a apropriação social das pessoas que se conectam a eles. Assim, pelas suas peculiaridades podem possibilitar: a subversão de regras sociais; o desenvolvimento de novos modos de informação, comunicação e socialização; e o acesso a fontes relacionais com

⁹ Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

interações multilaterais. Quando o objetivo é reforçar as oportunidades de subverter regras sociais, os *blogs* facilitam transcender barreiras, superar impedimentos burocráticos e corromper valores estabelecidos socialmente (Silva, Mosmann & Lomando, 2009).

As particularidades presentes nos *blogs* em função das suas características reverberam nos mais diversos níveis sociais, como: na diminuição do poder dos meios de comunicação de massa tradicionais; na possibilidade de mobilização de redes que ultrapassam fronteiras de nacionalidades; e possibilidade, em tempo real, de massificação das deliberações e tomadas de decisões. Frente a esses fatores que evidenciam sua importância na atualidade, é possível dizer que a vida está caminhando em direção à integração da experiência física com a digital, configurando a internet, e todas as suas ferramentas, como uma forma importante de estudo para o conhecimento dos fenômenos sociais.

Para o tema em estudo, por refletirem aspectos sociais e psicológicos sobre os relacionamentos amorosos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, os *blogs*, como documentos disponibilizados para o público em geral, podem ser analisados em suas várias facetas e fornecerem informações relacionadas com diversos aspectos. Partindo do pressuposto que os processos psicológicos das pessoas usuárias da internet possui equivalência entre as pessoas que não são usuárias (Wachelke & Andrade, 2009), é possível estudar fatores como: os objetivos dos(as) autores(as) dos *blogs*; o nível de envolvimento com o espaço em análise; os recursos disponibilizados, uma vez que estimulam a visita e, conseqüentemente, as discussões posteriores; e os conteúdos das mensagens e das interações.

Método

Este estudo foi desenvolvido a partir do enfoque qualitativo, exploratório-descritivo através de análise documental. Para esse tipo de pesquisa é necessária uma avaliação do *corpus* da pesquisa (Cellard, 2010). Os documentos coletados foram avaliados quanto à sua localização e verificação da sua credibilidade e representatividade, assim como quanto à compreensão adequada do sentido das mensagens e contentamento com o material disponibilizado, os quais foram aprovados para a análise.

Para a delimitação do *corpus* realizamos três buscas em bases de dados para chegarmos aos descritores que traziam os *blogs* com os conteúdos que correspondiam aos critérios de inclusão desse estudo, os quais foram: “relacionamentos gay lésbico de longa duração”. Após revisão dos 284 resultados, foram selecionados 24 *blogs*, por atenderem aos objetivos do

estudo. O intervalo de pesquisa foi entre o período de 01 de janeiro de 2009 até 08 de outubro de 2010, tanto para as postagens quanto para os comentários. A escolha desse intervalo se deu por dois fatores: pela delimitação da pesquisa que se refere aos aspectos contemporâneos dos fenômenos em estudo, e pelas mudanças sociais e políticas recentes que têm ocorrido no mundo quanto aos relacionamentos afetivos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

No processo de coleta dos dados utilizamos o método proposto por Penteado et al. (2009). Os autores descreveram cinco etapas: histórico e descrição do *blog*, classificação dos *blogs*, análise da estrutura do *blog*, análise do conteúdo das mensagens, e análise da interatividade. Para isso, utilizamos os instrumentos desenvolvidos pelos autores com algumas adaptações para este estudo. Mantivemos os itens relacionados à análise de conteúdo do *blog* com categorias definidas *a priori* e incluímos outras categorias que foram definidas *a posteriori*.

Quanto aos cuidados éticos, conforme destacam Rooy e Bus (2010) para os estudos com dados publicados na internet, tivemos o cuidado na preservação dos aspectos relacionados com a integridade da confiança, segurança e privacidade. Os *blogs*, por se constituírem material previamente publicado com acesso livre, não requerem prévio consentimento livre e esclarecido para sua utilização como *corpus* de uma pesquisa. A confiança, segurança e privacidade ficaram resguardadas e reforçadas no cuidado em manter o sigilo quanto aos dados de identificação, para evitar exposições indevidas dos(as) autores(as) dos textos e das opiniões expostas, e no fato que os dados não foram analisados individualmente, mas sim na coletividade.

Para a análise dos dados, seguimos a proposta desenvolvida por Cellard (2010), juntamente com as indicações de Penteado et al (2009) quando se analisa *blogs*, com as adaptações que foram necessárias para alcançar os objetivos deste estudo. Quanto à técnica, utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2008), reconstruindo as duas principais dimensões de análise: a sintática e a semântica (Bauer, 2002). Para isso, seguimos os três pólos cronológicos, os quais são: a pré-análise; a exploração; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Frente a essa estruturação, apresentaremos adiante a análise dos dados coletados, contextualizados historicamente e descrevendo os *blogs*, as mensagens postadas e a interatividade.

Análise crítica do *corpus*

Aqui apresentamos a análise crítica dos documentos, com a descrição do momento histórico de criação dos *blogs*, a identidade dos(as) autores(as) e a natureza dos textos que compuseram o *corpus* da pesquisa.

Neste estudo, apresentamos o contexto em que tanto os *blogs* quanto as mensagens e a interatividade foram postadas. Iniciando pelas datas de fundação dos *blogs*, verificamos que ocorreram no ano de 2002, e entre os anos de 2005 e 2010. Os *blogs* fundados nos anos de 2008 e 2009 são os mais representados numericamente, seguidos pelo ano de 2007. Tais dados, além de mostrar especificamente a data de inauguração dos *blogs* estudados, também fornecem informações sobre o tempo que eles permanecem acessíveis na internet. A permanência no meio digital se associa com os seguintes fatores: a atividade regular que eles possuem, o interesse do(a) blogueiro(a) em manter no ar, a manutenção de acessos por parte de visitantes e o fato de não terem cometido nenhuma violação dos termos de serviço. Os *blogs* estudados mostraram que eles possuíam atividade permanente quanto ao interesse do(a) blogueiro(a) de manter o *blog* atualizado, estavam dentro dos termos de serviço e possuíam visitação regular.

A necessidade de atualização do *blog*, apresentando postagens interessantes para o público alvo, se dá devido ao fato da internet possuir grande dinamicidade, com outros *blogs* sendo criados, assim como novos conteúdos são postados nos *blogs* existentes de maneira muito rápida. Por isso, as postagens precisam ser atualizadas constantemente para criar e manter visitas frequentes, pois assim como um determinado *blog* pode ser visitado, lido e estimular as interações, logo ocorre a diminuição das discussões sobre as mensagens postadas. Na blogosfera é comum a busca por novidades, seja nos *blogs* já conhecidos, como em outros. A permanência no ar dos *blogs* estudados pode indicar que eles refletem os interesses da população estudada quanto aos assuntos publicados e quanto a estruturação que possuem.

O período referido de fundação dos *blogs* se caracteriza como uma época de lutas por mudanças sociais, políticas e legais quanto à aquisição e reconhecimento de direitos pelos grupos LGBTT, assim como de resistência e de busca da manutenção do *status quo*. O maior desenvolvimento educacional e cultural da sociedade como um todo, e especificamente da população LGBTT, tem aumentado o movimento revolucionário em prol da igualdade de direitos, assim como também tem se estabelecido maior intensidade nos movimentos reacionários para a manutenção da heteronormatividade, ambos expressos nas instâncias sociais e políticas. O Governo Federal Brasileiro é um exemplo desses embates.

Preocupado com os vários problemas sociais sofridos por LGBTT e que serve como marco histórico da luta pelos direitos humanos LGBTT, em 2004 o Estado Brasileiro instituiu

o programa “Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e discriminação contra GLTB¹⁰ e promoção da cidadania homossexual”. O objetivo desse programa é “... promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas...” (Conselho, 2004, p. 11), e visa a “... disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB” (Conselho, 2004, p. 11). No ano seguinte à instituição desse programa, em 2005, voltou a ocorrência de fundação de um *blog* envolvido com as questões da cidadania LGBTT e que veio a publicar sobre o tema da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo de forma positiva. Podemos referir que o envolvimento das políticas públicas com a luta pelo combate à homofobia possa ter resgatado a necessidade de divulgação e discussão do tema na população LGBTT.

No entanto, o combate à discriminação e promoção da cidadania homossexual, no que se refere à liberdade de casar, pouco progrediu no período estudado. Antes do desenvolvimento do Programa “Brasil sem Homofobia”, já vinha sendo apresentado para apreciação pela Câmara dos Deputados de Brasília o Projeto de Lei 1.151, que busca a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Desde 1995, esse projeto, que foi desenvolvido pela então deputada Marta Suplicy, tramita no Congresso Nacional. Ele propõe a alteração dos arts. 3º e 7º da Carta Constitucional e institui a União Civil entre Pessoas do Mesmo Sexo. Houve mudanças na estruturação do projeto original, assegurando uma parte dos direitos desses casais, porém ainda não reconhece o casamento, e o debate do tema vem sendo adiada da pauta de discussão desde 1999 (Projeto, 2010). O mesmo acontece com outro projeto de lei, o de nº 2285/2007 (Carneiro, 2007) que, além de outros fatores referentes ao estatuto das famílias, pretende legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Nesse sentido, a população LGBTT, permanece desassistida e o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo caminha a passos lentos.

No período histórico em estudo outro fator importante de influência social foi a instituição do “Dia do Orgulho Gay” em 2008 em São Paulo. Mesmo que já viesse ocorrendo a Parada do Orgulho Gay desde 1997 em São Paulo, com comemoração nesse evento do Dia do Orgulho Gay, foi só em 2008 que a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos, aprovou o estabelecimento e oficializou a data. Antes disso, houve proposições que foram protocoladas em 2002 e 2005. Os principais posicionamentos contrários à aprovação

¹⁰ Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais.

desse projeto, que o derrotaram nas votações anteriores, foram da bancada mais conservadora como a evangélica (Assembléia, 2008). Quanto ao *corpus* estudado, o período de 2007 e 2008 foi onde houve maior incidência de fundação dos *blogs* pesquisados.

Também, como acontecimento social e político do período em estudo, está o desenvolvimento do Projeto de Lei da Câmara, nº 122 de 2006 (PLC 122/06), que criminaliza a homofobia e que permanece tramitando no Senado Federal (Atividade Legislativa, 2011). Apesar da realidade brasileira ser desoladora quanto aos crimes cometidos contra homossexuais, pois coloca o país como o mais violento no mundo quanto ao número de homicídios dessa população (Relatório anual, 2010), tais situações não possuem um tratamento adequado quanto à mobilização social e política para a aprovação do PLC 122/06.

Dando continuidade à análise crítica dos documentos em estudo, passamos para o conhecimento da identidade dos(as) autores(as). Os *blogs* possuem a particularidade de permitir a preservação da identidade tanto dos(as) blogueiros(as), quanto dos(as) visitantes. Fato associado com o maior sentimento de liberdade para a expressão de questões controversas, como é o caso dos temas LGTBTT. É possível o conhecimento de alguns dados referentes a quem produziu o espaço, porém é necessário considerar a possibilidade de gerar material com identidade fictícia, o que pode comprometer a fidedignidade dessas informações. Para identificar dados demográficos da população usuária da internet, utilizou-se informações publicadas por estudos desenvolvidos no contexto brasileiro.

A ampla utilização da internet e seu intenso aumento no mundo nos últimos anos é evidenciado em estudos e mostrado em números. Estima-se que mais de um bilhão e meio de pessoas no mundo tenham acesso à internet e a aceleração do crescimento tem aumentado com o passar do tempo. No período de 2000 a 2008, o crescimento de usuários foi de 342% (Wachelke & Andrade, 2009). No contexto brasileiro essa tendência também se repete. Dados do IBGE (2007) mostram que em 2005, 21% da população, com 10 anos ou mais de idade, acessou pelo menos uma vez a internet por meio de microcomputador, o que significa um total de 32,1 milhões de pessoas, e a estimativa é que este número seja muito maior nos dias de hoje. O IBOPE (Internet no Brasil, 2010) também divulgou que o número total de pessoas com acessos em residências e no trabalho em agosto de 2010 foi de 51,8 milhões, sendo que, destas, o número de pessoas usuárias ativas foram 41,6 milhões. Em relação ao número de domicílios com acesso à internet, em 2009 o IBGE publicou que essa porcentagem em 2008 foi de 23,8%. A maioria das residências com acesso à internet era localizada nas regiões sudeste, sul e centro-oeste, e as pessoas dessa amostra se caracterizaram por possuírem maior renda familiar, terem mais escolaridade e serem mais jovens – entre 15 e 24 anos.

Quando se analisa o perfil das pessoas usuárias da internet para assuntos e grupos específicos, pode haver algumas variações. É o que evidenciou Schlegel (2009), ao avaliar o uso da internet e a participação política dos(as) cidadãos(ãs). Nesse estudo, o autor mostrou que quando o assunto é política, quem possui maior tendência em se fazer representar no meio digital são as pessoas que possuem maior capital cultural diferenciado, ocorrendo assim o reforço dos seus posicionamentos. Mas, ao mesmo tempo, o meio digital também atrai pessoas que não costumam possuir participação na política tradicional. Do mesmo modo, a internet tem mostrado sinais iniciais da possibilidade de inclusão para outros setores sociais.

A natureza dos textos que compuseram o *corpus* do estudo foi analisada e foi considerada como expressiva para o tema. O contexto de redação possui como característica a abertura de possibilidade de escrita tanto dos(as) autores(as) das mensagens quanto das interações. Encontramos documentos com clareza de idéias, estrutura facilmente compreendida, sentidos das palavras e dos conceitos inteligíveis, e possuidores de lógica interna. Cada documento foi examinado quanto aos seus conceitos-chave e suas formas de emprego, tendo sido avaliados como importantes e como construtores de sentido nos contextos de análise. Ainda na análise crítica dos documentos, observamos as dimensão autenticidade e confiabilidade do texto, verificando a possibilidade de plágio, onde pesquisamos se o conteúdo é de produção do(a) autor(a), onde não encontramos nenhum episódio de contravenção.

Internet e LGBTT: sobre os *blogs* e a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo

Os *blogs* selecionados foram encontrados através da utilização do *site* www.blogsearch.google.com.br, que está presente na base de dados do Google¹¹. A escolha desse *site* de procura se deu pela sua popularidade e grande utilização no Brasil. Com o uso de descritores foi possível localizar um *corpus* para análise com vasta gama de expressões da população LGBTT nos *blogs* quanto ao tema dos relacionamentos amorosos e sexuais duradouros. Apresentamos, em seguida, os resultados da análise dos dados referentes à classificação, à estrutura e à interatividade dos *blogs*.

Os *blogs* são espaços situados em diferentes sítios na internet. Quanto à localização, os *blogs* estudados distribuíram-se da seguinte forma: 23 eram independentes e 1 estava em sítio de mídia especializada para a população LGBTT (Quadro 1). A localização independente dos

¹¹ Ver www.google.com.br

blogs ou em sítio de mídia não tradicional confere aos *blogs* a característica de refletirem mais livremente as idéias dos(as) blogueiros(as). Nesse contexto ocorre maior liberdade de expressão e de escolha do assunto que será discutido. Na maioria das vezes os *blogs* independentes são fundados e gerenciados por pessoas desconhecidas do grande público e possuem o formato de diário *on-line*, sendo mais informais. Por outro lado, eles não alcançam grande número de acessos quando comparados aos *blogs* em sítio de mídia tradicional. Os acessos que predominam nesse tipo de *blog* são os provenientes da rede de auto-referência, que é composta pelos(as) blogueiros e seus conhecidos.

Na análise da identidade das pessoas fundadoras dos *blogs* foram levantados os seguintes aspectos: a grande maioria eram pessoas desconhecidas (n=22), sendo que apenas duas pessoas se identificaram como jornalistas, porém sem projeção nacional; a biografia do(a) blogueiro(a) foi disponibilizada na maioria da vezes de forma parcial (n=19), sendo que duas pessoas publicaram seu currículo completo, e em três *blogs* não havia nenhuma informação desse tipo; e quanto ao uso de foto, também não houve esse tipo de identificação para a maioria dos(as) blogueiros(as) (n=21) (Quadro 1).

As três variáveis, localização dos *blogs*, perfil dos(as) blogueiros(as) e biografia publicada, são asseguradoras da pouca infiltração que o tema possui na amplitude da sociedade, mas ao mesmo tempo torna os *blogs* mais identificado com a população LGBTT, no sentido de parecerem fazer parte da vida cotidiana dos(as) autores(as) e dos(as) visitantes. Isso se evidencia na análise das mensagens e dos comentários presentes nos *blog* que serão apresentados adiante. Cria-se o clima de proximidade e mais intimidade entre as pessoas envolvidas, saindo do perfil jornalístico que os *blogs* de mídias tradicionais possuem. Também é importante reconhecer que a autoria de *blogs* por pessoas desconhecidas pode comprometer sua credibilidade, pois a falta de conhecimento dos(as) autores(as) e seus históricos aumenta a possibilidade das informações estarem comprometidas na sua fidedignidade. Isso é contraposto ao fato que a pouca informação sobre a biografia do(a) blogueiro(a) não é dificultador do reconhecimento da importância dos textos publicados, através dos comentários que ressaltaram o envolvimento com o tema. Também, pudemos verificar que os dados biográficos disponíveis eram suficientes para a identificação do(a) blogueiro(a) pelas pessoas que deixaram algum comentário. A falta de maiores informações da pessoa que fundou o *blog* pode estar associada com receios de ações homofóbicas que compromete a vida em vários aspectos.

Estruturalmente os *blogs* estudados possuíam várias ferramentas disponibilizadas para os/as visitantes, e, por isso, puderam ser considerados completos na sua maioria. Todos

tinham periodicidade regular quanto à postagem de mensagens, que foram preponderantemente no formato de artigos, e com menor frequência em forma de entrevistas (n=9) e enquetes (n=3). A possibilidade de interação com o(a) leitor(a) esteve presente em todos os *blogs* (Quadro 1). Como disponibilização de ferramentas, todos possuíam *links* internos e em 22 havia também externos, além de terem ocorrido inclusive no próprio *post* (n=21). Outro recurso é a utilização de imagens, presentes em todos os *blogs*, assim como vídeos (n=16) e áudio (n=6), na grande maioria apenas para consulta. A possibilidade de executar *download* foi encontrada em 2 *blogs* para áudio e 1 para vídeo. A grande possibilidade de utilização de ferramentas mostra o envolvimento do(a) blogueiro(a) com o *blog*, assim como estimula a visitação e participação.

O formato da interatividade na totalidade foi em forma de email, apesar de existirem outras formas possíveis para *blogs*, como: *chat* ou fórum. O número total foi de 349 comentários. Cabe ressaltar que houve a ocorrência de alguns comentários terem sido realizados pela mesma pessoa. Para participar nessa sessão, a maioria dos *blogs* não disponibilizou regras (n=16). Dessa feita, 8 *blogs* possuíam regras de participação para a interatividade, e verificou-se que em apenas 1 houve a publicação da notícia que o comentário foi retirado pelo autor, o que pôde ter sido um desrespeito à regra. Nesse aspecto, ocorreu um reforço das características de diário *online* dos *blogs* estudados, que possui um alcance predominantemente limitado à rede social auto-referenciada. Provavelmente por esse motivo a interatividade teve as características apresentadas, onde não existe maiores preocupações com a diversidade de formas interativas, não se alcança grandes números de comentários, nem existe maiores preocupações com definição de normas que dirijam o envio de mensagens.

As mensagens nos *blogs* e a expressão da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo

Nos 24 *blogs* estudados foram encontradas 27 mensagens sobre os relacionamentos afetivos e sexuais duradouros entre pessoas do mesmo sexo. Nesse momento, apresentaremos dados referentes ao conteúdo dessas mensagens, iniciando pelo histórico das postagens, para que se tenham informações sobre o contexto em que tais textos foram publicados, e em seguida analisamos o conteúdo das mensagens em questão.

QUADRO 1 – FUNDAÇÃO E ESTRUTURA DOS *BLOGS*

DISTRIBUIÇÃO DOS <i>BLOGS</i> QUANTO À LOCALIZAÇÃO		n	%		
sítio de mídia LGBTT		01	4,16		
independente		23	95,84		
	TOTAL	24	100		
PERFIL DOS(AS) BLOGUEIROS(AS)		n	%		
jornalistas		02	8,33		
pessoas desconhecidas		22	91,67		
	TOTAL	24	100		
CARACTERÍSTICAS DOS <i>POSTS</i>		SIM	%	NÃO	%
periodicidade		24	100	0	0
existência de links		21	87,5	3	12,5
mensagem externa		24	100	0	0
CARACTERÍSTICAS DA INTERATIVIDADE		SIM	%	NÃO	%
formato email		24	100	0	0
regras de participação		8	33,33	16	66,66
respeito das regras		7	87,5	1	12,5
BIOGRAFIA DOS(AS) BLOGUEIROS(AS)		n	%		
currículo completo		2	8,33		
currículo parcial		19	79,16		
currículo com foto		3	12,5		
ausência de currículo		3	12,5		
PRESENÇA DE <i>LINKS</i>		n	%		
internos		24	100		
externos		22	91,66		
DISPONIBILIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS		n	%		
entrevistas		9	37,5		
artigos		24	100		
enquetes		3	12,5		
imagens do tipo charge		1	4,16		
imagens do tipo animação		6	25		
áudio		6	25		
vídeo		16	66,66		
arquivos para consulta do tipo documentos		24	100		
arquivos para consulta do tipo fotos		19	79,16		
arquivos para consulta do tipo áudio		7	29,16		
arquivos para consulta do tipo vídeo		15	62,5		
arquivos para download do tipo documentos		0	0		
arquivos para download do tipo fotos		0	0		
arquivos para download do tipo áudio		2	8,33		
arquivos para download do tipo vídeo		1	4,16		

FONTE: Adaptação dos instrumentos propostos por Penteado et al. (2009)

NOTA: A totalidade de ocorrências da amostra e a somatória das porcentagens excedem a somatória de 100% devido ao fato de ser possível o acúmulo de mais de um enquadramento para o mesmo *blog*.

A identificação das datas de postagens das mensagens disponíveis nos *blogs* é importante para que se possa identificar o momento histórico em que a publicação está inserida. As

mensagens que continham os descritores de interesse apareceram no ano de 2009 em número de 18 (55,5%) distribuídas em 9 meses, e no ano de 2010 em número de 12 (44,5%) distribuídas em 8 meses. A distribuição das mensagens por mês variou de 1 a 3. Entendemos que a diferença de representatividade entre 2009 e 2010 se deva ao período que delimitou a busca pelo *corpus* da pesquisa. Dessa forma, podemos dizer que o interesse em discutir o tema dos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo esteve presente nos *blogs* durante todo o período pesquisado.

Esse período se caracterizou pela efervescência de manifestações da população LGBTT. A Parada do Dia do Orgulho Gay adquiriu dimensões maiores em relação ao número de participantes e em relação ao impacto social em todo o mundo. Esse movimento possui um tema que é defendido em todos os locais onde existem tais manifestações. Ele é definido pela Interpride (International Association of Pride Organizers) e muda a cada ano. Em 2009 o tema foi: “Direitos Seus + Direitos Meus = Direitos Humanos”; e em 2010: “Um Coração, Um Mundo, Um Orgulho” (Interpride, 2011). Tais dados se relacionam com o assunto em estudo e mostram que existiu uma aproximação dos temas desse movimento com as diretrizes desta pesquisa, pois ocorreu a associação das dimensões dos direitos e das afetividades. O contexto dessa época pode ser caracterizado como disposto a realizar discussões sobre tais aspectos.

Além dessa manifestação, no Brasil a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros) realizou seu III Congresso em Belém (PA). Na plenária final desse evento foi produzido um documento denominado “Carta de Belém”, que contém a descrição do contexto social daquele momento no mundo e no Brasil e as resoluções tomadas no evento (ABGLT, 2011). O principal aspecto que permeia o documento foi o tema da “Homofobia Estatal”, situação denunciada pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans e Intersexo (ILGA). Foi evidenciado que o recrudescimento da violação dos direitos LGBTT, principalmente quanto aos direitos fundamentais, que são o direito de liberdade e o de sobrevivência, não foram levados em consideração quando se pensava na participação das políticas governamentais para a defesa da cidadania dessa população no período em questão, principalmente nos grandes centros mundiais, como os Estados Unidos no governo Bush, e os países islâmicos. O documento “Carta de Belém” direcionou a luta dos grupos organizados no Brasil em favor da democracia, da igualdade de direitos e pela laicidade do Estado. Tal documento evidencia a necessidade da combinação de universalismo com a garantia do pluralismo identitário, que se caracteriza pela afirmação do direito de ser diferente e que tal diferença seja irrelevante.

No Estado Brasileiro a situação da “Homofobia Estatal” se evidencia nos constantes adiamentos na agenda de discussão parlamentar da cidadania LGBTT, como os projetos que buscam a criminalização da homofobia, a instituição do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a permissão de troca de pré-nome e utilização do nome social para as pessoas transexuais e travestis. Em contrapartida, também ocorreram avanços jurídicos quanto ao aumento de sentenças afirmativas a favor dos direitos LGBTT, mesmo que muito restrito a uma pequena parte dessa população. O contexto social brasileiro, na época em estudo e ainda nos dias de hoje está em uma situação de mudança, porém conservar muita influência de aspectos do machismo e da misoginia, calcados pela elite branca, caracterizada como heterossexista, racista, machista e homofóbica.

Para intensificar o combate à “Homofobia Estatal”, no dia 18 de maio de 2010 ocorreu o VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Congresso Nacional, em Brasília, com o tema: “Direitos Humanos de LGBTT: cenários e perspectivas”. O objetivo do seminário foi a aproximação entre a população LGBTT e os/as parlamentares, dando mais visibilidade para tais pessoas para o devido aprofundamento das discussões sobre os direitos do grupo. Teve como temas de debate a análise da situação dos direitos humanos de LGBTT no Brasil, e união estável, estado laico e fundamentalismo religioso (VII Seminário, 2010).

Nesse panorama sócio-político, verificamos que as características das mensagens quanto aos enquadramentos dos seus conteúdos é uma forma de posicionamento dos(as) blogueiros(as) em relação ao assunto em questão. Tais dados nos fornecem informações quanto às maneiras de atuação dos diferentes *blogs*, para fins de verificar aspectos da ação comunicativa como a intenção do(a) blogueiro(a) e as possibilidades sócio-políticas advindas dessa comunicação (Penteado, Santos & Araújo, 2009). Assim, as mensagens foram analisadas e classificadas nas seguintes categorias conforme seu conteúdo: informativo direto, informativo indireto, opinativo, avaliativo crítico, irônico, posicionamento político, propositivo, avaliativo moral, busca de conselho, existencial e dispersivo (Quadro 2).

As mensagens estudadas se mostraram, de uma forma mais ampla, predominantemente com conteúdo avaliativo, tanto crítico (n=17), quanto moral (n=15). Foram consideradas de conteúdo avaliativo crítico as mensagens com argumentação, em uma reflexão lógica, do ponto de vista. Elas precisavam conter hipóteses, com avaliação de argumentos e recuperação de informações. As de conteúdo avaliativo moral refletiram as opiniões dos(as) autores associadas com um julgamento moral, além das opiniões dogmáticas e moralistas, o que reflete mais intensamente o envolvimento emocional dos(as) internautas e seus humores com a mensagem em questão, podendo conter formas agressivas de discussões. Juntamente com tal

avaliação, uma outra categoria que se destacou foi a de conteúdo propositivo (n=14), a qual dizia respeito à presença de conteúdo que buscava solucionar os problemas discutidos, independentemente da qualidade da proposta quanto à viabilidade e intencionalidade. Esse tipo de mensagem evidencia estilos de ações políticas. A ocorrência dessas três categorias (de conteúdo avaliativo crítico, avaliativo moral e propositivo) como as mais frequentes nas postagens informam a possibilidade dos grupos LGBTT estarem envolvidos com os movimentos que questionam a heteronormatividade e os modelos relacionais conjugais tradicionais.

Também está associado a esse cenário a ocorrência significativa de mensagens classificadas como possuindo conteúdo informativo direto (n=11) e indireto (n=9). Nessas categorias entraram as mensagens que buscavam simplesmente a narração de um fato, desacompanhadas de construção de juízos ou reflexões. As mensagens com conteúdo informativo direto foram as cuja autoria era do(a) blogueiro(a), e na indireta a autoria era de outra pessoa. A utilização de mensagens com conteúdo informativo continham divulgação de experiências próprias ou de outras pessoas quanto ao fato de terem vivido ou estarem vivendo relacionamentos conjugais com uma pessoa do mesmo sexo. Nesse aspecto, as mensagens estudadas classificadas nessa categoria, refletiam as características mais tradicionalmente associadas aos *blogs* com a estruturação de diário *online*. Os grupos LGBTT buscam, através dos *blogs*, o reforço e reconhecimento dos relacionamentos conjugais que possuem, e mostram seus sentimentos de orgulho que advém do fato de possuírem esse tipo de relacionamento.

As categorias com conteúdo opinativo (n=5) e de posicionamento político (n=5) foram menos representadas nas postagens. A primeira continha opiniões sobre um fato, sem uma produção argumentativa ou avaliativa moral. A segunda claramente expressavam a posição política do(a) autor(a) e suas manifestações favoráveis ou contrárias ao cenário político atual, com exposição dos argumentos contendo elementos ideológicos e partidários. Tais dados nos mostram que nessa amostragem as postagens não buscaram apenas a manifestação opinativa de forma pura e simples. Ao contrário, a expressão das opiniões dos grupos LGBTT foi mais caracterizada como de conteúdo avaliativo crítico e moral. Por outro lado, ainda existe um distanciamento na expressão dos posicionamentos políticos. Esse aspecto chama a atenção pelo fato de ter havido a avaliação quanto ao contexto atual, porém distante de posições quanto aos pensamentos e seguimentos políticos de forma explícita. Mesmo com a necessidade de adquirir direitos pelos grupos LGBTT, como por exemplo quanto ao

casamento, ainda existe um distanciamento de envolvimento com a causa quanto aos partidos políticos que aproximem tal população.

Como formas de expressão muito pouca significativas, ficaram as categorias de conteúdo irônico (n=2), existencial (n=2) e de busca de conselhos (n=1). A primeira se referiu à presença de pontos de vista que utilizasse a ironia como forma de expressão. A pouca utilização desse recurso por parte dos(as) autores(as) das postagens expressa uma contradição quanto ao estereótipo, principalmente de homossexuais masculinos, que são referidos no senso comum como pessoas predominantemente irônicas. A categoria existencial se referiu aos conteúdos que relatavam aspectos da existência humana nos grupos LGBTT. Foram classificadas nessa categoria aspectos que se referiam às questões filosóficas existenciais. Existiu pouco envolvimento do grupo estudado quanto às preocupações da existência que questionasse o porque dos fenômenos associados com a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo. Tal grupo esteve mais envolvido com o que podem fazer para conseguir o que querem do que o porquê que as coisas são do jeito que são. Para a última categoria, busca de conselho, as postagens estiveram mais envolvidas em oferecer respostas do que buscar conselhos. Por último, não houve a ocorrência de conteúdos dispersivos nas postagens publicadas.

QUADRO 2 – Análise dos conteúdos das mensagens: enquadramento

ENQUADRAMENTO	n	%
avaliativo crítico	17	62,96
avaliativo moral	15	55,55
propositivo	14	51,85
informativo direto	11	40,74
informativo indireto	09	33,33
opinativo	05	18,51
posicionamento político	05	18,51
irônico	02	7,4
existencial	02	7,4
busca de conselho	01	3,7
dispersivo	0	0

FONTE: Adaptação dos instrumentos propostos por Penteado et al. (2009)

NOTA: A totalidade de ocorrências da amostra e a somatória das porcentagens excedem a somatória de 100% devido ao fato de ser possível o acúmulo de mais de um enquadramento para o mesmo *blog*.

Para a análise e classificação das imagens presentes nas postagens utilizamos as categorias propostas por Penteado et al. (2009), tanto quanto ao tipo de imagem, como à função que possui nas mensagens. A grande predominância do tipo de imagem foi de fotos (n=20). Os outros tipos de imagens, animação, figura e vídeo, ocorreram cada uma em uma mensagem.

Quanto à função, a grande maioria possuiu o objetivo de ilustração (n=23) e houve apenas uma que foi informativa. Como os *blogs* estudados possuíram a característica de serem independentes quanto à sua localização, e dessa forma funcionarem mais como diários *online*, as imagens presentes tiveram predominantemente a função de ilustrar a realidade e que fossem de fácil acesso para a postagem. Dessa forma, elas se associaram com as categorias mais prevalentes em relação ao conteúdo, que foram avaliativo e informativo. Também o fato de serem facilmente encontradas e postadas contou para a sua utilização, pois requerem pouco envolvimento com o trabalho de pesquisa e/ou produção, que é o que acontece quando existem outras formas de ilustrações. Os *blogs* com a configuração de diário *online* não requerem investimentos maiores em imagens a serem utilizadas.

Outro aspecto de importante análise nas mensagens é o da sua hipertextualidade, que se refere ao número de *links* para outros sítios. Eles permitem o acesso a outras informações que possam ser de interesse do(a) leitor(a) e intensificar uma característica da *blogosfera* que é a de alimentar o debate ultrapassando os limites do *blog* e envolvendo um grande número de pessoas (Penteado et al, 2009). Nas mensagens estudadas foram encontrados 10 *links* no total das 27 mensagens, variando entre nenhum e 3 *links* por mensagem. Dos 10 *links* encontrados, 8 eram para sítios internos e 2 para externos. A hipertextualidade nas mensagens estudadas pôde ser considerada como de pouca expressividade, pois menos da metade das postagens possuíam *links*, e menos ainda quando se referiam a presença de *links* para outros *blogs*. Esse é mais um fator que está envolvido na característica predominante dos *blogs* estudados, o de serem independentes quanto a sua localização, e dessa forma mais preocupados com o conteúdo interno das mensagens.

As interatividades nos *blogs* e a expressão da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo

Como forma de comunicação que possibilita a participação de diversos indivíduos em diferentes locais, o ciberespaço aproxima os/as visitantes dos *blogs* oferecendo a oportunidade de opinar, havendo a produção de textos decorrentes das ações dessas pessoas frente aos estímulos postados nas mensagens. Tais ações são filtradas pelos(as) leitores(as) e podem se multiplicar em significados e consequências (Penteado et al, 2009). As opiniões postadas expressam as construções de cada visitante sobre o tema abordado, instituindo outras discussões e interações como consequências da aproximação virtual no espaço

disponibilizado. Na análise da interatividade realizada, levantou-se informações em dois aspectos: sobre a estrutura dos *blogs* quanto ao incentivo da participação das pessoas visitantes e sobre os conteúdos das opiniões postadas, utilizando as mesmas categorias descritas anteriormente.

Na interatividade com as mensagens dos *blogs* estudados, foram totalizados 351 comentários. O intervalo de comentários por mensagem variou de 0 a 53. É possível destacar que o maior ou menor número de comentários se relacionaram tanto com os sub-temas abordados sobre a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, quanto com a popularidade do(a) blogueiro(a) e a amplitude da sua rede social. No entanto, o segundo aspecto pareceu ser mais decisivo, refletindo na análise das mensagens, as quais predominantemente foram categorizadas como de conteúdo opinativo (n=23), e que expressavam, com maior prevalência, gentileza, parabenização e incentivo, indicando que as pessoas visitantes do *blog* faziam parte da rede de relacionamentos dos(as) blogueiros(as) (Quadro 3).

Outro fator que reforça a hipótese das visitas serem associadas com a rede de auto-referência foi o fato de ter havido mais comentários do tipo informativo direto (n=13) do que do tipo informativo indireto (n=1). Nesse aspecto as informações diretas disponibilizadas nos *blogs* falavam sobre as experiências pessoais de cada visitante. O formato dos textos postados tinha a característica de uma conversa entre pessoas conhecidas, onde cada uma expõe as suas vivências. A priorização de comunicações com conteúdo informativo direto também reflete a necessidade em ter espaço social para contar sobre a vida de cada um(a) quanto aos seus relacionamentos amorosos e sexuais com pessoas do mesmo sexo. Tanto uma situação quanto a outra nos mostra que o meio virtual é utilizado pela população LGBTT para interações reforçadoras das subjetividades e identidades.

A categoria com conteúdo avaliativo crítico (n=12) e moral (n=12) também se destacaram nas mensagens. Esse tipo de posicionamento das pessoas visitantes pode ter refletido a necessidade de desenvolver parâmetros que orientem a população LGBTT para encontrarem possibilidades diversas de construção de relacionamentos conjugais, e assim alcançar a qualidade conjugal e o reconhecimento social. Existe, tanto entre as pessoas LGBTT quanto na população em geral, o pressuposto da impossibilidade que relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo sejam satisfatórios e duradouros. Para isso, os comentários avaliativos utilizam a crítica como forma de análise dos mecanismos sociais de hierarquização dos relacionamentos conjugais quanto à organização que possuem, e das configurações de relações que acreditam serem predominantes entre as pessoas do mesmo sexo. Também utilizam a moralidade para a construção de diretrizes que passam a serem reconhecidas como

indicativas do certo e do errado, quanto ao que deve e o que não deve estar presente nos relacionamentos conjugais.

Os *blogs* também parecem ser usados para resolver os problemas que a população LGBTTT encontra nos seus relacionamentos afetivos e amorosos. A preocupação em desenvolver parâmetros avaliativos para tais relações instiga comentários com conteúdo propositivo (n=9) e de busca de conselho (n=9). A avaliação do que deve e o que não deve ocorrer para que um relacionamento conjugal “dê certo” contém a proposição de alternativas para solucionar os problemas percebidos. Ocorreram nos comentários tanto proposições para encontrar a satisfação que mantém os relacionamentos e os tornem duradouros, quanto a busca por conselhos para alcançar a desejada relação. A categoria com conteúdo busca de conselho se referiu aos comentários que continham perguntas que objetivavam orientações sobre como conseguir ou manter os relacionamentos duradouros. Ainda associada a tal conjunto de categorias está a existencial (n=5), que se referiu aos comentários de cunho filosófico que buscava o questionamento e a resposta da pergunta se é possível para essa pessoa alcançar a satisfação de ter um relacionamento afetivo e sexual duradouro. Reforça-se a importância dos *blogs* como espaço interativo para a expressão e construção de identidade para a população LGBTTT, assim como de possibilidade de publicação e socialização das condições pessoais, com menor risco de vitimização dessas pessoas por ataques homofóbicos.

As expressões interativas nos *blogs* também foram categorizadas como possuindo conteúdo irônico (n=10), porém não tão incidente quando comparadas com outras categorias, como está mostrado no Quadro 3. Destaca-se, nesse aspecto, o fato dos estereótipos preconceituosos descreverem os/as homossexuais como intensamente irônicos e, a partir disso, são julgados(as) como pessoas de pouca seriedade. Não houve essa confirmação nas interatividades estudadas. Ao contrário disso, as reações foram mais de respeito e admiração. Pode ser que a luta pelo direito de expressão, em contraposição à pressão social pelo silenciamento, desenvolva mais reações de apoio, do que de ironia. No entanto, apesar da necessidade de aquisição de direitos que a população LGBTTT possui e os movimentos organizados ocorridos no período estudado, houve pouca manifestação de posicionamento político na interatividade (n=6). A manifestação política nas interatividades dos *blogs* pesquisados é preterida quando comparada a outros objetivos. Como tais espaços possuem mais características de diários *online*, a interatividade também acompanha essa estruturação. Em comparação com a categoria de conteúdo dispersivo (n=8) a de posicionamento político foi menos frequente. A dispersão, presente nos comentários estudados, retrata a dificuldade em estimular os debates com maior riqueza de argumentos. Como o principal aspecto que

esteve presente nos comentários de um modo geral foi advirem da rede social auto-referente ao/à blogueiro(a), os comentários dispersivos pareciam serem provenientes de pessoas que não pertenciam às relações pessoais dos(as) autores(as), e objetivavam buscar parcerias sexuais. Porém, assim como a ironia, a dispersão, como forma de busca por relacionamentos sexuais, também não esteve tão presente quanto se acreditaria que estivesse se houvesse o reforço do estereótipo de promiscuidade das pessoas homossexuais.

QUADRO 3 – Análise da interatividade

ENQUADRAMENTO	n	%
opinativo	23	85,18
informativo direto	13	48,14
avaliativo crítico	12	44,44
avaliativo moral	12	44,44
irônico	10	37,03
propositivo	9	33,33
busca de conselho	9	33,33
dispersivo	8	29,62
posicionamento político	6	22,22
existencial	5	18,51
informativo indireto	1	3,7

FONTE: Adaptação dos instrumentos propostos por Penteado et al. (2009)

NOTA: A totalidade de ocorrências da amostra e a somatória das porcentagens excedem a somatória de 100% devido ao fato de ser possível o acúmulo de mais de um enquadramento para o mesmo *post*.

Considerações finais

A busca por representatividade da população LGBTTT tem alcançado vários níveis sociais. O meio digital se destaca nesse sentido por se constituir mais livre de preconceitos, ao mesmo tempo em que alcança um grande número de pessoas. Os *blogs* têm assumido especial significado para a aproximação de experiências e reforços sociais que a população em questão necessita, e tem sido utilizado para diferentes objetivos quanto à inserção social do que fica aparentemente proibido de ser demonstrado no contexto presencial. É o que acontece quanto às manifestações das experiências pessoais e grupais, das idéias e dos desejos que as pessoas homossexuais possuem quanto à conjugalidade.

Como documentos públicos, confirmamos com esta pesquisa que os conteúdos dos *blogs* são expressões que permitem compreender o social juntamente com a dimensão do tempo. Sua análise possibilita conhecer, dentre outros fatores, aspectos referentes ao processo de construção evolutiva que alcança os indivíduos e os grupos, os conceitos e os conhecimentos,

os comportamentos e as práticas. Os *blogs* são espaços que permitem manifestações que em vários outros meios são dificultadas. O desconhecimento da diversidade, mantém o estereótipo que é qualificado como não merecedor de direitos, e o silenciamento deve ser reforçador do questionamento tanto da forma de construção do conhecimento, quanto dos valores depositados em um determinado grupo social em detrimento do outro. Homossexuais masculinos e femininos permanecem sofrendo com os mecanismos de controle social pelo discurso disciplinador, que refere a necessidade de manter a expressão afetiva e sexual retida nas “quatro paredes” do quarto do casal, onde “deve” ser exercida. Exemplo disso foi a política de silenciamento que vinha imperando nas forças armadas americanas, a qual propunha o lema “Don’t ask, don’t tell” (“não pergunte, não conte”¹²) (Looking Beyond, 2010). Esse ainda é o lema que paira socialmente e se repete na blogosfera nos meios de mídia tradicionais, quando o assunto é a divulgação dos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo.

Os *blogs* estudados mostraram a possibilidade de rompimento com alguns aspectos analíticos baseados no paradigma separatista do binômio dicotômico do masculino / feminino, homem / mulher, e menos intensamente do heterossexual / homossexual. Para este estudo, a separação entre masculino e feminino, assim como homem e mulher, não se mostrou relevante. Independentemente do sexo e dos estereótipos, as pessoas que se fizeram representar nos *blogs* estiveram mais envolvidas com as suas identidades, percebendo-se como em constante processo de construção e transformação. Pode ser que a virtualidade possibilite o rompimento com a necessidade de classificação, e mostre que a construção individual não necessariamente precise se processar através da inserção social e modelamento dicotômicos.

Em relação à sexualidade existe a permanência da necessidade de definição entre heterossexual e homossexual. Parece que a percepção da sexualidade como fator formador de identidade, de corpos, de atos, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais, ainda ocorre a partir dessa dicotomia na interatividade digital. Pode ser que um dos aspectos ligados a isso seja a necessidade de reforçar a sexualidade, não como base de construção de identidade, mas sim como forma de denúncia do processo social de hierarquização dos seres humanos a partir da sua sexualidade sem bases de realidade que possam sustentar isso. Evidencia-se que tal hierarquização ocorre através de mecanismos ideológicos. A sociedade heteronormativa e homofóbica utiliza a cultura, como campo de significados, para

¹² Tradução dos autores.

desenvolver maneiras de construção de sentido com o intuito de estabelecer e sustentar relações de dominação.

A utilização da sexualidade é com o objetivo de, através dela, exercer variadas estratégias de controle, um dispositivo de saber e poder através da normatividade que produz corpos sexuados e governados. Ela assume função reguladora pela produção do modelo “ideal” através de um discurso disciplinador das formas de sexualidade não relacionadas com a reprodução e com o casamento, produzindo, demarcando e diferenciando os corpos que pretende controlar. Os *blogs* são utilizados para mostrar que a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo é fática, e que esses casais têm o direito à liberdade de acesso ao casamento. A necessidade social, ainda muito intensa no Brasil, da combinação de universalismo com a garantia do pluralismo identitário, pode estar relacionada com a permanente classificação binária e dicotômica em relação à sexualidade na população LGBTT, para que se consiga alcançar a afirmação do direito de ser diferente e que essa diferença seja irrelevante.

Os *blogs* como forma de expressão LGBTT sobre os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo possui a característica de buscar a representatividade identitária do grupo ainda com características de fixação e dicotômica em relação à sexualidade, tentando ser representativa de unidades relacionadas com o fundacionismo da política de coalizões. É necessário que essa população adquira reforço social e político para a evolução de seu paradigma, buscando a abordagem antifundacionista, onde não ocorre a pressuposição da premissa identidade, nem o conhecimento anterior à prática de assembléia coalizada. É necessário assegurar a emersão de unidades provisórias articuladas com outras propostas que não a identidade, contextualizadas como ações concretas.

A Teoria Queer pode servir para a mudança paradigmática necessária. Ela assegura que o foco de análise e crítica está na *performance* da sexualidade. Percebe-se que tal *performance*, na sociedade heteronormativa, consolida os corpos e assegura a heterossexualidade pela diferença, pois a identidade implica na demarcação e negação do seu oposto, que lhe dá limite e coerência. Assim, a identidade decorre de atos realizativos ou performativos que a caracterizam como uma realidade cultural. Ela é performativa, é o resultado do fazer constituída por diversas expressões. Desta forma, a norma do exercício da sexualidade não existe para ser obedecida, mas sim para estimular os outros modelos e assim assegurar a heteronormatividade, pois a identidade só ocorre na diversidade percebida como diferente. A diferença garante o status do modelo heterossexual como natural e o ponto de partida para a comparação.

Através dos *blogs* a população LGBTTT busca a queda da heteronormatividade que regula o direito ao casamento. Os documentos analisados refletem a desmistificação da associação da homossexualidade com doença, pecado e ilegalidade, e assim buscam enfraquecer o controle social e fortalecer a subversão da regra. A construção identitária e política diversa necessita que a abordagem seja antifundacionista, para que assim seja subvertida a negação dos direitos cívicos-políticos para os diferentes e as construções de subalternidades, de inferiorizações sociais e de ilegalidades.

Para finalizar este artigo, ressalta-se que um sexo é concebido como original e verdadeiro através de sua construção performativa. A partir disso, reforça-se os questionamentos de Butler (2003): “Que outras categorias fundacionais da identidade... podem ser apresentadas como produções a criar o efeito do natural, original e inevitável?” e “que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade?” (p. 9). A associação de alguns fatores relacionados com a identidade nos faz questionar as formas de influências que esses aspectos possuem sobre as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, assim como as influências de tais relações sobre a sociedade. Percebemos que essas associações criam embates que participam das características da construção relacional e social, os quais envolvem fatores como: por um lado, as categorias fundacionais da identidade, a construção política que determinam localizações sociais dos indivíduos nessas categorias e os posicionamentos hierárquicos; e, por outro lado, as relações instituídas e as subversões da identidade. Acredita-se que a utilização de diversos meios como forma de expressão da população LGBTTT anime a luta em direção às conquistas de igualdade de direitos.

As pesquisas que analisam essa diversidade de formas de expressão, especialmente a internet, apesar da sua importância, ainda é pouco explorada pelas pesquisas brasileiras (Schlegel, 2009). Portanto, frente aos fatos apresentados, para o desenvolvimento de pesquisas a internet se constitui como viabilizadora de *corpus* e participantes, possui custos mais baixos e possibilita a observação de fenômenos humanos em um novo e pertinente contexto. Evidentemente, como um meio ainda pouco explorado no meio acadêmico brasileiro, existem desafios quanto aos possíveis vieses da amostra que precisam ser superados.

REFERÊNCIAS

- ABGLT, 2011. Carta de Belém: carta do III Congresso da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. *Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e Transexuais*. Recuperado em 09 abril, 2011, do http://www.abgl.org.br/port/III_congresso.php
- Assembléia de SP aprova Dia do Orgulho Gay. (Fevereiro, 2008). *G1 Globo.com*. Recuperado em 29 março, 2011, do <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL309098-5605,00-ASSEMBLEIA+DE+SP+APROVA+DIA+DO+ORGULHO+GAY.html>
- Atividade Legislativa – Tramitação de Matérias. (2011). *Pojeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006*. Recuperado em 29 de março de 2011, do http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Binik, Y., Mah, K & Kiesler, S. (1999). Ethical issues in conducting sex research on the internet. *The Journal of Sex Research*, 36 (1), 82-90.
- Birnbaum, M. H. (2004). Human research and data collection via the internet. *Annual Review of Psychology*, 55 (1), 803-832.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Congresso Nacional. (2010). *Câmara dos Deputados*. Recuperado em 26 de abril de 2011, do <http://www2.camara.gov.br/participe/eventos/vii-seminario-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transsexuais-no-congresso-nacional>
- Carneiro, S. B. (2007). *Projeto de Lei no. 2285/2007: dispõe sobre o estatuto das famílias*.
- Cellard, A. (2010). A análise documental. In: Poupard, J., Deslauriers, J. P., Groulx, L. H., Laperrière, A., Mayer, R. & Pires, A. (pp. 295-316). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Chidiac, M. T. V., Oltramari, L. C. (2004). Ser e estar *drag queen*: um estudo sobre a configuração da identidade queer. *Estudos de Psicologia*, 9 (3), 471-478.
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Femenías, M. L. (2003). *Judith Butler*. Madrid: Ediciones del Orto.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

- IBGE. (2007). *Estatísticas do Registro Civil*. Rio de Janeiro, v. 34.
- IBGE. (2007). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Rio de Janeiro.
- IBGE. (2009). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2008*. Rio de Janeiro.
- Internet no Brasil cresceu 5,9% em agosto. (outubro, 2010). *IBOPE Nielsen Online*. Recuperado em 27 novembro, 2010, do http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=0A276B95D145374B832577B6007A5F6A
- Interpride (2011). Interpride Themes and Host Cities. International Association of Pride Organizers. Recuperado em 09 de abril, 2011, do <http://www.interpride.org/themes>
- Könnölä, T., Brummer, V. & Salo, A. (2007). Diversity in foresight: insight from the fostering of innovation ideas. *Technological Forecasting & Social Change*, 74 (5), 608-626.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J. & Couper, M. (2004). Psychological research online: report of board of scientific affairs' advisory group on the conduct of research on the internet. *American Psychologist*, 52 (9), 105-117.
- Looking Beyond 'Don't Ask, Don't Tell'. (December, 2010). *Newsweek.com*. Recuperado em 05 de abril, 2011, do <http://www.newsweek.com/2010/12/22/looking-beyond-don-t-ask-don-t-tell.html>
- Miller, B., Sooryamoorthy, R., Anderson, M., Palackal, A. & Shrum, W. (2006). Gender and science in developing areas: has the internet reduced inequality? *Social Science Quarterly*, 87 (3), 679-689.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128.
- Nosek, B., Banaji, M. & Greenwald, A. (2002). E-research: ethics, security, design, and control on psychological research on the internet. *Journal of Social Issues*, 58 (1), 161-176.
- Penteado, C. L. C., Santos, M. B. P. & Araújo, R. P. A. (2009). Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do Movimento "Cansei". *Revista de Sociologia e Política*, 17(34), 159-181.
- Prado, M. A. M. & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.
- Projeto de Lei e Outras Proposições. (n.d.). *Câmara dos Deputados*. Recuperado em 31 maio, 2010, do http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=16329

- Puri, A. (2007). The web of insights: the art and practice of webnography. *International Journal of Market Research*, 49 (3), 387-408.
- Relatório anual divulga números de homossexuais assassinados no Brasil em 2009. (Março, 2010). *Grupo Gay da Bahia*. Recuperado em 21 agosto, 2010, do <http://www.ggb.org.br/dossier%20de%20assassinatos%20de%20homossexuais%20em%202009.html>.
- Rios, T. (2006). *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez.
- Rooy, D. & Bus, J. (2010). Trust and privacy in the future internet – a research perspective. *Identity in the Information Society*, 3(2), 397-404.
- Schlegel, R. (2009). Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas. *Revista de Sociologia e Política*, 17(34), p. 137-157.
- Silva, J. A., Neto, Mosmann, C. P. & Lomando, E. M. (2009). *Relações Amorosas & Internet*. São Leopoldo: Sinodal.
- Silva, J. A., Neto (2005). *A representação social da relação conjugal sob a perspectiva de gênero*. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Thompson, J. (2002). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Wachelke, J. F. R. & Andrade, A. L. (2009). Influência do recrutamento de participantes em sítios temáticos e comunidades virtuais nos resultados de medidas psicológicas aplicadas pela internet. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), p. 357-367.
- White, M. (2005). Prática narrativa, terapia de casal e dissolução de conflito. *Pensando famílias*, 7(9), 11-47.

SEÇÃO IV

Nós: onde, quando, como, com quem,... ? A formação do relacionamento conjugal entre pessoas do mesmo sexo

Introdução

Os movimentos sociais realizados pelos grupos LGBTTT têm saído do silenciamento e têm se feito presente em muitas sociedades no mundo. São buscas por mudanças sociais que unem grandes números de participantes e que se fazem representar socialmente. As manifestações pressionam por reconhecimento de direitos e por inclusão social nos mais diversos níveis. Algumas conquistas estão sendo alcançadas, como por exemplo, a diminuição da negação de direitos para a população LGBTTT no contexto brasileiro. A sociedade, como um sistema com relações estreitas entre seus componentes, também tem sentido a necessidade de reavaliar seus fenômenos. São reflexos nas dinâmicas sociais que se ampliam, alcançando não apenas os grupos diretamente envolvidos, mas a sociedade de forma geral. A ampliação e avaliação dos fenômenos sociais oferecem a oportunidade de questionar os funcionamentos e reafirmar e/ou modificar seus mecanismos e suas organizações.

A família e o casamento são duas instituições que vem sofrendo mudanças, mas para a promoção social e o acesso legal, em alguns aspectos, ainda permanecem predominantemente configurados no modelo tradicional, o heterossexual. A aproximação da diversidade com as leis e com a aceitação e respeito social mostra que as organizações sociais partem predominantemente da sexualidade e do sexo para sua organização e hierarquização. As qualificações negativas que foram associadas à homossexualidade, permanecem qualificando os relacionamentos afetivos e amorosos entre pessoas do mesmo sexo como subalternas, baseadas em preconceções que ligam a homossexualidade à doença, pecado e perversão. São qualificações construídas sobre preceitos religiosos, científicos e legais que ainda possuem grande influência na sociedade, moldando leis que não correspondem a laicidade do Estado Brasileiro.

Os preconceitos associados aos casais formados por pessoas do mesmo sexo são também cultivados pela falta de visibilidade que tais relacionamentos possuem. Para que se possa construir opiniões sobre um determinado fenômeno social é necessária proximidade com as

pessoas que se encontram nessas condições. Isso possibilita a edificação de conceitos coerentes com as realidades e que possibilitem o desenvolvimento humano e social. Partindo dessa necessidade, estudamos os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo e descrevemos as vivências desses casais. Visamos conhecer tais relações na sua profundidade, considerando a força dos contextos em que estão inseridas, através de entrevistas com casais formados por pessoas do mesmo sexo. Na análise dos dados obtidos utilizamos a Teoria *Queer* para basearmos nossas percepções e argumentações.

Conjugalidade e homossexualidade

A formação do casal se estabelece a partir do encontro interpessoal que vai definindo as características do relacionamento a partir da influência recíproca das pessoas diretamente envolvidas, assim como das famílias de origem de cada cônjuge, da sociedade e do Estado. São vários os níveis de influxo que vão se associar com as características do relacionamento, por isso são necessários pressupostos teóricos que sustentem as análises na área da conjugalidade, assim como consigam transcender a própria relação, para alcançar os diversos níveis de influência que dificultam a promoção social da diversidade relacional e da aquisição dos direitos depositados no casamento. Dentro dessas possibilidades está a Teoria *Queer*.

Os relacionamentos amorosos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo partem de posições desfavoráveis à construção da relação conjugal, na forma em que ela é mais valorizada socialmente, a heterossexual, duradoura, exclusiva e procriativa. Dessa maneira, a vida afetiva e o amor entre o casal formado por pessoas do mesmo sexo, que são construídos na relação e que se dão, dentre outros fatores, pelo compartilhamento de objetivos comuns aos cônjuges nos vários níveis do relacionamento, pode possuir empobrecimentos precipitados pelo não direito ao acesso de necessidades associadas ao casamento.

A dinamicidade das relações humanas coloca em foco os conceitos das instituições socialmente construídas. Esse é o caso dos relacionamentos amorosos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, que traz para a discussão as concepções das instituições: conjugalidade, casamento e família. As características desses relacionamentos, como fenômenos dinâmicos e sócio-históricos, mostram a diversidade nas formas de construção das relações, que rompem regras e, assim, reformulam conceitos. Mesmo com aspectos pré-estabelecidos nos conceitos de conjugalidade, casamento e família, na atualidade eles são transformativos, e se

estabelecem juntamente com a própria relação. Todavia, tal flexibilidade para a concepção desses fenômenos pouco alcançou alguns âmbitos sociais, principalmente no que diz respeito ao questionamento da heteronormatividade, uma vez que permanece fortemente atrelada à relação conjugal, ao casamento e à família como estrutura para a formação dessas instituições (Silva & Strey, 2008).

Analisar as características sócio-históricas da família é fundamental para o desenvolvimento de considerações críticas deste fenômeno social, nos estudos e práticas que envolvam este tipo de relação. Desde cedo somos educados para repetir as formas relacionais tradicionalmente construídas nas famílias. São instituídos campos disciplinares, que possuem vitalidade na atualidade e que são teóricos e políticos ao mesmo tempo (Louro, 2007). A teoria na área da conjugalidade se associa com a heteronormatividade, assim como a política. As intervenções propostas na área da saúde mental seguem a mesma direção. Em programas que unem a educação com a saúde mental, foram instituídas propostas de educação para a conjugalidade nos Estados Unidos da América (EUA), em função das preocupações com os problemas na área das relações conjugais, para que se diminuíssem os custos com sofrimentos emocionais individuais, familiares e sociais (Demaria, 2005, Goddard & Olsen, 2004, Halford, 2004, Halford et al, 2004). Tais programas possuem a heteronormatividade como central na sua estruturação, e se constituem como campos disciplinares.

No entanto, a disciplina não impede o questionamento da tradição e a ocorrência das ações transformativas. Isso fica evidente nas dificuldades quanto à construção de conceitos. O próprio conceito de casamento é um fator de dificuldade na contemporaneidade, devido às constantes transformações que vem sofrendo na sua configuração, o que retrata a crise do modelo tradicional de família como imposição para o desenvolvimento social. Muitos conceitos permanecem arcaicos, excludentes de várias práticas desenvolvidas nas relações amorosas, conjugais, dificultadores de transformação social. O casamento entre pessoas do mesmo sexo pode contribuir para quebrar normas culturais hegemônicas, inclusive as de gênero, e favorecer a noção de família mais edificada sobre laços afetivos que consanguíneos, modificando as formas tradicionais das relações de poder.

Não é de se estranhar que o reconhecimento legal das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo traga à tona a discussão de família. É imperioso que se questione a concepção desta instituição nos dias de hoje. Como família, se entende uma instituição cuja forma de organização é básica para a vida social, é evolutiva, portanto transforma-se continuamente e se organiza mais por laços afetivos que pelas hierarquias tradicionais, como a

consanguinidade (Cervený & Berthoud, 2009). Dessa forma, ao se reconhecer legalmente as uniões entre pessoas do mesmo sexo, seja como união estável ou como casamento, é colocado em discussão a concepção de família nos diversos níveis sociais. E, é justamente através das necessidades exógenas ao sistema familiar que as mudanças se operam, pois as famílias tendem a homeostase no seu funcionamento. A dinâmica não costuma atuar por fatores intrínsecos.

No processo de mudança da instituição família, o momento político ou jurídico é nevrálgico nas decisões normativas de institucionalização ou desinstitucionalização do sistema familiar. Ele ocorre nos diversos níveis sistêmicos. Desde a autorização através da legislação, dos veredictos e da exegese religiosa, até o momento em que a violação das normas institucionais deixam de serem percebidas como ofensa ou de levar à marginalização. Na própria Constituição Federal, a família, como descrita no Capítulo VII, Art. 226, é reconhecida como “base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 2010, p. 45). Sendo que nos § 3º e § 4º é definido o que seria família:

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 2010, p. 45).

Assim, o heterocentrismo é o divisor de águas do que se reconhece como família. Ele possui menos intensidade nos últimos tempos na sociedade brasileira, depois que o Supremo Tribunal Federal votou a favor das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo. Mas, socialmente ainda a família é associada com o desenvolvimento da prole, considerando a convicção que as crianças necessitam de uma mãe e um pai em coabitação para o seu desenvolvimento saudável. Tal convicção influencia a política social desenvolvida, sem, no entanto, conseguir mostrar, através das pesquisas sociais, a veracidade destes dados. Da mesma forma não são evidenciadas as informações sobre as famílias formadas por casais com o mesmo sexo e o desenvolvimento da prole. Elas são rotineiramente ignoradas (Biblarz & Stacey, 2010).

Ainda nesse sentido, a valorização social da associação do casamento com a procriação se intensifica na constituição de relações consanguíneas de ambos(as) os/as cônjuges. Esse é mais um fator que desqualifica os casais formados por pessoas do mesmo sexo e dificulta o acesso à esta instituição. Porém, a homofobia deste argumento fica evidente quando se

percebe que o casamento não é negado para casais formados por pessoas de sexo diferentes, mesmo que sejam inférteis ou estão em idade pós-reprodutiva (Kindregan, 2010).

Portanto, não é possível falar em relacionamento conjugal entre pessoas do mesmo sexo, sem incluir o que se entende como família e laços familiares. A percepção da associação da concepção de família com o heterocentrismo mostra que “a família está suspensa entre sexo e poder, como forças biológica e social” como ressalta Therborn (2006, p. 12). As forças biológicas se associam com a procriação, e o poder associa o parentesco à heterossexualidade. Com as práticas sociais que colocam em xeque a premissa heterossexual do casamento, evidenciam-se as limitações e a fragilidade de outros fatores, como a própria noção de família, de amor e de parentalidade. Com a explicitação da homossexualidade de um filho(a), ainda ocorrem expurgações, repreensões e castigos aplicados por pais e mães (Alós, 2010).

Como vimos anteriormente, os discursos sobre a conjugalidade repetem o referencial heteronormativo e assim interferem nos padrões educativos para a conjugalidade. Tais discursos são interventivos para a manutenção da lógica excludente onde o binarismo se instala. No entanto, da mesma forma que essa repetição e padronização das performatividades relacionadas com a conjugalidade são interventivas, as subversões também se constituem como intervenções ao relativizar a lógica da construção heteronormativa, podendo construir novos sentidos e possibilidade das condutas humanas abjetas serem ouvidas e consideradas através das organizações coletivas. As atitudes políticas se revertem como intervenções sociais, e possibilitam a inclusão de outros fatores na análise e construção dessas, para que não se passe ensinamentos transgeracionalmente, de forma acrítica, nas relações de parentesco. Acrescentamos que a força biológica e social onde se situa a família é do modelo patriarcal, que, portanto, propõe-se manter o status de inferiorização e de injúria dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, para a própria definição da heteronormatividade.

Método

Para conhecer os fatores associados com as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, frente aos objetivos delineados, nesta pesquisa desenvolvemos um estudo qualitativo, com delineamento do tipo exploratório e descritivo, através de entrevistas em profundidade com casais formados por pessoas do mesmo sexo. Ela, a pesquisa qualitativa, tem se validado

e se revigorado com o envolvimento de diferentes disciplinas e diferentes enfoques teóricos. A utilização da pesquisa qualitativa para a análise das relações sociais, aqui, das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, se deve ao reconhecimento da existência da diversificação das organizações relacionais, o que Flick (2004) chama de pluralização das esferas de vida. Ela está associada à aceleração das mudanças sociais que precipitam novos contextos e perspectivas sociais. São novas situações que a tradicional metodologia dedutiva não conseguem fazer a diferenciação do objeto em estudo, e a pesquisa qualitativa se institui como forma de construção de conhecimento importante para o desenvolvimento de outros estudos (Collier, Brady & Seawright, 2010).

Foram contatados casais em exercício de relacionamento conjugal entre pessoas do mesmo sexo, os quais foram escolhidos pelo critério de conveniência. O número total de participantes obedeceu ao critério de saturação dos dados. O perfil dos(as) participantes está apresentado no Quadro 4. O número total de casais entrevistados foi de seis. Desses, quatro eram casais de homens e dois de mulheres. As idades variaram entre 26 e 58 anos. As profissões foram muito variadas, e a escolaridade variou entre ensino médio completo a ensino superior completo. Cinco casais residiam no estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Porto Alegre e Canoas. Um casal residia em outro estado (PR), na cidade de Curitiba. A renda familiar em número de salários mínimos variou entre 1 e 3 salários e entre 10 e 15 salários. O casal que possuía menos tempo de relacionamento foi de 1 a 22 anos.

Para a coleta dos dados utilizamos a entrevista narrativa proposta por Jovchelovitch e Bauer (2002). Foi realizado um encontro com cada casal, os quais foram entrevistados juntos. A descrição da estrutura da entrevista encontra-se no Anexo E. Os casais receberam as orientações quanto à pesquisa e sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), que foi assinado por todas as pessoas que participaram. As entrevistas foram gravadas e posteriormente os registros foram transcritos com relato fidedigno do discurso dos participantes e anotações acerca da comunicação não verbal. Todo o estudo foi conduzido de acordo com os preceitos éticos estabelecidos para pesquisa com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde.

Na interpretação dos dados utilizamos a metodologia da análise de discurso, com o desenvolvimento das fases de unitarização, categorização, e produção textual. As categorias desenvolvidas foram à priori e à posteriori. Como técnica de análise empregamos o Método da Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS) (Nicolaci-da-Costa, 2007). Identificamos

quatro categorias finais que são apresentadas a seguir, juntamente com a discussão da análise dos discursos presentes em cada uma dela.

Quadro 4 – Dados Demográficos dos(as) participantes

	PART.	S.	I.	ESCOL.	PROF.	RES.	RENDA FAM. (SAL. MÍN.)	TEMPO DE RELAC.
CASAL 1	A	H	51	ensino superior incompleto	cabeleireiro	Canoas	ENTRE 1 E 3	11 ANOS
	B	H	41	ensino médio	assistente administrativo	Porto alegre		
CASAL 2	A	H	27	ensino superior incompleto	professor de inglês	Canoas	ENTRE 3 E 5	2 ANOS E 6 MESES
	B	H	27	ensino médio	assistente administrativo			
CASAL 3	A	H	42	ensino superior incompleto	acessor de condomínios	Porto Alegre	ENTRE 10 E 15	4 ANOS E 2 MESES
	B	H	38	ensino superior completo	representante comercial			
CASAL 4	A	M	55	superior completo	funcionária pública federal	Porto Alegre	ENTRE 5 E 10	1 ANO E 5 MESES
	B	M	32	superior incompleto	estudante			
CASAL 5	A	H	36	ensino superior incompleto	técnico de enfermagem	Canoas	ENTRE 5 E 10	1 ANO
	B	H	26	ensino superior completo	carteiro			
CASAL 6	A	M	58	ensino médio	técnica de enfermagem e reflexologista	Curitiba	ENTRE 10 E 15	22 ANOS
	B	M	48	ensino superior completo	assessora jurídica e administradora			

A decisão e o processo de transição para a conjugalidade: a tradição e a diversidade

A construção do relacionamento conjugal envolve a necessidade de tomar muitas decisões, as quais vão compor as características relacionais de um determinado casal. Os casais iniciam um relacionamento com modelos e esperanças, que vão se ajustando no decorrer da própria relação. São muitos os aspectos que compõem o relacionamento e que possuem influências

recíprocas, envolvendo o próprio casal e as suas relações sociais, como as famílias de cada cônjuge. Além disso, a relação também é influenciada pelas características sociais do contexto, sua cultura e a política. As formas que esses relacionamentos vão assumindo são o resultado dessas várias forças dinâmicas que levam a relação para uma ou outra organização. Os sujeitos na situação de um relacionamento amoroso e sexual entre pessoas do mesmo sexo possuem desafios na construção conjugal comuns ao que acontece com os casais com sexos diferentes, e outros que se associam com os significados sociais da homossexualidade.

Na sexopolítica, práticas políticas organizadas a partir do sexo e da orientação sexual e que a caracteriza como uma forma dominante da ação biopolítica, os casais considerados “desviantes” são acionados por forças dificultadoras externas ao próprio relacionamento, mas, ao mesmo tempo, podem ter a oportunidade de desenvolver características relacionais mais distantes do controle da heteronormatividade. Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo têm assumido posicionamentos de legitimação em alguns aspectos, no entanto permanecem como ilegítimos em outros. Essa característica se reflete na formação do relacionamento, onde encontramos fatores que lhe associam com algumas características tradicionais de relacionamentos, assim como outros que são associados com a diversidade nas formas de construção relacional. Um dos fatores que mostra a transformação social praticada pelos casais em relacionamentos com pessoas do mesmo sexo é a ausência de fases que constroem tais relacionamentos, como é descrito nos relacionamentos tradicionais: o namoro, o noivado e o casamento. Os casais estudados mostram que a relação vai se desenvolvendo e as resoluções dizem respeito ao desejo do casal. A falta de marcadores sociais que identificam o *status* do relacionamento faz com que os casais não se preocupem em satisfazer as necessidades de corresponder aos títulos estruturais da qualidade relacional, assim como tem sido feito tradicionalmente. O casal 3 descreve esse processo:

A – E com o passar do tempo, nós fomos vendo que tínhamos muitas afinidades.

B – As minhas viagens de trabalho aqui começaram a demorar um pouco mais, antes eu ficava um dia, depois ficava uma semana.

A – E eu tinha tranquilidade de conseguir conciliar o meu trabalho, esticar um pouco o período. Às vezes eu viajava, ia e voltava, ficava mais tempo. A nossa relação durou entre oito a nove meses entre Porto Alegre e “cidade de outro estado”¹³.

B – O “A” ia mais. Eu ficava em “cidade de outro estado”. Eu buscava ele no ônibus ou no aeroporto. Porque eu morava sozinho. Essas coisas vão acontecendo, como eu tinha facilidade com o meu

¹³ Nome da cidade ocultado para preservação da identidade dos participantes.

trabalho, eu sou representante, faço o estado, tanto faz estar em “cidade de outro estado”, “cidade de outro estado” ou aqui, eu marco com meus clientes e vou lá e atendo. Como ele é preso no trabalho dele aqui, era mais fácil eu vir para cá do que ele para lá.

Os discursos desses participantes mostram que as decisões são tomadas de forma conjunta entre o casal, mais livre das pressões sociais que definem formatos pré-estabelecidos de construção dos relacionamentos. Os fatores ligados à situação de maturidade emocional e à maior independência financeira do casal citado, possivelmente estão relacionados à maneira como desenvolveram sua relação. Portanto, nesse contexto, a base que o casal utiliza para a construção da relação é o próprio convívio e a avaliação que possuem dele, mais livres de pressões sociais que dizem o que deve acontecer e de que forma. Sabemos que tais aspectos não são exclusivos dos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Essa tendência de características, que fazem parte do processo de construção relacional, também tem ocorrido em relacionamentos formados por pessoas de sexos diferentes, como nos mostra Silva, Strey e Magalhães (2011), em uma pesquisa realizada com grupos focais sobre o tema da conjugalidade. No estudo citado foi verificado que os mandados sociais e familiares tem sofrido enfraquecimentos quando se fala sobre a escolha conjugal, e conseqüentemente, sobre a conjugalidade. Além disso, em relação à satisfação, ela tem sido considerada como uma premissa de ambos os cônjuges para a decisão pela conjugalidade, configurando sua tendência igualitária, como mostram outros estudos na área (Cordova, Gee, Warren, 2005, Falcke, Diehl, Wagner, 2002, Rosen-Grandon, Myers, Hattie, 2004).

Mesmo com a ausência de rituais de passagens que marquem as transições nas características relacionais, existiu nesta pesquisa um fator referido pelos casais que tiveram significado de impressão do *status* de conjugalidade, a variável coabitação. A decisão pelo “morar juntos” define para o casal o maior comprometimento pela relação. Essa decisão pela coabitação, para alguns casais, pareceu ser “o curso natural das coisas”, no sentido em que ela vai se definindo na convivência. Uma vez tomada a decisão, os casais 4 e 6 relataram que a transição tende a ser tranqüila, desde que haja respeito mútuo pelos costumes individuais. A fase de namoro, semelhante aos relacionamentos tradicionais, é também utilizada por casais do mesmo sexo, para ajudar no processo de conhecimento mútuo e exercício do respeito. Um exemplo, foi o relato do casal 3:

Morar Juntos, foi uma transição tranqüila, porque na verdade cada um tinha suas manias. Eu respeitava as manias dele lá. Nesses dez meses a agente se conheceu, pois cada vez que ia para lá, não era um, dois dias, era uma semana. Praticamente uma convivência. Uma semana dá para saber do outro, os costumes que o outro tem e vice e versa. Então nesses oito, dez meses nós já tínhamos nos moldado um ao outro. Não foi difícil não.

Mas, também percebemos que esse processo não é compulsório para esses casais. Da mesma forma em que algumas relações ocorreram mais semelhantes ao modelo tradicional de formação da relação conjugal, também ocorreram outros processos.

O desejo e a satisfação se sobrepondo à regra na construção conjugal

Nas formas de construção da relação conjugal, levando em conta a questão da coabitação, dois casais se destacaram. O casal 1, formado por homens, pela decisão de não compartilharem a mesma casa, e o casal 4, formado por mulheres, por iniciarem o relacionamento através da coabitação. Analisaremos esses dois aspectos, levando em consideração as questões da forma de organização da própria relação e às questões de gênero.

A rápida transição da situação de namoro para a decisão pela conjugalidade com coabitação se deu por vários fatores. Fazem parte deles o desejo pelo relacionamento por um lado, e a impossibilidade de ter esse relacionamento sem a coabitação por outro. Mesmo que ambas acreditassem que o relacionamento deveria iniciar por um convívio com menos intensidade do que a coabitação, o desejo que esse relacionamento ocorresse se sobressaiu à regra. Essa situação criou sentimentos ambivalentes em ambas que incluem a satisfação e o medo. A satisfação se associa com o convívio prazeroso que elas têm e com o compartilhamento de planos para o futuro de ambas, fatores que conseguem combater os medos e que reforça os sentimentos de segurança do casal. Porém, o rompimento da regra que um relacionamento deveria iniciar com uma situação de namoro para que o casal pudesse ir se conhecendo e construindo sua relação aos poucos, também fez com que se sentissem inseguras e com medo.

Suas crenças relacionadas com a regra do convívio anterior à coabitação, era baseada no argumento que as individualidades devem ser mais independentes nos aspectos emocionais e

econômico-financeiros quando a relação está começando. No entanto, a sobreposição do desejo à regra se deu pela necessidade de resolução de dificuldades externas. Uma das cônjuges estava em Porto Alegre a passeio quando as duas se conheceram, e ela era morava em outro estado que era muito distante. Além disso, não haveria como manterem um relacionamento à distância por motivos financeiros e de falta de apoio familiar e social da cônjuge B. Ela estava com o relacionamento fragilizado com a mãe, com quem morava, e que não aceitava o fato da filha ser homossexual. Portanto, havia uma condição para que ela permanecesse morando com sua mãe, que “desistisse” da sua homossexualidade. O casal, então, decidiu por viverem esse período de conhecimento mútuo e de adaptação no regime de coabitação. Parece que a disposição para experimentar uma forma não convencional necessita de constantes reavaliações do processo de convivência e de mais esforços para a adaptação. Elas ressaltaram que a coabitação serve de aprendizagem para a conjugalidade e para a construção do lugar comum ao casal. Para esse casal é importante a sensação de pertencer para reforçar a segurança. A sensação de quem chega é de falta de poder sobre o lugar.

A – Como foi tudo muito rápido, nós estamos aprendendo a conviver. Mas uma coisa é certa, a gente quer ficar juntas. A gente tem planos. Isso é muito interessante. Isso chegou a me assustar no início, pois a gente não se conhecia. . Nós ainda estamos em adaptação. Ela tem um gênio de cão, resmunga. Reclama do Frio.

B – Claro “fulana”, isso é normal... Estou num lugar que não é meu.

Existe a crença popular que diz: “o segundo encontro de um casal de lésbicas já é com a mudança”. Nessa análise se atravessa uma questão de gênero. A posição social de inferioridade da mulher pode ficar mais intensificada quando ela é homossexual. A falta de reconhecimento pessoal e social da mulher homossexual lhe posiciona na ilegitimidade, com vivências de abandono, de ausência de apoio para serem o que são. É possível que a relação amorosa e sexual entre mulheres ocorra de maneira que a conjugalidade se instale de forma mais rápida mobilizada pela necessidade de apoio que possuem. No entanto, a relação é sobrecarregada por um convívio mais intenso e frequente que rompe com as regras sociais de forma mais ampla. São estressores em vários aspectos que interferem no relacionamento e que requerem mais habilidades do casal para a construção da conjugalidade.

O casal 4 mostra que mesmo que ocorram alguns fatores que facilitam a constituição da conjugalidade com maior liberdade de definição dos termos que compõem os

relacionamentos, são necessárias áreas de “escape”, ou seja, que possibilitem sensações de segurança na ocorrência de crises conjugais. Uma dessas áreas de escape é a confiança em relação ao lugar, o contexto. Esse aspecto se expressa através dos medos que emergem pela característica de muitas vezes ser socialmente percebidos como relacionamentos ilegítimos. A ilegitimidade aparece no discurso do casal delas, quando a participante B fala que está em um lugar que não é seu. Essa constituição ilegítima da conjugalidade, se associa com o envolvimento entre sexualidade e corpos. E vai além, envolvendo fantasias, valores, linguagens, rituais e comportamentos. São construídas representações que são mobilizadas ou acionadas para expressar desejos e prazeres (Louro, 2007). Entre as mulheres entrevistadas, o envolvimento das suas sexualidades em corpos femininos assume significados de interdições dos desejos e prazeres, e conseqüente enfraquecimento do apoio familiar. A construção cultural e histórica da sexualidade, a coloca no âmbito do poder como aspecto constituinte da sua compreensão. Poder no sentido de exercício a partir de muitos pontos e que assumem várias direções (Foucault, 1988). É necessária a aproximação entre “iguais” para que ocorra o reforço do poder no sentido de autorização para o exercício da vida conjugal.

O exercício da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo pode implicar em um duplo rompimento com o controle social. Rompe com a associação entre sexualidade e corpos; e entre as fantasias, os valores, as linguagens, os rituais e os comportamentos na expressão do desejo e do prazer. Os diversos pontos e direções que o poder assume inclui a posição subversiva em relação à regra social de exercício da conjugalidade. Ao mesmo tempo em que o casal vive a satisfação do relacionamento com satisfações do desejo e do prazer, também vive o medo associado com o fato do seu posicionamento de ilegitimidade e de subversão. A população LGBTTT fica dividida entre as satisfações do desejo e do prazer, ao mesmo tempo em que necessitam cuidar da falta de cuidados legais e sociais com suas composições conjugais. As recordações dos sofrimentos homofóbicos e o receio de sofrer homofobia fazem parte das vivências dessa população, por estar em um contexto em que os/as homossexuais não são suficientemente representados(as) quanto aos seus direitos pelo governo e pela sociedade em geral (Levitt et al, 2009).

A outra forma referida de construção conjugal relatada pelo casal 1 foi a dos cônjuges morarem em casas separadas. Nessa organização conjugal o casal compartilha o tempo livre que possuem entre a relação do casal e as individualidades de cada um nas suas casas. Grande parte desse tempo é utilizada para o convívio conjugal, porém preferem manter suas autonomias quanto à moradia. Nessa construção os cônjuges encontraram uma situação que

lhes trouxe maior satisfação. A ausência de coabitação não compromete a percepção de relação estável com sentimento de amor e com momentos de convivência pelo casal, mas inclui a possibilidade de terem períodos de isolamento e de falta de compromisso quanto à compulsoriedade de convívio. As ocasiões de convivência ocorrem no dia-a-dia, nos fins-de-semana e férias, mas sem a obrigatoriedade de estarem sempre juntos. O cônjuge B do casal 1 relata:

De satisfação é o fato de saber que tu tem alguém, que convive com alguém, que supostamente acha que é amado. Porque eu amo, eu gosto da convivência, eu não gosto de estar sozinho. Mas em determinadas situações, eu quero ficar sozinho. Eu não quero ter aquele compromisso. O que tu vai fazer hoje? Hoje eu não quero ir para a tua casa, quero ficar na minha. Não tem uma regra! Vou passar o final de semana contigo, vou passar o feriado contigo, vamos tirar férias de 30 dias juntos.

Essa organização relacional é chamada pelo casal de “mais ou menos esclarecido”, “meio aberto”. Isso foi explicado dizendo que significa uma relação onde os cônjuges compartilham suas atividades em relação ao que fazem e ao conhecimento um do outro. Existiu a preocupação em ressaltar que mesmo vivendo em casas separadas, existem regras nesse relacionamento, e que tais regras reforçam a sensação que os dois são companheiros, são cônjuges. As atividades conjuntas são combinadas e a autonomia quanto às atividades isoladas é limitada ao conhecimento e aprovação do outro. Isso faz com que os cônjuges definam o relacionamento como fechado. Portanto, possui tanto aspectos diversos quanto comuns à conjugalidade tradicional.

Não é assim, eu saio para cá, e tu sai para lá. Nós estamos juntos, fizemos tudo junto, saímos, compramos, dividimos, viajamos, tiramos férias, passamos finais de semana, passamos dois, três dias da semana. E não é nada assim a grosso modo, digamos eu vivo a minha vida e tu vive a tua. Essa é a nossa convivência de ficar juntos... A gente se fala toda hora, todo dia. Não tem aquela coisa não sei onde o fulano está... De repente se ele encontra alguém, ou ele sai com alguém, ou ele quer ter um relacionamento com outro alguém, não é assim. É relacionamento fechado. Agora independente, se possivelmente ele venha a sair, para manter um contato com outra

pessoa, daí é outra história. Essa não é a nossa combinação. Já conversamos a esse respeito.

Frente a esse relato, podemos dizer que existem aspectos que mantêm os casais de pessoas do mesmo sexo mais distantes das tradições e dos costumes, e por isso possibilita a construção de relacionamentos mais flexíveis e menos determinados por parâmetros pré-estabelecidos. Ao analisar sexualidade e gênero, Louro (2008) identificou que o grande desafio da atualidade é precisar lidar com os atravessamentos das fronteiras sexuais e de gênero. E, ainda mais, se dar conta que existem indivíduos que vivem nessa fronteira, como lugar social, numa posição de ambiguidade entre as identidades. Podemos pensar que os atravessamentos entre sexualidade e gênero, e o lugar ambíguo de localização na fronteira quanto às identidades, se estende não só em relação à identidade de sexo e gênero, mas também à identidade quanto ao tipo de envolvimento no relacionamento amoroso e sexual, uma vez que é um fator construtor de identidade.

O estabelecimento de formas diversas de conjugalidade é associada com a necessidade de explicitação dessa organização relacional, num empenho de esclarecimento da prática, para o conhecimento do conceito. O casal 1 participante desta pesquisa demonstra esse processo de esclarecimento das características relacionais. Subjacente ao discurso dos participantes, está uma preocupação em serem “mal interpretados” por não se enquadrarem duplamente na “norma”, em relação ao sexo dos cônjuges e em relação à habitação. Percebendo que o julgamento se associa com a norma (Foucault, 1988), o casal se adianta e trata de explicitar que o rompimento com a norma não compromete a qualidade relacional no que é socialmente aceito quanto à fidelidade e à exclusividade do envolvimento afetivo e sexual. As ações subversivas na conjugalidade, mantêm características da tradição de forma conjunta com a diversidade. Dentre os motivos dessa associação subversão e tradição, podendo estar presente um mecanismo de diminuir ou escapar do julgamento social.

Individualidade e conjugalidade

O tema da manutenção da individualidade no relacionamento conjugal é assunto de discussão frequentemente entre os casais. Os participantes desta pesquisa ressaltaram esse cuidado na construção da relação. Na diferenciação dos aspectos que são relacionais e dos que

são individuais, foram ressaltados os que dizem respeito à necessidade de conhecimento do humor do parceiro, além dos seus valores e dos significados que possui com os diferentes fatores que fazem parte da sua vida.

As formas como cada integrante do casal lida com seus sentimentos necessita ser conhecido pelo(a) parceiro(a), para que possam evitar conflitos desnecessários, pois nem toda alteração de humor com sentimentos negativos, dizem respeito às dificuldades conjugais. Mesmo quando estão associados ao relacionamento do casal, também o(a) parceiro(a) necessita saber o que o seu cônjuge precisa para conseguir clarear suas idéias e resolver seus conflitos. Dessa forma, é necessário reconhecer como cada pessoa lida com seus sentimentos, e que tais sentimentos não são compulsoriamente associados ao relacionamento conjugal. O casal 3 resalta que quando um dos cônjuges se encontra em um momento de mais irritação, é importante que o parceiro perceba que esse estado não está necessariamente associado ao relacionamento. Nesse casal, eles já identificaram que o isolamento é a forma de manejo que precisam ter quando um deles está irritado. O outro parceiro aprendeu a conviver com isso, sem que esse tipo de incômodo atrapalhasse a relação conjugal. Um outro fator que ajuda no relacionamento é perceber, junto com suas formas de resolução dos seus conflitos, as qualidades que o parceiro possui.

B – No inicio eu não conhecia, eu ficava é comigo? Eu fiz alguma coisa errada? Mas, daí ele se irrita mais. Às vezes é o trabalho dele, pois o trabalho dele é chatíssimo. Então ele chega em casa muito irritado. Então eu aprendi, vou fazer as minhas coisas. Mas ele tem uma coisa maravilhosa. Ele tem um botão liga / desliga. Eu não. Eu fico até de madrugada acordado, ele não. Ele diz amor vou dormir e dorme. Isso é uma inveja que eu tenho dele.

O casal resalta que a vida de cada um não está totalmente associada com a conjugalidade. Isso implica na análise da percepção do reconhecimento da subjetividade de si mesmo e do outro, fator que enfraquece a volatilidade dos relacionamentos. No entanto, os relacionamentos amorosos e sexuais entre dois homens são representados como voláteis, como se fosse impossível homens terem relacionamentos duradouros, só pelo fato de serem homens, pois sua “natureza predadora” impediria a fidelidade conjugal. Essa premissa não se confirma nesta pesquisa. O casal relatado mostra que existe uma configuração de intimidade relacional na sua conjugalidade, que se aproximam do reconhecimento da relação como

duradoura, pública e contínua, fatores valorizados para a aprovação legal dos direitos de união estável. Isso mostra que para a inserção social da diversidade nos relacionamentos conjugais, existe a necessidade de reconhecimento das relações caracterizadas pela intimidade para a aprovação de direitos sociais da população LGBTTT.

As atitudes de explicitação da diversidade das organizações conjugais entre pessoas do mesmo sexo são necessárias para o combate ao preconceito reforçado pelas qualidades relacionais instituídas na homossexualidade. A representação da volatilidade dos relacionamentos homossexuais se embasa na suposta impossibilidade que tais pessoas possuem do reconhecimento da subjetividade de si mesmo e do(a) outro(a), pois seriam pessoas superficiais, que estão buscando apenas a satisfação dos prazeres sexuais e não a construção de relacionamentos de intimidade e duradouro. Não pretendemos dizer que uma situação ou a outra está certa, nem errada. O que queremos mostrar é que a condensação de uma representação única para os indivíduos homossexuais não é verdadeira, nem para essa população, nem para qualquer outra.

A volatilidade dos relacionamentos é destacada por Bauman (2004) como um fenômeno da atualidade e ela se caracteriza pelo desenvolvimento dos relacionamentos com o que se deseja quem seja o/a outro(a), não com propriamente quem é tal pessoa. A facilidade das oportunidades de relações traz a prática de relações em série, mais com o objetivo do encontro das idealizações, do que a oportunidade de redefinições de expectativas e formas relacionais. A influência do romantismo ainda implica na busca incessante da esperança de concretização do idealismo, sem a percepção que o amor-romântico é limitado em si mesmo. Para que ele perpetue é necessário a descontinuidade da relação, em função da finitude das características deste amor. O encontro do amor-romântico com a contemporaneidade, impõe questionamentos das formas de construção das relações amorosas, dado o aumento da longevidade e das possibilidades de encontros, sendo menores as limitações vividas neste sentido. O casal 3 mostra que a individualidade compõe a relação e necessita ser percebida para a manutenção do relacionamento através da reavaliação das expectativas.

Além da percepção das subjetividades do(a) companheiro(a), também são necessárias as reavaliações por parte do casal quanto aos valores e significados que dão aos relacionamentos que possuem com os seres que compartilham a vida do casal. As cônjuges do casal 4 falaram sobre suas diferenças quanto aos animais de estimação de uma delas, que passaram a conviver com a chegada da outra. Isso se transformou em dificuldades entre as duas, pois a dona dos animais, mesmo percebendo que seu zelo é excessivo, ainda assim se sente incomodada com o

fato da companheira ter exigido que os cachorros deixassem de dormir na cama. A dona dos bichos fala da importância dos cachorros na sua vida e se sente muito responsável por eles. Sua relação com seus animais de estimação tem significados que são seus, e não da sua parceira. As formas de negociação entre o casal das suas crenças e valores fazem parte da qualidade conjugal que possuem.

A única coisa que eu fico mais invocada é em relação bichos. Isso é uma coisa que eu tenho na minha consciência. Eles foram muito importantes para mim. Muitas fases da minha vida, para não entrar em depressão. Nem sei se eu tenho essa tendência, mas antes de entrar nesta situação a gente faz alguma coisa. Aí eu já tirei os bichos da cama, porque a madrasta já tirou os bichos da cama. Principalmente a marronzinha que dormia grudada em mim, ela tem 5 anos e meio. Eu passo a noite levantando para cobrir elas. Eu sei que eu tenho um excesso de zelo, mas é a minha consciência.

Os significados individuais incluem a construção da identidade. No discurso subjacente dessa participante pode estar sendo expresso que as dificuldades na vida dela, como mulher e homossexual, precisaram que fossem tomadas algumas medidas de proteção, como por exemplo a construção de relacionamentos que incluam seres com os quais sua sexualidade é indiferente para a qualidade relacional. A sexopolítica não é central no relacionamento com os animais de estimação. A qualidade relacional se faz nos cuidados mútuos e na expressão do sentimento, sem que a sexualidade deposite valores na pessoa. É a relação que sai da norma heterocêntrica e que define as hierarquias.

Gomide (2007), ao apresentar fatores relacionados com a formação da identidade lésbica, ela ressalta que é frequente a sensação de menosvalia na sua construção identitária. A associação da mulher com a procriação e cuidados com a prole e com o marido, se impõem sobre as lésbicas, desqualificando seu estilo de vida, seus desejos e seus prazeres. A construção da identidade lésbica é colocada à prova na cultura, de forma intensa e reforçadora da predeterminação do ser mulher. Os lugares onde as lésbicas se sentem mais livres para poderem ser quem realmente são é na subcultura lésbica, dentre outros fatores, pela liberação da predestinação do título de “mãe de família” e “mulher de fulano”. No casal entrevistado, a participante buscou esse reforço na relação com seus animais de estimação, para que conseguisse suportar as dificuldades pelas quais estava passando. Eles fizeram parte da rede social, que muitas vezes são usadas pelas pessoas homossexuais para apoio, mais que a

família. O tratamento de subalternidade que são dispensados para os sujeitos homossexuais serve para ocultar a fragilidade de conceitos que são reificados, como o da heteronormatividade. A homossexualidade denuncia a fragilidade da heteronormatividade.

A DR (discutir a relação): importância do diálogo e o encontro com o discurso fora das normas

O diálogo entre os casais formados por pessoas do mesmo sexo é um recurso utilizado por esses casais, que participa da construção da identidade do casal. Ele foi valorizado pelos casais estudados, depositando sobre eles valores para a construção de convivência com características de harmonia, de busca de entendimento e de definições. As discussões também se associam com a necessidade de construções discursivas que reflitam a relação e os indivíduos, fator que é dificultado pelas características dos discursos muitas vezes refletirem a construção social da heteronormatividade.

O diálogo é percebido pelo casal de homens como um dos principais quesitos necessários para a convivência harmônica. Ele participa da concepção de entendimento e de complementaridade do casal. Na necessidade de falar e de entender, através do discurso, as situações desagradáveis, o casal 5 ressalta que o diálogo deve ser o mais rápido possível. Na opinião do casal, a discussão sobre o incômodo não deve ser adiada para o dia seguinte. Eles construíram um sistema de delimitação do tempo de convívio com a ansiedade. Ressaltam ainda, que a conversa não evita os atritos, porém ajuda no entendimento dos motivos do outro em uma determinada situação.

B – A gente tem se completado muito, a gente conversa muito. Eu tive apenas um relacionamento, que eu aprendi algumas coisas. A gente não pode dormir querendo dizer alguma coisa, ou bravo. Talvez tu fale isso no início do relacionamento. Utopia. Tudo lindo. Não eu e ele estamos fazendo isso.

A – Nós estamos junto nesse período, claro que atritos tivemos, divergências muitas. Mas, a gente sempre conversou.

B – Senta aqui e vamos conversar. Sim, conversar sobre tudo. A qualidade da nossa relação é o diálogo. É entender o lado de cada um.

O diálogo faz parte da constituição da relação e das identidades, pois é necessário, através dele, encontrar os discursos que sejam libertadores do sofrimento que acompanha as angústias e ansiedades. É possível que essa urgência de alívio do sofrimento, dentre outros fatores, ocorra pela vivência de opressão que o discurso corrente exerce sobre *gays* e lésbicas. O casal, ao exercer o diálogo, tem a oportunidade de construir discursos que lhes aproxime na relação conjugal, e lhes oferece segurança por refletirem suas necessidades, no contexto de uma relação mais igualitária. A igualdade age como forma de apoio mútuo, que é constituída através de um discurso reforçador das subjetividades dos cônjuges.

Não é possível dizer que o discurso opressor seja ausente nos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Ele ocorre sim, porém a desconstrução da opressão é mais fácil quando as pessoas estão envolvidas no mesmo propósito. A relação vai se construindo e se tornando mais sólida com a constituição do discurso típico de um determinado casal. Essas características dependem dos significados que os fenômenos conjugais possuem para os cônjuges. O mesmo casal, de número 5, fala que essa urgência do diálogo se associa com o medo da de uma ameaça de vingança, quando um deles está se sentindo incomodado com o outro.

A – Ele guarda. Esse é o meu maior medo. Foi que ele me disse eu sou de escorpião, então se precisar me vingar, eu me vingo. Eu nunca mais me esqueci destas palavras. Então eu tenho medo quando ele guarda. Eu prefiro que ele fale na hora, que a gente resolva na hora, que ficar guardando sentimento, porque quando explodir, eu tenho medo do que pode acontecer.

É possível que as vivências de opressão e ameaça frequentes no discurso heteronormativo fazerem com que o medo ressurgja nas discussões do casal quando estão em situação de incômodo. Já é demonstrado que sofrimentos frequentes fazem com que os indivíduos reajam de forma exagerada às situações, que de alguma maneira relembre seu sofrimento. Esse casal possui dificuldades no convívio com sentimentos que lhes desagradam, buscando o alívio a qualquer custo, seja na discussão para o entendimento, seja na ameaça que submete o outro, caso o outro não esteja “disponível” para esse entendimento. Na impossibilidade de encontrar discursos que reflitam positivamente e alcance o entendimento dos cônjuges, não existe a possibilidade de adiamento da discussão para que o casal consiga refletir e não ficar repetindo discursos hegemônicos, característicos da heteronormatividade, que oprime o diferente do seu

modelo. As ameaças de vingança são características do discurso heteronormativo.

A discussão do relacionamento também se mostrou necessária para o casal 1 poder definir o envolvimento com a própria relação. Um dos participantes desse casal contou que depois que passaram por vários desentendimentos e término do relacionamento, eles decidiram dialogar e recombina sua relação. A primeira decisão foi se realmente queriam continuar juntos. Para essa decisão ressaltam que não adiantava ficar discutindo as “culpas” de cada um no que ocorreu entre eles que os deixou em uma situação de conflito. Eles colocaram o enfoque da discussão para o futuro em associação com o desejo.

Nesses 11 anos já ocorreram situações que ele saiu, que eu saí, daí a gente sentou e conversou, como é que vai ser, vamos ficar juntos, não vamos. Porque você fez, porque saiu, porque não saiu, abertamente assim. Não, mas se tem aquela coisa assim, se ele desejar sair, sai. Nada vai impedir ele. Se ele desejar ter um relacionamento com outra pessoa, e amanhã terminar comigo, ok. E eu também. A gente está livre para fazer isso. Mas a gente tem esse relacionamento fixo.

Para o casal, foi importante falar da participação de cada um nos conflitos que estavam vivendo, mas o que determinou a permanência da relação foi o desejo. A culpabilização é um mecanismo típico do discurso heteronormativo, pois se associa com a norma e com o castigo. O casal precisou explicitar seus desejos para ajudar nas escolhas que precisavam fazer. Relacionamentos mais igualitários necessitam rever a situação de ambos para chegar na decisão, que também precisa ser de ambos. Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo mostram essa possibilidade, reforçando que relações amorosas e sexuais não são compulsoriamente repressivas, como ocorre nos casamentos tradicionais. É uma participação dos sujeitos *queer* nas transformações sociais para além da população LGBT.

Considerações Finais

As questões iniciais presentes no título deste artigo são respondidas com os discursos dos(as) participantes. Na construção do relacionamento conjugal, o modelo exclusivo permaneceu como o predominante neste estudo. As conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo apresentam muitas características comuns ao modelo tradicional, porém com

modificações que se instalam com o desenvolvimento da própria relação e das necessidades que vão se estabelecendo durante o percurso. O casal vai constituindo o “Nós”, associado com fatores internos e externos ao próprio relacionamento. Internamente o casal busca formas de definição de si e da relação, em frequentes reavaliações e redefinições dos termos relacionais. Externamente, são construídas ações que se estruturam juntamente com o contexto, associando apoios e contraposições. Os sujeitos *queer* buscam o rompimento de regras, porém sem que comprometa a sua existência em constante troca com o contexto. São desenvolvidas formas de existir que tanto rompem barreiras e liberam a possibilidade de ir e vir, quanto também de localização dos sujeitos exatamente nas zonas de fronteiras das categorias definidas socialmente.

A subversão sem a destruição total da norma é o que principalmente caracteriza a construção conjugal dos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Essa é a identidade do casal, que se associa com as identidades dos cônjuges, que se encontram em um momento de grande mudança quanto aos seus lugares sociais. Essa identidade, então, é temporária e dinâmica. A ilegitimidade dos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo está saindo desse contexto, porém ainda permanecem fatores que ligam esses relacionamentos com tal posição. Os recursos de desenvolvimento humano das pessoas em um relacionamento conjugal com outra pessoa do mesmo sexo, se encontram na individualidade, no relacionamento e no contexto. As individualidades se expõem de forma mais aberta para a relação, o relacionamento mais aberto para as necessidades do casal e das individualidades, e o contexto iniciando um exercício de reconhecimento de direitos e de respeito a eles. Esses são os “Onde”, “Como” e “Com Quem”.

As conquistas da população LGBTTT se apóiam nos desenvolvimentos dos conhecimentos múltiplos e nas possibilidades de desmistificação de crenças arraigadas socialmente através da heteronormatividade. A “saída do armário” tem resultado em várias conquistas, mas também tem alertado várias resistências. O meio científico, mesmo que ainda com pouco espaço para o desenvolvimento dos estudos com essa população, ou com pouca aproximação nos estudos desenvolvidos com a diversidade das organizações conjugais, também tem contribuído para a intensificação do conhecimento e com o tratamento devido à população LGBTTT. A possibilidade de desenvolver estudos como este, mostra que as vivências das conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo possuem muitos aspectos comuns com as conjugalidades de um modo geral. Nesse estudo, confirmamos que muitos fenômenos se repetem nas conjugalidades de um modo geral.

Ficou evidente que a relação como forma de desejo e satisfação é prioridade para os/as participantes desta pesquisa. As dificuldades enfrentadas não esmaeceram o desejo, mas sim funcionaram como forma de encontrar alternativas e de questionar a norma. No entanto, o medo esteve presente em vários momentos. Ressaltamos, nas linhas finais das nossas considerações, que nos encontramos frequentemente neste estudo com o medo dos(as) participantes. Cabe referir Bauman (2008), que nas suas considerações sobre o medo, ressaltou os dois componentes desse sentimento vivido como desagradável, mas, se devidamente dosado e contextualizado, serve para a manutenção da vida. O primeiro componente é a ignorância da ameaça. E o segundo é o do que deve ser feito. A diversidade dos modelos relacionais na conjugalidade faz com que os casais vivam as incertezas características das sociedades abertas da atualidade. O desconhecimento associado com a incerteza, e dessa forma com o medo, se enfraquece a medida que conhecemos o desconhecido, e capacita os indivíduos para desenvolver suas capacidades e a confiança nelas.

O medo presente nos discursos dos(as) participantes não congela as ações subversivas. Ele aciona construções que mantêm a integridade da vida dos casais e ao mesmo tempo impulsiona a sociedade para viver de forma mais ampla. Essas ações subversivas alcançam as diversas formas de construção relacional e também são alcançadas por elas. Não existiram práticas relacionais entre os casais formados por pessoas do mesmo sexo que não sejam facilmente reconhecíveis pela sociedade como relacionamento conjugal ou casamento. No entanto, o que permanece proibindo este *status* para tais casais? Um desses fatores é o medo descrito, que fazem com que o processo de instauração da heteronormatividade seja garantido através da manutenção da homossexualidade, de alguma forma, obstruída e desqualificada. A incerteza das possibilidades deixa o contexto social e político inseguro quanto aos seus destinos, se a lógica heteronormativa for desestruturada, ou melhor, se socialmente conseguirmos ultrapassar a necessidade da estrutura nesse sentido.

As incertezas são associadas com os medos sociais e vividas com extrema angústia. O conhecimento desenvolvido sobre as conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo, aproxima esses casais da visibilidade social, e mostra que suas ações não comprometem a sociedade. A denúncia é contrária a isso. A sociedade é que precisa, para se manter essa “sociedade”, da norma que a estrutura como tal, ou seja, no enfoque da sexopolítica. A ameaça não é o conhecimento e o reconhecimento do que são as conjugalidades dos casais formados por pessoas do mesmo sexo e do que elas têm direito. A ameaça é a necessidade de repensar o processo político e as formas de construção de hierarquias que partem do sexo e da

sexualidade. O conhecimento do processo de formação das relações conjugais homossexuais traz mais segurança frente à algumas certezas, e combate os medos que lhe mantém em posições de subalternidades. Portanto, para o desenvolvimento social e humano, a diversidade necessita estar presente nas possibilidades, e não silenciadas e mimetizadas nas práticas sociais, como se não existissem em outros níveis, que não seja o destinado à elas, que são as das representações que possuem e que a mantém em posição de grande desigualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

- Alós, A. P. (2010). Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*. *Estudos Feministas*, 18(3), 837-864.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____ (2008). *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Biblarz, T. & Stacey, J. (2010). Ideal families and social science ideals. *Journal of Marriage and Family*, 72, 41-44.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010*. Brasília, DF, 2010. Recuperado em 25 jun. 2010, do: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>.
- Cervený, C. M. O. & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. In: Osório, L. C. & Valle, M. E. P. *Manual de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Collier, D., Brady, H. & Seawright, J. (2010). Outdated views of qualitative methods: time to move on. *Political Analysis*, 18 (4), 506-513.
- Cordova, J. V., Gee, C. B., Warren, L. Z. (2005). Emotional skillfulness in marriage: intimacy as a mediator of the relationship between emotional skillfulness and marital satisfaction. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 24(2), 218-235.
- DeMaria, R. M. (2005). Distressed Couples and Marriage Education. *Family Relations*, 54(2), 242-253.
- Falcke, D., Diehl, J. A., Wagner, A. Satisfação conjugal na atualidade. In: Wagner, A. (Org.). (2002). *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 172-188). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman.

- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Goddard, H. W. & Olsen, C. S. (2004). Cooperative Extension Initiatives in Marriage and Couples Education. *Family Relations*, 53(5), 433-439.
- Gomide, S. (2007). Formação da identidade lésbica: do silêncio ao Queer. In: Grossi, M., Uziel, A. P. & Mello, L. (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (pp. 405-423). Rio de Janeiro: Garamond.
- Halford, W. K. (2004). The future of couple relationship education: suggestions on how it can make a difference. *Family Relations*, 53(5), 559-566.
- Halford, W. K., Moore, E., Wilson, K., Farrugia, C. & Dyer, C. (2004). Benefits of flexible delivery relationship education: an evaluation of the couple care program. *Family Relations*, 53(5), 469-476.
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M. W. (2002). Entrevista narrativa. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kindregan, C. P., Jr. (2010). The evolution of same-sex marriage. *Family Advocate*, 32(3), 8-10.
- Levitt, H. M., Ovrebo, E., Anderson-Cleveland, M. B., Leone, C., Jeong, J. Y., Arm, J., Bonin, B. P., Cicala, J., Coleman, R., Laurie, A. Vardaman, J. & Horne, S. G. L. (2009). Balancing dangers: GLBT experience in a time of anti-GLBT legislation. *Journal of Counseling Psychology*, 56(1), 67-81.
- Louro, G. L. (2007). Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, 46, 201-218.
- _____, G. L. (2008). Gênero e sexualidades: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23.
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (2007). O campo da pesquisa qualitativa e o método de explicitação do discurso subjacente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(1), 65-73.
- Rosen-Grandon, J. R., Myers, J. E., Hattie, J. A. (2004). The relationship between marital characteristics, marital interaction processes, and marital satisfaction. *Journal of Counseling and Development*, 82(1), 58-68.
- Silva, J. A., Neto & Strey, M. N. (2008). La representación social del lazo conyugal y género: desafíos de la contemporaneidad. *Cuadernos de terapia familiar*, 21, (2), 147-168.
- Silva, J. A., Neto, Strey, M. N. & Magalhães, A. S. (2011). Sobre as motivações para a conjugalidade. In: Wagner, A. et al. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.

Therborn, G. (2006). *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Os Estudos *Queer* tem possibilitado a percepção de mecanismos sociais associados com a população LGBTTT que promovem subversões, muitas vezes necessárias para o desenvolvimento de situações mais igualitárias. Nesta tese vimos que os casais formados por pessoas do mesmo sexo possuem relacionamentos conjugais que são duradouros, públicos e contínuos, aspectos levados em consideração pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o reconhecimento dessas relações como entidades familiares. Portanto, não existem argumentos que permaneçam mantendo a impossibilidade de direito ao casamento por parte desses casais. Da mesma forma, se evidenciou que o não reconhecimento desse direito interfere na aproximação, inserção e inclusão social dos casais homossexuais na população em geral, de forma as relações possuem dificuldades em função da homofobia.

A sociedade brasileira e mundial vem testemunhando mudanças no sentido de transformações sociais e políticas que vem garantindo os direitos e o respeito com os grupos LGBTTT. Porém, ainda ocorrem representações políticas e linguísticas negativas e negligentes em muitos momentos. É importante perceber que esse processo de desenvolvimento de uma representação não é apenas a consequência de observações. Ela, a representação, também forma e estabelece os critérios direcionadores da formação dos sujeitos que representa, atendendo às qualificações determinadas, para a expansão da representação. Assim ocorre com os sistemas jurídicos de poder, que produzem os sujeitos para os quais atuam representando-os (Butler, 2003, Foucault, 2000).

As tentativas de garantir os direitos dos relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo, construindo situações diferenciadas e referenciadas como “Outras”, é um mecanismo de apropriação que visa manter a heteronormatividade, e a diferença colonizada, anulando ou enfraquecendo a possibilidade de questionamento dos conceitos totalizantes. As relações de poder que se instituem dessa forma devem ser questionadas pelo condicionamento e limitação que desenvolvem das possibilidades dialógicas. Também é necessário o cuidado com a possibilidade que o modelo dialógico tem de “degenerar num liberalismo que pressupõe que os diversos agentes do discurso ocupam posições iguais de poder e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui ‘acordo’ e ‘unidade’, que seriam certamente os objetivos a serem perseguidos” (Butler, 2003, p. 35-36). O direito às diversas

formas de construção de conjugalidade para os casais formados por pessoas do mesmo sexo possibilitaria o desenvolvimento da dialógica moldada na democracia.

Como vimos nos estudos apresentados, os grupos contrários à legalização do casamento para os casais formados por pessoas do mesmo sexo se argumentam na impossibilidade de mudanças nas instituições sociais, e mais intensamente nas noções de família e casamento, pela grande importância que possuem no contexto brasileiro, utilizando o passado como forma materializada na noção idealizada. O objetivo é servir à manutenção do conservadorismo e de construção da exclusão. Os grupos LGBTTT estão incluídos na política sexual instituída, onde certos aspectos são ditos de um sexo e outros de outro, desconsiderando a íntima conexão entre materialidade e significado. Essas percepções distorcidas, que compõem a materialidade e significado como excludentes, é a base da dialética existencial misógina, que se constrói, de forma oculta, na produção discursiva da naturalização do sexo (Butler, 2003).

A homofobia possui mecanismos semelhantes, onde também ocorre a exclusão entre materialidade e significado, pois a materialidade do suposto ser homem e mulher é inquestionável no mecanismo da naturalização. Homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens, e mulheres com outras mulheres são percebidas como contranatureza, não considerando que a própria natureza possui múltiplas configurações. Os estudos na área das conjugalidades, ao serem delimitados compulsoriamente a partir da sexualidade dos cônjuges, intensificam tais percepções, ao não reconhecerem as múltiplas formas de construção conjugal, e que mesmo na tentativa de coalizar a organização da relação na heterossexualidade, essa representação será sempre parcial, não representativa da diversidade, mesmo que dentro do mesmo grupo quanto à orientação sexual. A produção científica na área das relações conjugais reforça o mecanismo pelo qual age a sexopolítica.

O exercício do poder sobre o casamento é construído sobre questões morais. Como mostrou Foucault em *a História da Sexualidade I* (1988), a recusa, o bloqueio, a desqualificação é acompanhada de incitação, de intensificação, ou seja, compõem as “técnicas polimorfos do poder”. A não percepção da ambivalência dificulta a conscientização dos mecanismos de exercício do poder na sociedade. A construção do saber no dualismo excludente de possibilidades coloca a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo na posição de inferioridade, dificultando a saída deste lugar, pois é utilizada tanto para manter a característica de proibição, como para estimular a prática, e dessa forma servir para o controle social sobre a moralidade. Porém, não se considera que a moralidade não apenas emerge no contexto das relações sociais, mas também se transforma de acordo com o contexto, ao

mesmo tempo em que o contexto é inseparável dessa moralidade (Butler, 2005). A moral inserida na Constituição Brasileira (Brasil, 2010), é moldada na percepção da naturalização dos fenômenos, e desconsidera a multiplicidade da natureza como citado anteriormente

É possível perceber o exercício do poder e suas formas polimorfas quando se analisam outras práticas sociais, que são básicas na relação social. Como profissionais das áreas médica e da psicologia, percebemos que outros estudos necessitam serem desenvolvidos na sociedade brasileira, que envolvam não somente a homossexualidade com a conjugalidade, mas também contextos de grande importância social, como as práticas de saúde. As ciências necessitam abrir suas portas para esse conhecimento.

Alguns estudos foram realizados nesse sentido, o que evidenciou dificuldades nas práticas de saúde em tratar abertamente do assunto homossexualidade entre os próprios profissionais. Buchmueller e Christopher (2010), ao estudar as disparidades no acesso e acompanhamento à saúde para pessoas em relacionamentos hetero e homossexuais, mostra que as pesquisas representativas da população que investigam questões da área da saúde desenvolvidas em larga escala, raramente possuem perguntas sobre a orientação sexual de seus/suas participantes. Os autores mostram que a falta de conhecimento das particularidades de questões relacionadas com a sexualidade na área da saúde está ligada à existência de diferenças entre pessoas hetero e homossexuais quanto ao acesso e à procura por assistência na população estudada, evidenciando que as pessoas em relacionamentos homossexuais tem menor procura e acesso que as pessoas em relacionamentos heterossexuais. Este fator é mais um aspecto que entra em evidência quando pensamos no controle social descrito por Foucault. O desenvolvimento dos direitos da população LGBT poderá contribuir para diminuir as disparidades existentes na sociedade quando comparados à população heterossexual e aumentar a saúde da população como um todo. A saúde mental também está nessa lista de negligências.

A utilização da moralidade para a discriminação dos(as) “desviados(as)” se associa com a necessidade de reconhecimento, por parte dos profissionais da saúde, que negligências podem ser formas de manifestações homofóbicas. Outra forma de exercício do poder no seu polimorfismo na mesma área é a questão da grande evidência que permanece a infecção pelo HIV e sua associação social com a homossexualidade, como a “peste *gay*”. Por outro lado, muito pouco se divulga dos transtornos mentais como a depressão e o suicídio, que possuem grande prevalência entre homossexuais. Tais doenças são em grande parte reforçada pelas

dificuldades relacionais e sociais encontradas por esta população (Ceará & Dalgalarrodo, 2010, Granados-Cosme & Delgado-Sánchez, 2008, Ortiz-Hernández & Torres, 2005).

Ainda, outros cuidados necessitam serem tomados são quando se associa a homossexualidade com situações traumáticas, como o abuso sexual na infância, pois pode reforçar a concepção de homossexualidade como doença. Em um estudo desenvolvido por Wilson e Widom (2010), foi encontrado que as crianças vítimas de abuso sexual na infância estão em relacionamentos com pessoas do mesmo sexo na adultez. No entanto, como as próprias autoras percebem, não foram descritos os mecanismos associados com estes achados, havendo maior necessidade de exploração desta relação. Portanto, as injúrias que os/as homossexuais sofrem ocorrem em vários níveis e que necessitam de medidas preventivas, principalmente de ações que busquem mudanças sociais quanto à diminuição da homofobia.

As exclusões sociais para esses indivíduos localizados na ilegitimidade fazem com que busquem formas de subverter a ordem nos espaços possíveis. É o que evidenciamos ao estudar os *blogs* como formas de expressão LGBTT. Como espaços mais democráticos, a internet é grandemente utilizada para a expressão da individualidade e da relação social e conjugal, mais um campo de investigação potencial para essa população.

Conforme nos remete Louro (2004) em seus escritos, as transformações precipitadas por LGBTT nos faz refletir sobre a necessidade de ultrapassar os campos dos gêneros e da sexualidade, e desenvolver renovações sobre a cultura, as instituições, o poder e as formas de aprender e estar no mundo. São disposições políticas que incluem as pesquisas nas áreas das humanidades e que impulsiona a ciência para a percepção da sua responsabilidade política sobre o que produz.

REFERÊNCIAS

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010*. Brasília, DF, 2010. Recuperado em 25 jun. 2010, do: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>.

Buchmueller, T., Carpenter, T. (2010). Disparities in health insurance coverages, access, and outcomes for individuals in same-sex versus different-sex relationships, 2000-2007. *American Journal of Public Health*, 100 (3), p. 489-495.

Butler, J. (2005). *Giving na account of oneself*. New York: Fordham University Press.

_____ (2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Ceará, A. T., Dalgalarrodo, P. (2010). Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37 (3), 118-123.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (2000). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (6ª ed.). São Paulo: Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1971)
- Granados-Cosme, J. A., Delgado-Sánchez, G. (2008). Identidad y riesgos para la salud mental de jóvenes gays en México: recreando la experiencia homosexual. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (5), 1042-1050.
- Ortiz-Hernández, L., Torres, M. I. G. (2005). Efectos de la violencia y la discriminación en la salud mental de bisexuales, lesbianas y homosexuales de la Ciudad de México. *Cadernos de Saúde Pública*, 21 (3), 913-925.
- Wilson, H. W., Widom, C. S. (2010). Does physical abuse, sexual abuse, or neglect in childhood increase the likelihood of same-sex sexual relationships and cohabitation? A prospective 30-year follow-up. *Archives of Sexual Behavior*, 39 (1), 63-74.

ANEXOS

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUCRS



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-203/11

Porto Alegre, 21 de janeiro de 2011.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 11/05351 intitulado **“Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo e as dinâmicas relacionais nas dimensões afetiva e legal”**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profa. Marlene Neves Strey
FAPSI
Nesta Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep

ANEXO B - PLANILHAS DE ANÁLISE DOS BLOGS

Origem:

Penteado, C. L. C., Santos, M. B. P. & Araújo, R. P. A. (2009). Metodologia de pesquisa de *blogs* de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do Movimento “Cansei”. *Revista de Sociologia e Política*, 17 (34), 159-181.

Planilha 1: Classificação dos *blogs* sobre os relacionamentos gays e lésbicos de longa duração

Nº:		Blog:		Acesso:	
Endereço:					

1.1 Localização dos *blogs*:

portal de internet		sítio de mídia		sítio de partido	
independente		sociedade civil		outro	

1.2 Perfil do “blogueiro”:

jornalistas		políticos		acadêmicos	
pessoas desconhecidas		pessoas públicas		outro	

Planilha 2: Análise da estrutura dos *blogs* sobre os relacionamentos gays e lésbicos de longa duração

Nº:		Blog:		Acesso:	
Endereço:					

2.1 Posts:

	sim	não
peridicidade		
existência de links		
mensagem externa		

2.2 Interatividade:

formato:	somente leitura		email		chat		fórum	
regras de participação:	sim		não					
respeito das regras	sim		não					

2.3 Biografia:

currículo:	completo		parcial		c/ foto		ausente	
------------	----------	--	---------	--	---------	--	---------	--

2.4 Links:

internos		externos	
----------	--	----------	--

2.5 Outros serviços:

entrevistas		artigos		enquetes	
imagens:	charge		animações	áudio	vídeo
arquivos (consulta):	documentos		fotos	áudio	vídeo
arquivos (download):	documentos		fotos	áudio	vídeo
informações úteis:					
outros:					

Planilha 03: Análise do conteúdo das mensagens

Nº:	Blog:	Acesso:
Endereço:		

Data: ____/____/____ horário: ____h ____min nº do post: ____

Título:

I – Enquadramento:

informativo direto	informativo indireto	opinativo
avaliativo crítico	irônico	pos. político
propositivo	avaliativo moral	outro

II – Imagens dos post:

Classificação das Imagens

foto	animação	outros
charge	figura	

Função das Imagens

ilustrativa	humor	outras
crítica	informativa	

III – Hipertextualidade das mensagens:

Nr. de links nas mensagens	
Nr. de links p/ outros blogs	

IV – Temas tratados:

tema:	
sub-temas:	

V – Comentários:

nº de comentários	
-------------------	--

Obs: Preencher uma planilha (03) para cada post.

Planilha 04: Análise da interatividade (comentários)

Nº:	Blog:	Acesso:
Endereço:		

Data: ____/____/____ horário: ____h ____min nº do post: ____

I – Enquadramento:

informativo direto	informativo indireto	opinativo
avaliativo crítico	irônico	pos. político
propositivo	avaliativo moral	dispersivo

Obs: Preencher uma planilha (04) para cada post.

ANEXO C – FICHA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Entrevista nº: _____

Data: _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE

Nome: _____

Sexo: Homem () Mulher () Outro () Qual _____

Idade: _____ -

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Cidade de residência: _____

RENDA FAMILIAR:

Até 1 salário mínimo ()

1 a 3 salários mínimos ()

3 a 5 salários mínimos ()

Acima de 5 salários mínimos ()

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: AS INFLUÊNCIAS DOS SISTEMAS AFETIVOS E LEGAIS SOBRE AS RELAÇÕES CONJUGAIS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós-graduação na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da Prof^a Dr^a Marlene Neves Strey, cujo objetivo é conhecer o que os casais em relacionamento conjugal com pessoa do mesmo sexo pensam sobre conjugalidade e como descrevem seus relacionamentos, nas dimensões afetiva e legal, assim como as implicações dessas variáveis entre si e na qualidade da relação conjugal.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora e meia.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone 9319 6158 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 3320 3345.

Atenciosamente,

Ddo. João Alves da Silva Neto
Matrícula: 07190856-0

Local e data

Prof^a Dr^a Marlene Neves Strey (orientadora da pesquisa)
Matrícula: 001708

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do(a) participante

Local e data

ANEXO E – ENTREVISTA NARRATIVA

Origem: Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer.

Jovchelovitch, S. & Bauer, M. W. (2002). Entrevista narrativa. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.

FASE 1: INICIAÇÃO

Estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo e queremos saber sobre as experiências de vocês nessa relação. Nesta entrevista narrativa, eu espero aprender sobre a vida de vocês na relação conjugal que estão construindo e o caminho que vocês tomaram para chegar até aqui. Eu gostaria de formar um quadro das experiências que vocês tiveram nesse relacionamento, as características e como vocês percebem a própria relação, pensando suas satisfações e frustrações que já experienciaram, e os fatores que ajudaram ou dificultaram vocês ao longo do tempo.

Esta entrevista será desenvolvida da seguinte maneira:

Inicialmente peço que me contem a história do relacionamento de vocês dois/duas. Nesse momento eu não irei interrompê-los(as).

Posteriormente eu perguntarei para vocês as minhas dúvidas.

Por último, já sem a gravação, conversaremos de forma mais informal.

Espero que vocês se sintam confortáveis falando livremente, sem sentirem-se pressionados(as) a dizer mais do que vocês desejam dizer. Eu gostaria de usar o gravador para registrar melhor suas palavras, mas posso desligá-lo prontamente, em qualquer momento, quando vocês desejarem. Estas entrevistas serão tratadas confidencialmente, e os/as participantes não serão identificados(as) em momento algum, mesmo quando os resultados da pesquisa forem publicados.

Frente a esse esclarecimento inicial, peço que vocês assinem o documento de Consentimento Livre e Esclarecido que tem o objetivo de assegurar seus direitos.

FASE 2: A NARRAÇÃO CENTRAL

Agora peço que contem a história do relacionamento de vocês.

(O entrevistador deve desenvolver uma escuta atenta, com encorajamentos explícitos não verbais para que a narração continue. Quando o entrevistador perceber que o casal indica a finalização da narração, a coda, pode investigar por algo mais)

É tudo o que vocês gostariam de me contar?

Haveria ainda alguma coisa que vocês gostariam de dizer?

FASE 3: FASE DE QUESTIONAMENTO

(Depois de encerrada a fase de narração central o entrevistador pode fazer as perguntas exmanentes traduzidas em questões imanentes. Podem ser feitas perguntas que se refiram aos acontecimentos, como: “O que aconteceu antes/depois/então?”).

FASE 4: FALA CONCLUSIVA

(Com o gravador desligado, estimula-se uma discussão informal, podendo o entrevistador utilizar perguntas do tipo “Por quê?”).